



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E ENSINO

**Emanuela Rodrigues de Oliveira**

**O ESTUDO DO LÉXICO EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS  
DO SÉCULO XX: uma análise historiográfica**

CAMPINA GRANDE-PB  
2023

**EMANUELA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

**O ESTUDO DO LÉXICO EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS  
DO SÉCULO XX: uma análise historiográfica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito à obtenção do título de mestre em linguagem e ensino.

Orientador: Prof. Dr. José Herbertt Neves Florencio

Coorientador: Prof. Dr. Leonardo Gueiros da Silva

CAMPINA GRANDE-PB  
2023

O48e

Oliveira, Emanuela Rodrigues de.

O estudo léxico em gramáticas brasileiras do século XX: uma análise historiográfica / Emanuela Rodrigues de Oliveira – Campina Grande, 2023.

151 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. José Herbertt Neves Florencio, Prof. Dr. Leonardo Gueiros da Silva."

Referências.

1. Descrição Lexical. 2. Historiografia da Linguística. 3. Gramaticografia Brasileira. 4. Gramáticas Novecentistas Brasileiras. I. Florencio, José Herbertt Neves. II. Silva, Leonardo Gueiros da. III. Título.

CDU 81'373(043)

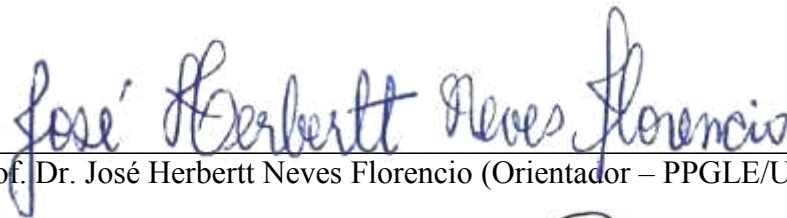
**Emanuela Rodrigues de Oliveira**

**O ESTUDO DO LÉXICO EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS  
DO SÉCULO XX: uma análise historiográfica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito à obtenção do título de mestre em linguagem e ensino.

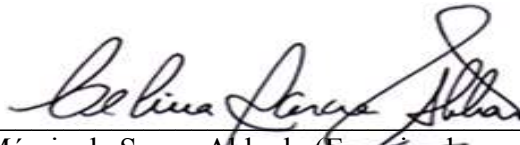
Aprovada em 16 de outubro de 2023.

Banca Examinadora:



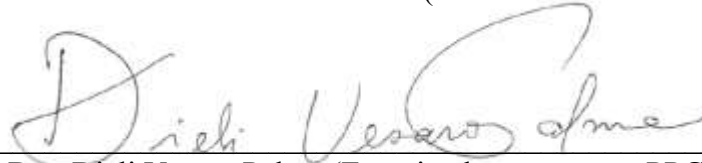
---

Prof. Dr. José Herbertt Neves Florencio (Orientador – PPGLE/UFMG)



---

Profª. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade (Examinadora externa – PPGEL/UNEB)



---

Profª. Dra. Dieli Vesaro Palma (Examinadora externa – PPGLP/PUC-SP)

CAMPINA GRANDE - PB  
2023

Dedico este trabalho ao meu avô Biu (*in memoriam*) e à minha sobrinha Lara, pessoas que sempre serão luz em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por ter me sustentado até aqui e me dado forças para não desistir em meio a tantas dificuldades. Nos momentos mais difíceis, era por Ele e por Nossa Senhora Aparecida a quem eu clamava por força.

Agradeço a Herbertt, que foi muito mais do que meu orientador. Uma pessoa especial que me enxergou para além de mais uma orientanda, mas como uma pessoa cheia de dificuldades a serem vencidas dia após dia, e que teve uma paciência e humanidade surreal ao me ouvir, compreender e tentar me ajudar. A ele, todo o meu carinho e agradecimento.

Agradeço aos meus amigos, em especial, a Roberto, Pamella e Gabi, a família que eu pude escolher, por acreditarem em mim mais do que eu mesma acreditei.

Agradeço a Maria Aline, que tanto iluminou a minha vida com sua ternura e amizade.

Agradeço ao Prof. Leonardo Gueiros, meu coorientador que me proporcionou uma das experiências mais valiosas dentro da Pós-Graduação: entrar no HGEL/UFPB, conhecer e aprender com pessoas incríveis. Além disso, agradeço as valiosas orientações ao longo de todo esse tempo.

Agradeço, conseqüentemente, aos meus colegas do HGEL/UFPB, por terem me recebido com tanto carinho e paciência. Especialmente a Fábio Albert, uma grata surpresa da vida e que hoje posso chamar de amigo. Aprendi e aprendo muito com vocês. Vocês são minha inspiração.

Agradeço também ao querido Prof. Eduardo Vieira, que tanto me ensinou com sua sabedoria, calma e comprometimento com a ciência. Sem o Sr., eu pouco saberia sobre a Historiografia da Linguística.

Agradeço à banca de qualificação e de defesa, composta pelas Profas. Celina Abbade e Dieli Palma, pelas valiosas contribuições ao meu trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE/UFCG), pela oportunidade de fazer parte do corpo de alunos.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter me concedido a bolsa de estudos durante grande parte do Mestrado.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por acreditar na Educação e na Ciência, não abandonando as Universidades Públicas, tampouco seus alunos.

*“Se é verdade que não existe língua sem gramática,  
mais verdade ainda é que sem léxico não há língua.”*

Irané Antunes

## RESUMO

Quando se trata da gramaticografia de língua portuguesa produzida no Brasil no século XX, o estudo do léxico presente nessas gramáticas novecentistas apresenta fluidez na sua representação, diferentemente do que acontece com o sistema gramatical, cuja descrição nesses compêndios é mais sistematizada. Sendo assim, esta dissertação tem como objetivo geral investigar a proposta de estudo do léxico na gramaticografia brasileira do século XX, sob a luz da Historiografia da Linguística (Koerner, 1996; 2014; Swiggers, 2004; 2010; 2012; 2013; 2015; 2019; Altman, 2004; 2012). Para isso, tecemos comentários sobre a gramatização (Auroux, 2014), mais especificamente sobre a gramatização de língua portuguesa no Brasil, bem como sobre o estudo do léxico (Antunes, 2012; Villalva; Silvestre, 2014; Neves, 2020) em gramáticas. Nosso *corpus* é formado pelas gramáticas de Pereira (1907), Said Ali (1924), Rocha Lima (1965), Chaves de Melo (1978) e Cunha e Cintra (1985), todas bastante representativas da produção gramaticográfica do século XX. Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia da Linguística, temos o conhecimento lexical em gramáticas novecentistas como objeto de estudo e observamos, no âmbito descritivo e interpretativo, em uma pesquisa qualitativa e documental, como as orientações teóricas gerais da produção gramatical do século XX repercutem no tratamento dado ao sistema lexical da língua pelas gramáticas brasileiras deste século, assim como quais orientações estão presentes na abordagem do léxico nas gramáticas analisadas e quais continuidades e/ou descontinuidades há entre as orientações gerais e específicas das gramáticas quanto ao estudo do léxico. Nesse intuito, analisamos como os fenômenos lexicais estão presentes nas gramáticas do nosso *corpus*, verificando os impactos que a atmosfera intelectual da época teve na descrição do conhecimento lexical, expondo como tais fenômenos foram descritos. Como resultados, podemos inferir que o estudo do léxico foi perdendo espaço nas gramáticas analisadas, partindo de um lugar delimitado – a *lexeologia* – para uma diluição em partes como fonética, fonologia e morfologia. Além disso, observamos que, na maioria das gramáticas, ainda se perpetua a noção de língua homogênea, ideal e abstrata, sem reconhecer a existência da variação linguística (neste caso, a lexical). Ademais, nas gramáticas de início de século, há uma clara referência ao português europeu como superior e mais culto, em detrimento do falado no Brasil, o que denota uma perpetuação do purismo linguístico, comum à época. Por fim, no que se refere aos fenômenos lexicais dispostos nas gramáticas analisadas, colocando todos em perspectiva, observamos que, a partir das gramáticas do nosso *corpus*, representativas de um século inteiro, há mudanças significativas na abordagem do estudo do léxico na gramaticografia brasileira, embora sem o destaque dado a uma parte da obra específica para o léxico, como no final do século XIX e início do século XX.

**Palavras-chave:** Historiografia da Linguística. Descrição lexical. Gramaticografia brasileira. Gramáticas novecentistas brasileiras.



## RESUMEN

Cuando se trata de la gramaticografía de la lengua portuguesa hecha en Brasil en el siglo XX, el estudio del léxico presente en estas gramáticas muestra fluidez en su representación, diferente de lo que ocurre con el sistema gramatical, cuya descripción en estos compendios es más sistematizado. Por lo tanto, esta disertación tiene como objetivo general investigar la propuesta de estudio del léxico en la gramaticografía brasileña del siglo XX, a la luz de la Historiografía de la Lingüística (Koerner, 1996; 2014; Swiggers, 2004; 2010; 2012; 2013; 2015; 2019; Altman, 2004; 2012). Para ello, realizamos comentarios sobre la gramaticalización (Auroux, 2014), más específicamente sobre la gramatización de la lengua portuguesa en Brasil, así como sobre el estudio del léxico (Antunes, 2012; Villalva; Silvestre, 2014; Neves, 2020) en gramáticas. Nuestro corpus está compuesto por las gramáticas de Pereira (1907), Said Ali (1924), Rocha Lima (1965), Chaves de Melo (1978) y Cunha y Cintra (1985), todas bastante representativas de la producción gramaticográfica del siglo XX. Siguiendo los presupuestos teórico-metodológicos de la Historiografía de la Lingüística, tenemos el conocimiento lexical en las gramáticas del siglo XX como objeto de estudio y observamos, en el ámbito descriptivo e interpretativo, en una investigación cualitativa y documental, cómo las orientaciones teóricas generales de la producción gramatical del siglo XX repercuten en el tratamiento dado al sistema lexical de la lengua por las gramáticas brasileñas de este siglo, así como qué orientaciones están presentes en el enfoque del léxico en las gramáticas analizadas y cuales continuidades y/o discontinuidades existen entre las orientaciones generales y específicas de las gramáticas con respecto al estudio del léxico. Así, analizamos cómo los fenómenos lexicales están presentes en las gramáticas de nuestro corpus, verificando los impactos que la atmósfera intelectual de la época tuvo en la descripción del conocimiento lexical, y exponiendo cómo tales fenómenos fueron descritos. Como resultado, podemos inferir que el estudio del léxico fue perdiendo espacio en las gramáticas analizadas, pasando de un lugar delimitado – la lexicología – a una dilución en áreas como fonética, fonología y morfología. Por lo demás, observamos que, en la mayoría de las gramáticas, aún se perpetúa la noción de una lengua homogénea, ideal y abstracta, sin reconocer la existencia de la variación lingüística (en este caso, la variación léxica). Además, en las gramáticas del inicio del siglo, hay una clara referencia al portugués europeo como superior y más culto, en razón del hablado en Brasil, lo que indica una perpetuación del purismo lingüístico, común en la época. Por fin, en lo que se refiere a los fenómenos lexicales presentes en las gramáticas analizadas, al ponerlos en perspectiva, observamos que, a partir de las gramáticas de nuestro corpus, a lo largo del siglo XX se produjeron cambios significativos en el enfoque del estudio del léxico en la gramaticografía brasileña, aunque sin destacar una parte específica de la obra dedicada al léxico, como al final del siglo XIX e inicio del siglo XX.

**Palabras-clave:** Historiografía de la Lingüística; Descripción lexical; Gramaticografía brasileña; Gramáticas brasileñas del siglo XX.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa e autor da <i>Grammatica expositiva</i> (1907) .....	71
Figura 2 – <i>A lexeologia</i> em Pereira (1907) .....	74
Figura 3 – Capa e autor da <i>Grammatica secundaria</i> (1924) .....	85
Figura 4 – Capa e autor da <i>Gramática normativa</i> (1965) .....	99
Figura 5 – Capa e autor da <i>Gramática fundamental</i> (1978) .....	111
Figura 6 – Capa e autores da <i>Nova gramática</i> (1985) .....	125

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Traços constitutivos do PTG .....	38
Quadro 2 –	Descrição do léxico na <i>Grammatica expositiva</i> (1907) .....	82
Quadro 3 –	Alterações fonéticas descritas na <i>Grammatica secundaria</i> (1924) .....	91
Quadro 4 –	Descrição do léxico na <i>Grammatica secundaria</i> (1924) .....	96
Quadro 5 –	Descrição do léxico na <i>Gramática normativa</i> (1965) .....	108
Quadro 6 –	Descrição do léxico na <i>Gramática fundamental</i> (1978) .....	122
Quadro 7 –	Descrição do léxico na <i>Nova gramática</i> (1985) .....	133

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
DE	Dimensão externa
DI	Dimensão interna
DSC	Dispositivo sociodiscutivo
FLUL	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
HiL	História das Ideias Linguísticas
HL	Historiografia da Linguística
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PPGLE	Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino
PTG	Paradigma Tradicional de Gramatização
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	13
<b>2</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO</b> .....	19
<b>2.1</b>	<b>Procedimentos técnicos da pesquisa em Historiografia da Linguística</b> .....	19
<b>2.2</b>	<b>Escolha das gramáticas analisadas</b> .....	22
<b>2.3</b>	<b>Categorias de análise</b> .....	23
<b>2.4</b>	<b>Caracterização da pesquisa</b> .....	24
<b>3</b>	<b>HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E GRAMATICOGRAFIA BRASILEIRA</b> .....	27
<b>3.1</b>	<b>Historiografia da Linguística: bases epistemológicas</b> .....	29
<b>3.2</b>	<b>Gramatização e gramáticas como instrumento de descrição linguística</b> .....	34
<b>3.3</b>	<b>O processo de gramatização da língua portuguesa</b> .....	40
<b>4</b>	<b>O ESTUDO DO LÉXICO EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS</b> .....	45
<b>4.1</b>	<b>Noção de descrição linguística e descrição lexical</b> .....	46
<b>4.2</b>	<b>Breve história dos estudos lexicais</b> .....	51
<b>4.3</b>	<b>Os fenômenos lexicais em compêndios gramaticais</b> .....	59
<b>4.3.1</b>	Alguns fenômenos lexicais quanto ao som das palavras no português .....	62
<b>4.3.2</b>	Alguns fenômenos lexicais quanto à formação das palavras no português .....	63
<b>4.3.3</b>	Alguns fenômenos lexicais quanto ao sentido das palavras no português .....	65
<b>4.3.4</b>	Alguns fenômenos lexicais quanto à organização das palavras no português .....	67
<b>5</b>	<b>ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DE GRAMÁTICAS NOVECENTISTAS BRASILEIRAS QUANTO À DESCRIÇÃO DO LÉXICO</b> .....	70
<b>5.1</b>	<b>A <i>Grammatica expositiva</i>, de Eduardo Carlos Pereira</b> .....	70
<b>5.1.1</b>	Organização da gramática .....	72
<b>5.1.2</b>	Fenômenos lexicais descritos na gramática .....	75
<b>5.1.3</b>	Síntese analítica .....	81
<b>5.2</b>	<b>A <i>Grammatica secundaria da língua portuguesa</i>, de Manuel Said Ali</b> .....	84
<b>5.2.1</b>	Organização da gramática .....	85
<b>5.2.2</b>	Fenômenos lexicais descritos na gramática .....	88
<b>5.2.3</b>	Síntese analítica .....	95
<b>5.3</b>	<b>A <i>Gramática normativa da língua portuguesa</i>, de Rocha Lima</b> .....	97
<b>5.3.1</b>	Organização da gramática .....	100
<b>5.3.2</b>	Fenômenos lexicais descritos na gramática .....	101
<b>5.3.3</b>	Síntese analítica .....	108
<b>5.4</b>	<b>A <i>Gramática fundamental da língua portuguesa</i>, de Chaves de Melo</b> .....	110
<b>5.4.1</b>	Organização da gramática .....	112
<b>5.4.2</b>	Fenômenos lexicais descritos na gramática .....	115
<b>5.4.3</b>	Síntese analítica .....	121
<b>5.5</b>	<b>A <i>Nova gramática do português contemporâneo</i>, de Cunha e Cintra</b> .....	124
<b>5.5.1</b>	Organização da gramática .....	126
<b>5.5.2</b>	Fenômenos lexicais descritos na gramática .....	126
<b>5.5.3</b>	Síntese analítica .....	133
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	136
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A elaboração de gramáticas ao longo da história, segundo Auroux (2014), criou uma *tecnologia intelectual* cuja força e importância transcendem o próprio campo de estudos da linguagem. Conforme o autor, a gramatização pode ser entendida como um processo de transferência cultural entre povos que consiste na descrição e instrumentalização de uma língua com base na gramática e no dicionário, duas tecnologias que sustentam o saber metalinguístico. Mais do que um compêndio que instrumentaliza uma língua, a gramática se insere no cenário linguístico de uma nação contando a história de seus falantes.

Nesse contexto, a produção dos instrumentos linguísticos, em uma dada conjuntura social, histórica e política, conduz, como mostra a Historiografia da Linguística (HL), nos termos de Swiggers (2012), à gramatização, entendida conforme Auroux (2014) como um modo de se conceberem as práticas linguísticas e a história de um saber sobre a língua. Ademais, segundo Aquino (2016), a gramatização é um processo de instrumentalização das línguas que altera os espaços de comunicação, permitindo uma maior estabilidade linguística. Isso ocorre, ainda segundo o autor, porque seus produtos – a gramática, o dicionário e outras fontes sobre a língua – “ampliam e alteram a capacidade linguística dos falantes, construindo normas e referências, quer dizer, uma imagem de língua, de unidade linguística” (Aquino, 2016, p. 39), o que apresenta implicações para a descrição do léxico de uma dada língua.

Sabe-se que as primeiras gramáticas surgiram a partir do século III a.C. com os trabalhos dos gramáticos e filólogos da Alexandria antiga. A *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio Trácio (século I a.C.), é considerada a primeira gramática de uma língua ocidental, o grego clássico. Em se tratando da língua portuguesa, os primeiros séculos de sua gramaticografia contam com importantes contribuições advindas da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), e da *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros (1540), por exemplo, seguidas por outras obras de referência.

Segundo Azeredo (2018), a gramática – enquanto sistema – provê o enunciado e cada uma das partes das especificações categoriais necessárias tanto à verbalização da experiência interpretada quanto à função interacional e comunicativa pertinente. Para ele, a gramática não é uma armadura que enrijece a frase, mas um sistema de meios que torna possíveis tanto a elaboração quanto a troca de significados em uma língua. O mesmo autor relembra que também usamos o termo *gramática* para designar a descrição técnica desse conhecimento e afirma que, “nessa acepção, a gramática é um conjunto de conceitos e de afirmações sobre o funcionamento das línguas” (Azeredo, 2018, p. 136), sendo o conceito-chave da análise gramatical a *palavra*,

o que sinaliza a interligação entre os sistemas gramatical e lexical de um idioma em seu funcionamento.

Segundo Perini (2016), enquanto o significado lexical evoca esquemas mentais específicos, permitidos, de acordo com Neves (2020), pela interação verbal, o significado gramatical é possibilitado pelas construções e associações que se desenvolvem no interior do texto, oportunizando diferentes possibilidades de significação em relação ao significado lexical. Como, nas próprias unidades do léxico, atuam também fenômenos da gramática, e vice-versa, o sistema lexical e o sistema gramatical têm interseções indissociáveis no sentido de que um fornece para o outro certas condições para a sua realização. A partir disso, podemos compreender que as distinções entre léxico e gramática não podem ser estudadas como dicotômicas, como se os dois sistemas se desenvolvessem separadamente e entrando em contato apenas em alguns momentos, mas devem ser vistos como um *continuum*. Portanto, compreendemos que um compêndio gramatical descreve o sistema gramatical e o sistema lexical de uma língua, e o faz de diversas maneiras, a depender da influência teórica na qual sua elaboração está submersa.

No entanto, diferentemente do que acontece com a sintaxe, por exemplo, o estudo do léxico não tem um espaço regular definido nas gramáticas, apresentando fluidez e representação, de acordo com o autor da obra. Se analisarmos a gramaticografia de língua portuguesa produzida no Brasil do século XIX até a publicação de Ribeiro (1881), as gramáticas não dedicam um espaço exclusivo e específico para o estudo do léxico. É somente a partir do final do século, mais precisamente com a publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, que o estudo do léxico tem uma breve estabilidade de posição. Isso porque Ribeiro (1881) divide a sua gramática em duas partes — lexeologia e sintaxe, iniciando um período da gramaticografia brasileira em que ter lexeologia como uma das partes da gramática foi comum. Sobre isso, Cavaliere (2000) afirma que

A lexeologia é, certamente, no projeto de descrição gramatical proposto por Ribeiro, o núcleo de onde reverberam todos os campos de investigação linguística. Isso porque é efetivamente a palavra que sintetiza o foco das atenções, seja como elemento monolítico isolado, seja enquanto conjunto de segmentos morfológicos, seja como item da organização frasal. A sintaxe, destarte, embora constitua a segunda parte da descrição gramatical, na prática não vai além de um grande tentáculo da lexeologia (Cavaliere, 2000, p. 53-54).

A partir desse pensamento de que a *palavra* é o núcleo da investigação linguística, havia, nesses compêndios, uma concentração do estudo do léxico em uma só parte da gramática. Isso perdurou até o início do século XX e, logo após, a *lexeologia* foi desmembrada em outras partes,

como fonética, fonologia e morfologia. Instaurada a fluidez de posição do estudo do léxico, desaparece, de certo modo, junto com a *lexeologia* como parte dos compêndios gramaticais, o interesse no estudo do sistema lexical na área da gramaticografia.

Ao analisar a tradição de estudos lexicais no Brasil, podemos observar que as pesquisas desenvolvidas sobre o léxico são realizadas predominantemente sobre seu aspecto morfológico, seja quanto ao estudo da estrutura e formação de palavras, seja quanto às mudanças ocorridas no sistema lexical da língua com o passar do tempo, seja quanto aos significados estabelecidos, a partir de uma perspectiva estruturalista de investigação. Isso implica que, quando se trabalha o sistema lexical de uma língua, tende-se a priorizar a estrutura desse sistema, tratando a palavra fora do quadro da interação verbal (Neves, 2020) e muitas vezes dissecando-a em unidades menores de análise. Em alguns casos, é explorado o significado das palavras quanto ao aspecto semântico e formal, utilizando-se da palavra desconectada de situações reais de uso da língua (Neves, 2020).

Portanto, devido ao tratamento essencialmente formal dado aos estudos do léxico na pesquisa linguística, identificamos a necessidade de uma relação dessa visão com a elaboração de instrumentos gramaticais, avaliando como o estudo do léxico esteve presente nas gramáticas brasileiras do século XX, após a diluição verificada numa visão mais geral da organização dessas gramáticas. Para isso, observamos, no âmbito descritivo e interpretativo, como as orientações teóricas gerais da produção gramatical do século XX repercutem no tratamento dado ao sistema lexical da língua pelas gramáticas brasileiras deste século, assim como quais orientações estão presentes na abordagem do léxico nas gramáticas analisadas e quais continuidades e/ou descontinuidades há entre as orientações gerais e específicas das gramáticas quanto ao estudo do léxico.

Imersos nessa compreensão, temos, como objeto de pesquisa, *o estudo do léxico em gramáticas brasileiras do século XX*. Compreendendo que a gramaticografia brasileira foi-se diferenciando ao longo do século XX e que o lugar do estudo do léxico apresenta fluidez nas gramáticas desse período, formulamos o seguinte questionamento: *qual é o lugar destinado ao estudo do léxico nas gramáticas brasileiras do século XX?* Tal questionamento está em consonância com o nosso objetivo geral, a saber: *investigar a proposta de estudo do léxico na gramaticografia brasileira do século XX*. Como objetivos específicos, delimitamos: i) compreender o impacto que a atmosfera intelectual do século XX teve na elaboração das gramáticas brasileiras em relação ao estudo do léxico; ii) descrever de que maneira o léxico está presente em tais gramáticas; e iii) mapear as relações de continuidade e descontinuidade na abordagem do léxico que as gramáticas analisadas apresentam quando comparadas.



Este estudo, ao tratar da abordagem do léxico em gramáticas do século XX, alinha-se com a perspectiva da linha de pesquisa 4 – *Práticas sociais, históricas e culturais de linguagem* – do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE), uma vez que a elaboração de gramáticas, uma atividade historicamente frequente na sociedade, se constitui como uma prática social, cultural e histórica de linguagem. Ao tratar da abordagem do léxico em gramáticas do século XX, alinha-se com o projeto de pesquisa *Fundamentos para o ensino do léxico na Educação Básica: análise de orientações teórico-metodológicas para o ensino de língua portuguesa*, uma vez que um dos pontos de interesse de pesquisa cerca-se nas orientações teóricas sobre o léxico.

Do ponto de vista teórico, a relevância desta pesquisa reside no fato de que não há pesquisas de Mestrado e Doutorado, até o presente momento, que se propõem a estudar a abordagem do estudo do léxico em gramáticas brasileiras do século XX. Essa constatação se deu após uma ampla busca<sup>1</sup> na (BDTD), realizada em 12 de maio de 2023, utilizando os termos “léxico”, “descrição” e “gramaticografia” como palavras-chave e buscando trabalhos realizados em um intervalo de tempo de 5 anos, ou seja, de 2019 ao presente ano.

A partir de tal pesquisa, identificamos apenas investigações científicas que se voltam para a análise de algum tópico linguístico na gramaticografia brasileira, como é o caso da pesquisa realizada por Alberto (2021). Diferentemente do que nos propomos nesta pesquisa, em seu trabalho, intitulado *Análise da adaptação fonológica e prosódica de empréstimos lexicais da língua portuguesa na língua tikuna*, o autor buscou descrever e analisar um *corpus* de palavras originárias do português brasileiro amazonense adaptadas fonologicamente na língua tikuna, apresentando como as palavras que têm origem no português foram acomodadas na gramática do tikuna, uma vez que entender como essas adaptações ocorrem é também entender a gramática do tikuna.

Já Marinho (2020), no âmbito da HL, investigou o tratamento dado às especificidades sintáticas do português do Brasil em gramáticas do período dito científico (1880 a 1920), com a dissertação intitulada *Considerações sobre a sintaxe do português do Brasil em gramáticas do período científico (1880-1920): uma abordagem historiográfica*. Apesar de estar na mesma área em que propomos filiar esta pesquisa, o autor se valeu da sintaxe e de outra periodização diferente da nossa. Tais estudos são exemplos do repositório que não analisam fenômenos lexicais descritos em gramáticas novecentistas, o que reitera, mais uma vez, a importância desta pesquisa.

---

<sup>1</sup> Link utilizado para a realização da busca: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>.

Do ponto de vista social, por trabalharmos com uma prática social como a elaboração de gramáticas, analisaremos um artefato humano histórico, em um estudo amplo e inédito, entregando à comunidade acadêmica reflexões sobre produções gramaticográficas do século XX. Em suma, iremos analisar um instrumento linguístico de grande relevância para a sociedade brasileira: os compêndios gramaticais que descrevem sua língua. Assim, a nossa pesquisa, do ponto de vista crítico sobre a gramaticografia brasileira, permitirá que a comunidade acadêmica conheça melhor a produção gramatical brasileira do século XX, sob um olhar detalhado e direcionado ao léxico.

Para cumprirmos nosso plano de pesquisa, organizamos esta dissertação em 6 (seis) seções. Nesta primeira seção introdutória, nos dedicamos a expor brevemente o nosso campo de pesquisa, que se deu a partir de gramáticas do século XX, bem como problematizar a escassez de pesquisas que se dediquem à abordagem do léxico em gramáticas novecentistas. Além disso, tecemos alguns breves comentários sobre a gramática descrever não somente o sistema lexical, mas também o sistema lexical.

Em seguida, nas considerações metodológicas, na seção 2, expomos ao leitor os procedimentos técnicos desta pesquisa sob a luz da Historiografia da linguística, a qual conduz o historiógrafo a uma série de passos a serem seguidos. Explicamos também como se deu a escolha das gramáticas que foram analisadas neste trabalho, mediante critérios impostos à toda a gramaticografia brasileira de língua portuguesa do século XX. Em seguida, apresentamos as nossas categorias de análise e, por fim, caracterizamos metodologicamente a nossa pesquisa.

Na seção 3, primeira destinada à fundamentação teórica, tecemos comentários sobre a HL, apresentando a área e seus fundamentos, refletimos sobre o processo de gramatização e as gramáticas enquanto instrumentos de descrição linguística, para, por fim, apresentamos brevemente a trajetória da gramaticografia geral de língua portuguesa, até chegar à gramaticografia de língua portuguesa produzida em território nacional, por brasileiros. Na seção 4, segunda seção teórica, centramo-nos nas reflexões sobre o estudo do léxico. Primeiramente, conduzimos o leitor para a noção de descrição linguística e descrição lexical, a fim de construir o ideário de uma das funções que uma gramática está sujeita a cumprir, bem como delimitar o que cada tipo de descrição mencionada prevê. Em seguida, traçamos um breve retrospecto sobre a história dos estudos lexicais no Brasil, finalizando com a teoria de cada fenômeno lexical encontrado em compêndios gramaticais, que serviu de base para a seção de análise dos nossos dados.

Na seção 5, destinada aos procedimentos analíticos, organizamos a explanação por gramática analisada, expondo primeiramente como ela foi organizada, para depois analisarmos

cada fenômeno lexical encontrado quanto às nossas categorias de análise previamente estabelecidas, finalizando com uma síntese analítica comprimindo o que foi encontrado nas gramáticas e tecendo comentários sobre a influência do clima de opinião sobre os dados. Por fim, nas últimas seções, apresentamos as considerações finais e as referências.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Por este trabalho ter como principal objeto de investigação o estudo do léxico em gramáticas novecentistas, esta é uma pesquisa fundamentalmente qualitativa, documental e interpretativa, cujo método utilizado para execução iremos detalhar nesta seção. Para isso, nos ancoramos na HL, como explicamos anteriormente, e analisamos 5 (cinco) gramáticas brasileiras do século XX, seguindo os pressupostos metodológicos propostos pela área. Nesta seção, portanto, esclarecemos o percurso metodológico realizado nesta pesquisa, como se deu a escolha das gramáticas que compõem o nosso *corpus*, as categorias determinadas para a análise das gramáticas e, por fim, as justificativas da caracterização metodológica da nossa pesquisa.

### 2.1 Procedimentos técnicos da pesquisa em Historiografia Linguística

Segundo Schlieben-Lange (1993 *apud* Batista, 2020a), o trabalho do historiógrafo consiste em buscar por transformações, consideradas guias para as interpretações que motivam as modificações na história. Assim, somos conduzidos a uma reflexão de que realizar uma interpretação de evidências históricas não é apenas descrever em termos cronológicos o que se considera fato relevante para a corrente histórica. Para Koerner (1996), devido à natureza particular do assunto sob investigação, os historiógrafos da linguística devem insistir em buscar seu próprio quadro de trabalho, sua própria metodologia e epistemologia.

Para que se construa qualquer pesquisa sólida, é necessário que se planejem e executem algumas tarefas, como a definição de um tema e de um objeto, a escolha preliminar de uma documentação a ser analisada, o estabelecimento de problema(s), a proposição de pergunta(s) de pesquisa, a definição de objeto(s) e o estabelecimento de parâmetros de análise. Para além disso, nos termos de Swiggers (2012, 2013, 2015), há três fases para o desenvolvimento do trabalho historiográfico: a fase *heurística*, a fase *hermenêutica* e a fase *executiva*.

Na fase *heurística*, Swiggers (2012; 2013; 2015) aponta que o historiógrafo da linguística deve se ater à constituição de um *corpus* global, somado a um acervo de textos biobibliográficos, pois é nesse momento em que o pesquisador debruça seu olhar sobre as fontes e cataloga edições publicadas, traduções, comentários, críticas, etc. Em outras palavras, em um movimento epi-historiográfico, o pesquisador realiza o levantamento das fontes historiográficas primárias e secundárias que possam informar sobre os agentes e o contexto em que as ideias linguísticas analisadas estão inseridas.

Como primeiro movimento heurístico, buscamos catalogar a produção gramaticográfica brasileira do século XX, atribuindo, em seguida, critérios para a escolha do *corpus*, os quais explicaremos mais à frente. Posteriormente, realizamos o movimento epi-historiográfico de buscar as fontes primárias, isto é, os documentos originais — as gramáticas. Como ainda estávamos, no início do andamento desta pesquisa, em período pandêmico, tivemos certa dificuldade em conseguir gramáticas, uma vez que as bibliotecas físicas estavam fechadas, e as bibliotecas virtuais tinham, em sua maioria, mais gramáticas de séculos anteriores em seu acervo.

Conforme acontecia a flexibilização das medidas implementadas pela pandemia da Covid-19, e as bibliotecas físicas reabiam ao público, conseguimos alguns exemplares físicos de gramáticas novecentistas. Focando o nosso olhar para o conteúdo das gramáticas a partir do nosso objeto de estudo, definimos o nosso *corpus* a partir de critérios de escolha. Em sequência, fomos em busca de textos biobibliográficos, comentários, críticas e demais fontes secundárias disponíveis acerca das obras.

Foi depois desse olhar mais atento sobre as obras que passamos para a fase *hermenêutica*, em que o pesquisador vai interpretar as fontes a partir de categorias analíticas estabelecidas, seguindo parâmetros diretamente ligados à pesquisa, como a cobertura espacial, temporal e temática do trabalho, a perspectiva adotada, podendo dar maior foco à dimensão interna (DI) ou à dimensão externa (DE), e a profundidade da análise. De acordo com Swiggers (2013), as interpretações aferidas nesse momento da pesquisa devem estabelecer comparações, conceitos, autores e modelos.

A partir disso, analisamos o impacto que a atmosfera intelectual do século XX teve na elaboração das gramáticas brasileiras em relação ao estudo do léxico, descrevemos de que maneira o léxico está presente em tais gramáticas e mapeamos as relações de continuidade e descontinuidade na abordagem do léxico que as gramáticas analisadas apresentam quando comparadas.

Por fim, na fase *executiva*, como o próprio nome sugere, o pesquisador vai reconstruir sistematicamente o passado das ideias linguísticas empreendidas em sua análise, e pode fazê-lo em três dimensões: a dimensão do *formato de exposição*, a dimensão da *intencionalidade do historiógrafo* e a dimensão do *programa cognitivo*. Quanto ao formato de exposição, a pesquisa historiográfica pode ser feita de forma sequencial, quando o produto historiográfico apresenta um formato predominantemente narrativo; tópica, quando a pesquisa foca na análise de um determinado tema ou em algum tipo de problema; ou combinatória de narração dos fatos, tendo como foco o contexto e os pontos de vista existentes em determinado momento da história do

pensamento linguístico. O formato de exposição admitido nesta pesquisa é o de forma tópica, no qual focamos nossa análise no estudo do léxico empreendido nas gramáticas novecentistas que compõem o nosso *corpus*.

Quanto à intencionalidade do historiógrafo, o pesquisador pode optar por uma historiografia meramente *taxonômica/classificadora*, quando se tem a intenção de descrever e classificar o seu objeto de estudo em categorias sistematizadas; *polêmica/apologética*, quando o objetivo principal é defender ou criticar um pensamento linguístico; *teleológica*, quando o pesquisador tem o objetivo de compreender os fins das ideias linguísticas investigadas; ou *exegético-crítica*, quando o foco é realizar interpretações críticas sobre o objeto de estudo, sendo esta a intencionalidade admitida nesta pesquisa, na qual iremos analisar e interpretar os fenômenos lexicais descritos em gramáticas novecentistas.

Quanto à dimensão do programa cognitivo, que se faz determinada pelo objeto de estudo, pela documentação disponível e pelos interesses e aspirações do historiador, há cinco possíveis perfis historiográficos indicados por Swiggers (2013): uma historiografia *atomística*, que apresenta analiticamente os fatos que compõem a história do pensamento linguístico; uma historiografia *narrativa*, que diz respeito ao relato cronológico dos acontecimentos de interesse para a pesquisa; uma historiografia *nocional-estrutural*, que analisa a estrutura das ideias e abordagens elaboradas ao longo da história dos estudos da linguagem; uma historiografia *arquitetônico-axiomática*, que descreve e analisa a estrutura lógica de teorias e modelos a partir de axiomas e enunciados; e uma historiografia *correlativa*, que analisa as correlações entre teorias, pontos de vista sobre a linguagem e contexto sociocultural, político e institucional. A historiografia que adotamos nesta pesquisa é a arquitetônico-axiomática por descrevermos e analisarmos as teorias e modelos empreendidos pelas gramáticas brasileiras do século XX a partir de axiomas e enunciados.

Em suma, como procedimentos metodológicos da pesquisa em HL, Batista (2020) lista como essenciais: i) a definição do tema da pesquisa, que, no nosso caso, será o estudo do léxico, e de marcos temporais que determinam a inserção histórica das ideias linguísticas a serem analisadas, ou seja, a periodização, a partir do que teremos o século XX como palco das análises; ii) a seleção das fontes primárias – as gramáticas novecentistas –, bem como as fontes secundárias que possibilitarão a reconstrução da documentação em um clima de opinião; iii) a definição dos parâmetros internos e externos de análise, os quais definiremos mais adiante; iv) a inserção dos documentos históricos em um clima de opinião; v) a abordagem dos documentos históricos em sua constituição textual e discursiva, evitando anacronismos; vi) o estabelecimento de correlações entre os documentos históricos e outras fontes que garantam

uma interpretação abrangente e crítica; vii) a articulação de descrições e interpretações historiográficas dos documentos sob análise; viii) a elaboração da narrativa historiográfica mais apropriada; ix) a proposição de sínteses interpretativas que possibilitem o estabelecimento de eixos de continuidade e descontinuidade; e x) uma organização dos modos de apresentação da historiografia elaborada.

## 2.2 Escolha das gramáticas analisadas

Uma das primeiras escolhas que o historiógrafo deve fazer é a seleção do recorte temporal com o qual irá trabalhar, uma vez que a determinação desse eixo temporal pode sustentar reflexões interpretativas sobre os processos de continuidade e descontinuidade na dinâmica histórica (Batista, 2020a). Escolhemos trabalhar com gramáticas do século XX por acreditarmos que esse recorte temporal produziu momentos importantes para a gramatização brasileira, como a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), por exemplo.

A partir da *Cronologia das gramáticas da língua portuguesa*, de Castilho (2016), que se propõe a reunir toda a gramaticografia do português, começamos a catalogar as gramáticas publicadas no século XX. No entanto, dada a extensão da lista de gramáticas novecentistas, mais precisamente 97 gramáticas, foi necessário atribuir alguns critérios que justificassem a escolha do nosso *corpus*. O primeiro deles foi, naturalmente, quanto à natureza da gramática: ela precisava ser uma gramática de referência publicada no século XX. Para Vidal Neto (2021), gramáticas de referência são, teoricamente, aquelas que não são destinadas ao uso escolar, mesmo ciente de que era comum, nos séculos XIX e XX, uma gramática tida como de referência ser utilizada no ambiente escolar, por razões diversas, como o mercado editorial incipiente da época, por exemplo.

O segundo critério que utilizamos para a escolha das gramáticas do nosso *corpus* foi o de a gramática ter, pelo menos, um autor brasileiro. Com esse critério de seleção, eliminamos gramáticas essencialmente de autores portugueses, por exemplo, e de qualquer outra nacionalidade. O terceiro critério utilizado foi o de a gramática ter um número considerável de reedições, indicando, de alguma maneira, que ela apresentou um certo grau de prestígio à época, bem como aceitação pelo público. Isso pode se estender até os dias atuais, como é o caso de algumas gramáticas que ainda são referência no estudo da língua portuguesa, e/ou para concursos públicos, por exemplo.

O quarto critério diz respeito ao reconhecimento dos autores no cenário dos estudos sobre a língua e a linguagem. Com esse critério, buscamos considerar as obras de autores que

se empenharam, ao longo de sua trajetória acadêmico-científica, ao estudo da língua e publicaram gramáticas representativas para a gramaticografia brasileira de língua portuguesa. O quinto critério envolve a acessibilidade da obra. Como estamos tratando de gramáticas do século XX, ou seja, gramáticas antigas, nem todas são de fácil acesso e, como já fora exposto, ainda enfrentamos a dificuldade de iniciarmos as buscas em meio ao período pandêmico. Portanto, a construção do *corpus* desta pesquisa levou em consideração o que foi possível de ser encontrado em bibliotecas virtuais e físicas.

O sexto e último critério para a escolha das gramáticas foi em relação ao estudo léxico, mais precisamente quanto à presença dele nas gramáticas. Herança do século XIX, o estudo do léxico era condensado em uma parte específica da gramática, a *lexeologia*. No entanto, com o passar do tempo, esse estudo foi se dispersando ao longo do compêndio gramatical. É justamente esse caminho que o estudo do léxico faz nas gramáticas que buscamos compreender. Assim, foi fundamental, antes da escolha de uma determinada gramática, um olhar atento para como o léxico estava sendo abordado nela.

Desse modo, com o objetivo de compreender uma extensão considerável do século XX, selecionamos um *corpus* de cinco gramáticas a serem analisadas: a *Grammatica expositiva da língua portuguesa* (1907), de Eduardo Carlos Pereira; a *Grammatica secundaria da língua portuguesa* (1924), de Manuel Said Ali; a *Gramática normativa da língua portuguesa* (1965 [1957]), de Carlos Henrique da Rocha Lima; a *Gramática fundamental da língua portuguesa* (1978 [1968]), de Gladstone Chaves de Melo; e a *Nova gramática do português contemporâneo* (1985), de Celso Cunha e Lindley Cintra.

### 2.3 Categorias de análise

No que Swiggers (2019) aponta como *perspectiva meta-historiográfica*, há os desafios da HL em relação a questões abrangentes que envolvem o conhecimento linguístico sob o viés da história, e o autor lista tais questões que se referem a “como o conhecimento linguístico se desenvolveu a longo prazo e sob quais condições?” [e] “como podemos explicar as mudanças no fomento e surgimento do conhecimento linguístico?” (Swiggers, 2019, p. 66). Para, então, tentar responder a questões meta-historiográficas como essas, o autor indica alguns elementos para auxiliar na discussão.

A dinâmica descritivo-explicativa sugerida por Swiggers (2004; 2019) envolve o que ele denomina de quatro camadas do conhecimento linguístico: a *camada teórica*, que corresponde à visão global da linguagem, à concepção das tarefas e do estatuto da Linguística;



a *camada técnica*, que envolve as técnicas de análise linguística e gramatical e os métodos de apresentação dos dados; a *camada documental*, que corresponde à documentação linguística e filológica sobre a qual se baseia o estudo linguístico, considerando o número de línguas, tipos de fontes e de dados; e a *camada contextual*, que diz respeito ao contexto cultural e à conjuntura institucional em que se dão as reflexões e práticas linguísticas.

Tais camadas, segundo Swiggers (2004; 2019), podem se configurar como categorias teórico-analíticas que possibilitam investigar a complexidade dinâmica do conhecimento linguístico-gramatical por meio da observação de suas continuidades e descontinuidades. No entanto, nesta pesquisa, optamos por não utilizá-las explicitamente, mas implicitamente dentro de categorias próprias as quais formulamos durante a fase heurística, ou seja, sem delimitar a análise dos dados a partir das camadas.

A análise dos dados encontrados nas gramáticas de nosso *corpus* foi feita, portanto, a partir de duas macrocategorias: a primeira diz respeito à organização da gramática, ou seja, ao lugar do léxico nessa gramática, avaliando como o gramático organiza o léxico em sua obra e interpretando como o autor arranja as categorias lexicais entre si, como elas se agrupam, ou não, e se há uma parte específica para o estudo o léxico. A segunda macrocategoria enfoca as dimensões teóricas que envolvem o léxico: comparamos as gramáticas e analisamos como elas teorizaram sobre o léxico quanto ao som, à formação, ao sentido e à organização das palavras, sendo estas as nossas categorias de análise. Em todas as citações das gramáticas que compõem o nosso *corpus*, a grafia original é mantida neste trabalho.

Por nossas categorias de análise contemplarem apenas a DI, pretendemos perpassar o fator contextual em cada uma delas, valendo-se, assim, da DE. Dessa forma, mostramos como o *clima de opinião* influencia a descrição linguística. Ademais, como já explicitado anteriormente, as camadas do conhecimento linguístico propostas por Swiggers (2004; 2019) estarão presentes implicitamente em nossa análise quando naturalmente abordarmos, além do contexto histórico no qual cada gramática esteve inserida, a visão geral da obra sobre a língua, a observação da condução normativa envolvendo a apresentação do nosso objeto de análise e o exemplário utilizado pelo autor.

## **2.4 Caracterização da pesquisa**

Se a pesquisa científica, segundo Prodanov e Freitas (2013), é a realização de um estudo planejado, e o método de abordagem do problema é o que caracteriza o aspecto científico da investigação, sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método

científico. Por isso, uma pesquisa científica sempre parte de um problema e, em seu desenvolvimento, busca solucioná-lo. A escassez de pesquisas que abordam o estudo do léxico em gramáticas é um problema que detectamos e, ao longo desta pesquisa, visamos encontrar respostas para o questionamento de como o nosso objeto de estudo está desempenhado em gramáticas brasileiras de referência do século XX.

Para Lakatos e Marconi (2007, p. 157), em referência a Ander-Egg (1978), a pesquisa é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. Portanto, devendo ser sistemática, metódica e crítica, a pesquisa precisa contribuir para o avanço do conhecimento humano. Por existirem diversos tipos de pesquisa, os critérios para a classificação variam de acordo com o enfoque dado, os interesses, os campos, as metodologias, as situações e os objetos de estudo.

Como escopo maior, para Silva (2004), esta pesquisa se enquadra como uma *pesquisa básica*, ou seja, uma pesquisa que objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais. Por buscarmos compreender como o estudo do léxico esteve presente em gramáticas brasileiras novecentistas e sabermos que isso não foi, até o momento, objeto em pesquisas que tratam do léxico, pretendemos gerar um novo conhecimento acerca da temática, corroborando com a definição de pesquisa básica de Silva (2004).

Já do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, esta é uma *pesquisa explicativa*, isto é, um trabalho que visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, e que “aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas” (Gil, 2010, p. 28). Nessa tentativa de explicar os porquês das coisas e suas causas, o pesquisador se vale de registros, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados. No caso desta pesquisa, nos voltamos aos fatores que contribuíram para que os fenômenos lexicais fossem abordados de tal maneira em gramáticas brasileiras novecentistas, tendo como possíveis contribuintes o clima de opinião da época em que foram publicadas, o aporte teórico acumulado dos gramáticos, bem como suas formações e pretensões com a publicação de suas obras.

Ademais, pela própria inserção da pesquisa na HL, que tem o traço da interpretação de dados históricos como ponto principal, avaliamos esta pesquisa como imersa no paradigma interpretativo. Segundo Moreira e Caleffe (2008), para o pesquisador interpretativo, o propósito da pesquisa é descrever e interpretar um fenômeno na tentativa de compartilhar os significados apreendidos pela sociedade, compreendendo a interpretação como uma busca de perspectivas

seguras em acontecimentos particulares. No caso desta pesquisa, visamos interpretar como o estudo do léxico foi se desenvolvendo em gramáticas de referência ao longo do século XX.

Em sequência, por fazermos análise de fontes documentais autênticas – gramáticas brasileiras do século XX –, a nossa pesquisa se caracteriza como *documental*. Em pesquisas documentais, os conteúdos dos textos são matéria-prima a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (Severino, 2007). Uma fonte documental é o texto que não foi escrito para ser analisado, mas, ainda assim, é passível de análise. No caso desta pesquisa, as gramáticas brasileiras do século XX se constituem como documentos a serem analisados sob o ponto de vista do estudo do léxico nelas descrito.

Essa interpretação, isto é, a nossa análise dos dados, considerará uma abordagem *qualitativa*, ao passo que focaliza particularidades de modo a compreender as nuances expressadas nas unidades de sentido construídas (Laville; Dionne, 1999). A pesquisa qualitativa é a atividade investigativa que posiciona o observador no mundo, consistindo em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Desse modo, esse tipo de pesquisa envolve um caráter interpretativo e de abordagem naturalística diante do mundo, ou seja, os pesquisadores estudam as coisas em seus contextos naturais, procurando compreender e/ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhe atribuem (Flick, 2009).

Para Prodanov e Freitas (2013), na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados, no qual o pesquisador mantém contato direto com o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. No caso desta pesquisa, que analisa gramáticas brasileiras do século XX, por razões óbvias, não se pode analisar *in loco* o contexto de produção de tais gramáticas. Por isso, nos valem de fontes secundárias na tentativa de resgatar o clima de opinião daquele momento. Ademais, desenvolvemos a interpretação das fontes – primárias e secundárias – para compreensão de como o nosso objeto de estudo, os fenômenos lexicais, foi abordado pelos gramáticos em suas obras.

Partindo desse desenho metodológico, nas duas seções que seguem, então, vamos apresentar a abordagem teórica que ancorou as análises realizadas.

### 3 HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E GRAMATICOGRAFIA BRASILEIRA

O conhecimento sobre a linguagem tem sido investigado desde que o homem descobriu o poder da comunicação por meio de signos. Com a descoberta da escrita e as suas possibilidades de representação, a reflexão sobre o fenômeno da linguagem humana tornou-se ainda mais importante. Neste trabalho, nomeamos esse conhecimento sobre a linguagem como *conhecimento linguístico*, sem que haja restrição aos conhecimentos científicos e não científicos sobre a linguagem.

Antes da institucionalização científica da Linguística no século XIX (Batista, 2020), o uso do termo *linguística* não implicava a exclusão de um conjunto variado de reflexões, descrições e explicações sobre a linguagem propostas antes que se pudesse denominá-la como uma área de estudos. Nesse período, as ideias linguísticas foram manifestadas em especulações filosóficas, gramáticas descritivas, gramáticas pedagógicas, gramáticas normativas, dicionários, tratados sobre as línguas, manuais para ensino de língua e ensaios sobre questões linguísticas (Batista, 2020).

Sabendo que, ao longo do tempo, os estudiosos elaboraram suas próprias maneiras de compreender o que é científico, a natureza do conhecimento linguístico se revelou mutável, uma vez que a ciência é fruto de uma sociedade e de uma cultura. Sendo assim, para compreender a linguagem de um ponto de vista científico, é preciso estar atento na configuração dinâmica que assumem os diferentes campos da ciência que buscam descrever e explicar dados e fenômenos linguísticos (Batista, 2020).

Ao compreender o termo *história* como o conjunto de fatos inseridos temporalmente e passíveis de análise, a *historiografia* pode ser resumida, segundo Batista (2020, p. 31), como “análises interpretativas que o historiador – ou, nesse caso, o historiógrafo – faz sobre o conjunto de evidências de fatos históricos que selecionou para serem analisados”. Desse modo, *história* e *historiografia* não podem ser confundidas como uma mesma atividade, ou atividades semelhantes, uma vez que a totalidade histórica nunca poderá ser apreendida pelo historiógrafo, o qual faz recortes temporais para analisar apenas uma parte da história.

Embora sem pretensões historiográficas em sentido estrito, Nietzsche (1874 *apud* Borges Neto, 2022) entende que o relevante não é exatamente a narração dos eventos do passado, e sim a utilização que os homens fazem dessas narrativas. Desse modo, o autor propõe três tipos básicos de interesse dos indivíduos ao retomar o passado: i) a *história monumental*, ou seja, a história dos heróis, dos “monumentos” do passado que legitimam posições assumidas no presente, que busca, por exemplo, “pais fundadores”, os antecessores que justificam opiniões

e comportamentos presentes; ii) a *história de antiquário*, que busca a reconstituição, o mais fiel possível, do passado, considerando-o melhor do que o presente e digno de conservação e reverência; e iii) a *história crítica*, ou simplesmente a história dos vencidos que querem reescrever o passado como forma de obter o conforto que lhes falta no presente.

Com essa divisão, Nietzsche (1874 *apud* Borges Neto, 2022) demonstra a importância dos valores associados ao passado a partir das necessidades do presente de quem trabalha com a historiografia. Desse modo, são os interesses do historiógrafo que formatam os tipos de narrativas históricas, assim como os diferentes modos de condução das narrativas históricas são explicados a partir dos interesses do historiógrafo. Contudo, justamente por serem movidas por interesses particulares, os três tipos de história são igualmente falsos para o autor, ao passo que só teríamos uma história verdadeira se fosse possível olhar para o passado sem ambições individuais – algo praticamente impossível. Assim, não pretendemos nos valer de nenhum dos tipos de história (*monumental, de antiquário e crítica*) apresentados por Nietzsche (1874 *apud* Borges Neto, 2022), mas cumprir, com o devido rigor, o que a HL prevê como atividades do historiógrafo, com o intuito de compreender como o estudo do léxico foi abordado em gramáticas novecentistas.

Em se tratando da Historiografia da Linguística (HL), as análises são empreendidas acerca da construção do conhecimento linguístico ao longo da história. Como resultado final de um trabalho historiográfico, como é o caso desta dissertação, temos um texto narrativo interpretativo em que o historiógrafo divide a sua pesquisa basicamente em três fases: a fase documental de escolha de seu material de análise; a fase de interpretação dos dados encontrados, na qual o pesquisador põe o seu olhar – mesmo situado no presente – no passado; e a fase da apresentação dos dados, em que o historiógrafo elabora os produtos da sua interpretação, e suas conclusões são expostas ao leitor. Desse modo, em todas as fases do trabalho historiográfico, o historiógrafo se coloca como importante personagem para a condução da Historiografia empreendida, corroborando com o pensamento nietzschiano da impossibilidade de distanciamento.

Nesta seção, partindo desses direcionamentos, traremos algumas reflexões acerca das bases epistemológicas da HL, apresentando-a como área disciplinar e expondo as suas características, bem como discutiremos sobre o fenômeno da gramatização e as gramáticas como instrumento de descrição linguística, tecendo uma narrativa histórica ligada a uma investigação que possa explicar o percurso da gramatização ocorrida no século XX.

### 3.1 Historiografia da Linguística: bases epistemológicas

A HL, enquanto campo disciplinar, surge na década de 1970, na Europa, com a publicação de trabalhos cujo foco é a reflexão acerca da história do conhecimento sobre quaisquer discussões sobre a linguagem em diferentes espaços e contextos, institucionalizados ou não. Pioneira, a editora holandesa John Benjamins lança, em 1974, o periódico *Historiographia Linguistica*, com um ensaio programático escrito pelo seu editor-fundador, Ernst Frideryk Konrad Koerner, intitulado “*Purpose and Scope of ‘Historiographia Linguistica’: Editorial*” (Koerner, 1974), em português “Objetivo e escopo da ‘Historiografia Linguística: Editorial’”. Desde então, várias outras revistas dedicaram-se ao estudo da história do conhecimento sobre a linguagem, colaborando para que a HL se tornasse uma área de pesquisa legitimada, como a *Historie, épistemologie, Langage* (1979), a *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* (1991), a *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (2002), a *Language & History* (2009) e a *Revista Argentina de Historiografía Lingüística* (2009)<sup>2</sup>.

No Brasil, a HL, impulsionada pelas ações organizacionais e pela liderança intelectual de Cristina Altman, na Universidade de São Paulo (USP), tornou-se uma disciplina científica que tem como principais objetivos descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo. Nesse caminho investigativo, ela não se confunde com a Linguística Histórica, que trabalha com a história da língua, e não com o conhecimento sobre as línguas, como a HL.

A História da Linguística, por sua vez, é uma disciplina mais linear, baseada em crônicas – trabalho no qual o pesquisador não interpreta as fontes analisadas –, sequencial e geralmente sustentada em narrativas de heróis. Para Altman (2004), a História e a Historiografia da Linguística apresentam estatutos e dimensões diferentes, e não são coextensivas, a partir do momento em que o historiógrafo realiza um recorte sobre o *continuum* histórico, visto que a historiografia não consegue esgotar todo o conjunto de fatos que compõem a história.

Há, ainda, quem associe a HL com a História das Ideias Linguísticas (HiL), uma vez que ambas as áreas tomam como objeto de estudo o pensamento linguístico no decurso do tempo. No entanto, apesar do diálogo possível e, pelo menos na Europa, bastante recorrente, as áreas seguem rumos diferentes quando, no Brasil, a HiL alinha a pesquisa historiográfica ao

---

<sup>2</sup> Tradução livre das revistas citadas: *História, epistemologia, Linguagem* (1979), *Contribuições para a história da linguística* (1991), *Boletim da Sociedade Espanhola de Historiografía Lingüística* (2002), *Linguagem e História* (2009), e *Revista Argentina de Historiografía Lingüística* (2009).

aparato terminológico e metodológico da Análise do Discurso de linha francesa. Nesta pesquisa, embora tomemos a HL como principal ferramenta para investigação do conhecimento linguístico, apoiamo-nos, também, para lidar com questões sobre gramatização, em referências da HiL, como Auroux (2014). Destarte, estamos ancorados nas fundamentações de grandes expoentes da HL: Koerner (1996; 2014), Swiggers (2004; 2010; 2012; 2013; 2015; 2019) e Altman (2004; 2012).

Para Swiggers (2020), *historiografia* é o processo de descrição e compreensão dos produtos e dos processos que constituem e caracterizam a história de uma disciplina. *Historiografar*, assim, é descrever e compreender os processos – macro e micro – que constituem a história. Linguística, para o mesmo autor, é o *corpus* global de conhecimentos e reflexões relacionados ao fenômeno da linguagem e à história das línguas. Por sua vez, HL, para Swiggers (2020), é uma disciplina que visa fornecer uma narrativa descritiva e explicativa cientificamente fundamentada sobre como o conhecimento linguístico foi adquirido, e qual tem sido o curso do desenvolvimento desse conhecimento, desde os seus primórdios até o presente momento.

De modo análogo, Koerner (2014) conceitua a HL como a disciplina cientificamente fundamentada que tem por objetivo descrever e interpretar os processos de produção, desenvolvimento, circulação e recepção do conhecimento sobre a linguagem ao longo do tempo. Não é interesse da HL, portanto, a linguagem em si mesma, mas o que foi produzido sobre ela. Sendo assim, o objeto de investigação da HL é o *conhecimento linguístico*, entendido por Swiggers (2010) como toda forma de compreender a linguagem, em suas múltiplas dimensões, produzida pelos seres humanos em diferentes recortes temporais, com ou sem estatuto de “ciência linguística”.

A atividade de escrever a história da linguística presume, pois, a tarefa de seleção, reconstrução, ordenação e interpretação dos fatos, trabalho atribuído ao historiógrafo da linguística. Desse modo, o historiógrafo seleciona alguns fatos da história para, assim, criar uma narrativa sobre os acontecimentos históricos. No entanto, a historiografia é uma escrita *sobre* a história; não é a história em si. De modo análogo, a gramática não é a língua; a gramática é uma escrita *sobre* a língua (Altman, 2004).

Nesse processo de reconstrução de histórias, o historiógrafo precisa cumprir alguns princípios, regras e condições de pesquisa que assegurem o controle dos procedimentos de investigação, a transparência na comunicação dos resultados e a sua verificabilidade (Swiggers, 2019). Em seu trabalho, sempre apoiado em fontes historiográficas específicas e adequadas para seus fins investigativos, o pesquisador seleciona, dentro da história, um conjunto de evidências

de fatos do passado, os quais serão submetidos a interpretação. Portanto, o trabalho empreendido pela HL envolve tanto a descrição quanto a interpretação dos fatos históricos à luz de fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos específicos, tendo como produto uma narrativa hermenêutica, resultado do olhar de um pesquisador também histórico, situado em um contexto social e intelectual particular, assim como o seu objeto (Koerner, 1996).

Uma pesquisa historiográfica tem como possíveis fontes instrumentos que possam constituir um meio de acesso ao passado, como as gramáticas que compõem o nosso *corpus*. Para Swiggers (2013, p. 42), esse tipo de fonte se constitui como “o ‘reflexo (ou depósito) material’ da história da linguística”. Em consonância, Batista (2020) afirma que os materiais que servem de observação, descrição e análise para uma pesquisa historiográfica constituem o que se chama de reminiscências do passado. A perspectiva interpretativa do trabalho historiográfico é o que transformará o material “bruto” do passado em uma fonte histórica a partir da qual perguntas e hipóteses serão elaboradas.

As fontes historiográficas são divididas, *a priori*, em primárias e secundárias, sendo as *fontes primárias* (ou diretas) os materiais que são diretamente utilizados para a observação histórica e que de fato serão objeto analítico do pesquisador, e as *fontes secundárias* os diversos materiais que auxiliam o pesquisador na compreensão das fontes primárias. Tais fontes também podem ser diferenciadas em *fontes simbólicas* e *fontes não simbólicas*, que, segundo Batista (2020), são, respectivamente, aquelas que efetivamente apresentam alguma evidência a respeito do passado de forma intencional e as que transmitem não intencionalmente informações sobre o passado. As fontes simbólicas mais comuns são cartas e documentos escritos; já as fontes não simbólicas, objetos de uma época.

Por fim, ainda conforme Batista (2020), há a distinção entre *fontes canônicas*, que estão dentro das fontes primárias ou diretas, e que são aquelas já reconhecidas em uma tradição de pensamento como material legitimado de análise, como documentos escritos, livros, jornais, tratados, etc.; e *fontes marginais* (ou indiretas), que tradicionalmente não fazem parte do conjunto de documentos históricos no que se concebe como uma pesquisa histórica clássica, como cartas e documentos pessoais, fotografias, anotações marginais em documentos e, recentemente reconhecidas como marginais, as fontes orais.

Nesta pesquisa historiográfica, na qual analisamos cinco (5) gramáticas novecentistas (a *Gramática expositiva da língua portuguesa* (1907), de Eduardo Carlos Pereira; a *Gramática secundária da língua portuguesa* (1927), de Manuel Said Ali; a *Gramática normativa da língua portuguesa* (1965 [1957]), de Carlos Henrique da Rocha Lima; a *Gramática fundamental da língua portuguesa* (1978 [1968]), de Gladstone Chaves de Melo; e a *Nova gramática do*



*português contemporâneo* (1985), de Celso Cunha e Lindley Cintra), trabalhamos com fontes primárias – as próprias gramáticas –, assim como artigos, resenhas e trabalhos sobre tais gramáticas. Desse modo, utilizamos, por consequência, fontes canônicas, a fim de reconstruir o clima de opinião do período em que as gramáticas foram publicadas, assim como algumas fontes marginais, isto é, todo e qualquer material a respeito das gramáticas que compõem o nosso *corpus*, de seus autores, e da época em que tais gramáticas foram publicadas.

Para a HL, o trabalho investigativo de reconstrução da história deve contemplar duas dimensões de análise: a DI, em que se analisa o conteúdo dos documentos em sua imanência, e a DE, na qual a fonte historiográfica é considerada como artefato sócio-histórico, produto de seu tempo, e o historiógrafo analisa as condições situacionais em que o conhecimento linguístico é processado. A dimensão externa é de elevada importância para o pesquisador em HL, uma vez que é ela que vai caracterizar se a análise é, de fato, historiográfica. Isso porque o pesquisador vai em busca de explicações no contexto social, intelectual, cultural, político e ideológico para interpretar como o conhecimento linguístico em questão é apresentado na imanência das fontes analisadas.

Uma análise historiográfica é, sobretudo, permeada por movimentos de “idas e vindas” entre a DI e a DE, que se entrecruzam ao longo do processo analítico. Inicialmente, dentro da DI, há uma reconstrução dos estudos sobre a linguagem em meio à análise, formulação e reformulação de conceitos teóricos, e práticas de tratamento das línguas; nesse momento, o pesquisador olha para a imanência de sua fonte. No entanto, quando focamos apenas na DI, privilegamos o descritivismo e não realizamos a interpretação. É por isso que precisamos entrar na DE e contemplar o aspecto social como parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência, ou área do saber, e de suas práticas discursivas. Por fim, adentramos novamente na DI na tentativa de explicarmos tal interpretação.

Nos termos de Koerner (1996), é necessário que o historiógrafo siga três princípios que garantem o caráter científico da pesquisa historiográfica: o princípio de contextualização, o princípio da imanência e o princípio de adequação.

O princípio da contextualização está ligado ao estado geral de opinião do ambiente social da época e do espaço em que foi originada e circulou a fonte, o que se denomina como *clima de opinião*. Desse modo, ao ser examinado, o material não pode ser privado de seu contexto histórico-cultural e dos influxos do período de sua produção. Isso significa que os fatores extralinguísticos podem ter tido, de alguma maneira, um impacto sobre as ideias surgidas, recebidas, rejeitadas acerca da linguagem e sobre as teorias linguísticas e métodos de descrição e análise que são característicos de um determinado período no desenvolvimento da

história do conhecimento linguístico. Assim, ao analisarmos as gramáticas novecentistas que compõem o nosso *corpus*, é preciso que retomemos o cenário cultural e epistemológico do século em que foram produzidas e publicadas.

Para que cumpramos com o princípio da contextualização, precisamos entender a importância do horizonte de retrospectão, nos termos de Auroux (2008). Segundo o autor, o ato de saber tem uma espessura temporal, um *horizonte de retrospectão*, assim como um *horizonte de projeção*. Para o autor, *horizonte de retrospectão* é o conjunto de conhecimentos antecedentes ao ato do saber, isto é, anteriores à produção do conhecimento. Desse conjunto, podem fazer parte “conhecimentos comuns” ou “indexados” por autores e datas. Quando se trata de fazer história das ideias da linguagem, Auroux (2008) afirma que o conhecimento do horizonte de retrospectão de uma obra é algo fundamental para sua compreensão, assim como o conhecimento da produção anterior e posterior dos autores para a localização do texto na história das ideias. Por sua vez, o *horizonte de projeção* seriam os momentos nos quais um futuro é projetado.

Já o princípio de imanência é a análise do texto em seu próprio quadro teórico, o levantamento de informações e a determinação de uma interpretação ampla do material, no que diz respeito não só às teorias linguísticas, mas também ao contexto histórico da época de publicação. Em se tratando das gramáticas novecentistas analisadas neste trabalho, é imprescindível que levemos em consideração o período em que foram publicadas, a fim de buscar um efeito restaurador do passado e possibilitar a compreensão do documento (Nascimento, 2005). Para cumprir o princípio da imanência, o historiógrafo deve olhar para a fonte sem a interferência do olhar do presente, evitando que a sua formação linguística atual influencie sua compreensão da fonte situada no passado. Isso porque o quadro geral da teoria a ser investigada e a metodologia usada no texto devem ser definidos internamente e não em referência a uma doutrina linguística moderna.

Por fim, o princípio de adequação está relacionado à compreensão do passado do documento a ser analisado e à interpretação das informações colhidas à luz das abordagens contemporâneas. Sendo assim, após analisarmos o estudo do léxico nas gramáticas que compõem o nosso *corpus*, compararemos com as descrições atuais. Desse modo, esse princípio se liga à possibilidade de o historiógrafo da língua comparar os códigos com descrições verbais e reatualizar o documento (Nascimento, 2005), ou seja, há uma tentativa de tornar o texto mais facilmente acessível ao linguista moderno, além de aproximações modernas do vocabulário técnico e do quadro conceitual apresentado na obra em questão. Para isso, o leitor deve ser alertado para o fato de aproximações terminológicas terem sido introduzidas na narrativa.

Portanto, podemos afirmar que a HL extrapola o fato puramente linguístico para se ater, também, às circunstâncias de produção e de recepção do conhecimento que se constrói sobre a linguagem. Tal forma de conhecimento configura, segundo Swiggers (2013), o interesse de análise da HL, que trabalha, portanto, com história do pensamento linguístico. Os *objetos primários* da disciplina, ainda conforme Swiggers (2013), para a análise do pensamento linguístico, são *textos*, publicados ou não, os quais o historiógrafo da linguística compreende como o “reflexo (ou depósito) material” da história da linguística (Swiggers, 2013, p. 41-42). A natureza epistemológica do campo da HL coloca em situação de diálogos e intermediações fundamentos da ciência da linguagem e fundamentos teóricos da pesquisa histórica. É exatamente a partir dessa dimensão que o estatuto da disciplina e da área de pesquisa e ensino se constitui, traçando o aspecto interdisciplinar de seus elementos teóricos e de suas diretrizes metodológicas.

Em suma, de acordo com Koerner (1996), não há um caminho único para a pesquisa historiográfica em linguística, mas, em razão da natureza particular do assunto sob investigação, os historiógrafos da linguística devem insistir em buscar seu próprio quadro de trabalho, sua própria metodologia e epistemologia. Cada historiógrafo deve ter um plano de estudo: um conjunto de instrumentos e uma agenda de pesquisa para uma investigação historiográfica personalizada (Swiggers, 2013).

O plano de estudo empreendido nesta dissertação concerne em analisar cada gramática do nosso *corpus*, sob a luz da HL, refletindo desde a visão geral do compêndio a partir das divisões empreendidas pelos autores, a análise de como os fenômenos lexicais foram conduzidos pelo gramático, a observação da condução normativa envolvendo a apresentação dos dados para a análise, o mapeamento e a interpretação do exemplário para o trato descritivo-normativo utilizado na gramática e, por fim, a compreensão de como o contexto histórico pode ter influenciado nas ideias linguísticas promovidas pelo instrumento.

### **3.2 Gramatização e gramáticas como instrumento de descrição linguística**

Segundo Gragg (1995), os textos escritos mais antigos de que se tem conhecimento são de escrita cuneiforme há cerca de 3400 anos a.C. e tinham, provavelmente, finalidades administrativas, como inventários, listas, instruções, etc. Entre as mais antigas tabuletas de argila gravadas com caracteres cuneiformes, foram encontrados textos que aparentemente foram criados para o uso em escolas de escrita e eram textos-listas que registravam o léxico nominal do Sumério. Tais textos-listas foram cristalizados e redigidos como séries canônicas,

acompanhadas de traduções para o idioma acádio, com o passar dos séculos, no que poderíamos chamar de primeiros dicionários bilíngues.

No curso do terceiro milênio a.C., viu-se o sistema de escrita cuneiforme de um sistema logográfico “puro”, isto é, aquele que apresenta um símbolo para cada palavra/ideia, para um sistema logográfico silábico, que combina símbolos para determinados morfemas, corroborando para a existência de uma reflexão gramatical e análise fonológica relativamente sofisticada. A tradição dos estudos fonológicos e morfológicos desenvolvida na Índia, há aproximadamente 3 mil anos, era constituída como tentativa de registrar e manter a pureza do sânscrito, sendo a gramática de Panini (350 a.C.) a formulação mais completa das antigas investigações sobre a estrutura gramatical de tal língua sagrada, tendo influenciado a teoria gramatical do Ocidente. No entanto, as gramáticas que conhecemos hoje descendem da tradição de estudos linguísticos dos gregos, propagados no Ocidente pelos romanos.

As *escolas de escrita* foram pioneiras quando pensamos em formas de consideração da linguagem presentes no pensamento grego da Antiguidade e consistiam, conforme Householder (1995), em encontros para ler, estudar, copiar, memorizar, recitar e cantar obras dos poetas, principalmente do tipo lírica, épica, jâmbica e elegíaca. Acredita-se que o texto escrito, na Grécia Antiga, tivesse uma função mnemônica e só fizesse sentido quando lido em voz alta.

Por volta do século V a.C., a *escola dos sofistas* nasce como uma nova forma de educação superior, cujo foco era o ensino do que hoje compreendemos como retórica. Pode-se dizer que os sofistas se preocupavam com o uso da língua, mais especificamente em estratégias de argumentação, assim como problemas filosóficos, sociológicos e educacionais. Contudo, sabe-se que o pensamento sofista foi alvo de diversas críticas por parte dos filósofos, inclusive de Platão, que dizia que o sofista era um “caçador assalariado de jovens ricos [...], um homem que vende ‘virtude’ e, visto que vende bens que não lhe pertencem, como um homem que pode ser descrito como mercador do ensino” (Kerferd, 2003, p. 14).

Apesar das inúmeras críticas, foi um sofista, Protágoras (ca. 485 a.C. – ca. 411 a.C.), que contribuiu para o que, à época, poderia ser um princípio de gramática, tecendo discussões acerca de quatro tipos de sentenças (pedido, pergunta, resposta e comando), reconhecendo na língua grega a existência de três gêneros (masculino, feminino e “coisas”), de três números (muitos, poucos e um) e de quatro “transformações”: a *adição*, que hoje se concebe como pleonasma, redundância, epêntese, etc.; *subtração*, hodiernamente conhecida como elipse, elisão, afêrese, etc.; *substituição*, o que compreendemos no presente como enálage, comutação, etc.; e *permutação*, modernamente conhecida como metátese, hipérbato, anástrofe, etc.

Reflexões como as de Protágoras mostram que os sofistas já refletiam sobre a língua como objeto empírico no século V a.C., pensando sobre a estrutura das palavras e em questões retóricas ou de uso da linguagem. Platão, por sua vez, desenvolveu reflexões sobre o conhecimento gramatical em diálogos como o *Teeteto* e *Crátilo*, por exemplo, sendo provavelmente uma de suas principais contribuições à gramática hodierna a discussão sobre *onoma* e *rhema*, que correspondem respectivamente ao que compreendemos hoje como a parte nominal da proposição, o sujeito, e a parte predicativa da proposição, o predicado.

Outras contribuições foram sendo dadas ao longo do tempo por filósofos e estudiosos em geral para que hoje tivéssemos a gramática que conhecemos. Pode-se dizer que, no final do século II a.C., já existiam as principais noções previstas em uma gramática, assim como os elementos constitutivos da linguagem na perspectiva grega já estavam identificados. No entanto, ainda não se viam gramáticas como compêndios, mas manuais (as *technai*) que tinham a finalidade de auxiliar os professores nas já mencionadas *escolas de escrita*.

Pode-se dizer que as razões para o estudo da linguagem e a necessidade de criação de gramáticas não eram totalmente unívocas. Para Platão, Aristóteles e os Estoicos, os estudos da linguagem eram utilizados para fazer filosofia e lógica; já Dionísio Trácio e Apolônio Díscolo, por exemplo, tinham como motivação a percepção da necessidade de ensinar os significados, as formas e a pronúncia corretas do grego ático homérico como uma forma de facilitar a leitura, a declamação e o entendimento da literatura clássica (Allan, 2007, p. 11).

Segundo Allan (2007, p. 13), os estudiosos da linguagem, naquele momento, “tinham crenças sobre a composição e estrutura da linguagem e [...] seus estudos da linguagem eram motivados e tinham propósito”. Contudo, a gramática, tal como concebemos hoje, só surge na Alexandria no início do século I a.C., fruto do movimento intelectual promovido juntamente com a conhecida Biblioteca de Alexandria. Dionísio Trácio é autor da possível gramática mais antiga de que se tem conhecimento, a *Téchne Grammatiké*, a qual reúne o conhecimento linguístico disponível à época em forma de um manual, apresentando de forma sistemática parte das regras da língua grega.

A partir desse longo percurso até o desenvolvimento do que podemos entender como uma gramática de uma língua, Sylvain Auroux, em *A revolução tecnológica da gramatização* (2014), compreende globalmente o desenvolvimento das ideias linguísticas europeias em um período que vai do século V até o fim do século XIX. Assim, dentro desses 15 séculos, podemos vislumbrar o que o autor denomina de *gramatização massiva* das línguas do mundo a partir da tradição grego-latina (Auroux, 2014). Para o autor, essa gramatização constitui – depois do advento da escrita no terceiro milênio antes da nossa era – a *segunda revolução técnico-*

*linguística*, que só terminará no século XX. É a partir dessa revolução que uma rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa é criada.

O desenvolvimento do que Auroux (2014) chama de *segunda revolução técnico-linguística* foi fundamental tanto para a origem quanto para as consequências sociais das ciências em geral. Para o autor, a gramática torna-se “simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las” (Auroux, 2014, p. 36). É somente no século XVI que uma marginalização epistemológica se inicia, fazendo da etimologia um dos raros domínios do saber linguístico antigo que não serão integrados às ciências modernas da linguagem.

Quanto ao fato da *gramatização*, Auroux (2014, p. 65) a define como o “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Segundo o autor, uma gramática deve conter, pelo menos, uma categorização das unidades, exemplos e regras mais ou menos explícitas para construir enunciados, podendo os exemplos escolhidos tomarem seu lugar. Auroux (2014), assim, concebe “gramática de uma língua L algo como o que fez Panini para o sânscrito; Dionísio de Trácio e Apolônio, para o grego; Varrão, Donato e Prisciano, para o latim, e Sibawayhi e seus sucessores, para o árabe” (Auroux, 2014, p. 66). São esses critérios que utilizamos, nesta pesquisa, para definir o que é um compêndio gramatical em nosso *corpus*.

Na Europa do século IX, o latim é a segunda língua a dominar. A gramática latina era, por sua vez, uma técnica de aprendizagem da língua. Sobre isso, Auroux (2014) explica que

Foi necessário primeiro que a gramática de uma língua já gramaticalizada fosse massivamente empregada para fins de pedagogia linguística, porque essa língua se tornou progressivamente uma segunda língua, para que a gramática se tornasse – o que tomará um tempo considerável – uma técnica geral de aprendizagem aplicável a toda língua, inclusive a língua materna (Auroux, 2014, p. 43).

Essa espécie de “padrão latino” no processo de constituição de uma língua por parte dos seus falantes torna-se um fator de unificação teórica na história dos estudos linguísticos, propagando uma “latinidade” na gramatização em razão da homogeneidade categorial e conceptual. Assim, a gramática se torna uma técnica geral de aprendizagem aplicável a todas as línguas.

Segundo Vieira (2018), o cume da revolução descrita por Auroux (2014) equivale à crista do Renascimento cultural e político europeu, e o lastro gramatical de tradição greco-romana já era bem semelhante ao que podemos encontrar nas consideradas gramáticas tradicionais contemporâneas. Desse modo, no final da Idade Média, já tínhamos uma espécie

de conjunto categorial e analítico consolidado, a serviço da gramatização dos vernáculos europeus. Assim,

Se até então o termo *gramática* só se referia a um corpo de sistematização das línguas clássicas (grego e latim), por volta do Renascimento esse escopo se expandiu para as demais línguas do mundo, vivas ou mortas, europeias ou não, de povos ágrafos ou de tradição escrita. Qualquer língua passou a ser digna do processo de gramatização, e o peso da herança clássica da tradição gramatical greco-latina fatalmente se faria sentir sobre essas gramáticas emergentes (Vieira, 2018, p. 89).

Desse modo, Vieira (2018) compreende que o Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG), modelo milenar utilizado na elaboração de gramáticas no Ocidente, transcende a Antiguidade e a Idade Média, dominando os estudos gramaticais empreendidos na Idade Moderna e na Idade Contemporânea. Portanto, ainda segundo o autor, mesmo com o surgimento de outras vertentes de estudos linguísticos, o conjunto das transformações permaneceu, em essência, ligado à gramatização das línguas ocidentais, persistindo como fenômeno central e inabalável (Vieira, 2018). Esse autor (2018) também traça alguns pontos constitutivos do PTG, os quais trazemos no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1 – Traços constitutivos do PTG**

A gramática constrói um modelo artificial e ideal de língua.	A gramática regula a língua, prescrevendo suas formas legítimas.	Descrever uma língua se confunde com normatizá-la, prescrevê-la.
A gramática, independentemente do seu uso escolar, tem função pedagógica.	A função da gramática é ensinar a língua correta.	A melhor língua é a língua do colonizador.
A melhor língua é a língua das camadas dominantes da sociedade.	A língua é a expressão do pensamento.	A língua é um objeto autônomo, independe dos seus usuários.
A língua equivale à sua modalidade escrita.	<b>PTG</b>	A língua é homogênea e estática.
Os usos que se afastam das formas legitimadas pela gramática são ignorados ou classificados como vícios.		A língua literária é a mais bem elaborada e deve, portanto, servir de modelo.
A língua das gerações progressas é melhor que a das gerações atuais.	A língua deve ser preservada.	O aparato conceitual e taxionômico de tradição greco-latina serve para todas as línguas.
A gramática de uma língua se divide em fonologia, morfologia e sintaxe.	A gramática de uma língua é a gramática das frases (períodos) da língua, tomadas como unidade máxima de análise.	As frases de uma língua têm sentido pleno, bastam-se a si mesmas.
A exposição do conteúdo da gramática é sistemática: categoria, definição, subdivisão e exemplo.	As categorias gramaticais são fixas, estanques e avessas a controvérsias.	Referências teóricas não precisam ser apresentadas no corpo da gramática.

Fonte: Vieira (2018, p. 235).

Vieira (2018) traz, com esse quadro contendo traços constitutivos do PTG, uma noção clara do que entendemos por *gramática tradicional*. Tais características estão presentes em quase toda a extensão da gramaticografia ocidental e, ainda hoje, podemos encontrá-las nas gramáticas que os leitores, consultantes e pesquisadores, fazem uso. Nas gramáticas que compõem o nosso *corpus*, por exemplo, vemos claramente muitos desses traços presentes ao longo dos compêndios, como veremos mais detidamente na seção de análise.

Em se tratando do contexto da gramatização luso-brasileira do português, ela foi/é “compromissada em quase cinco séculos com os direcionamentos teórico-metodológicos e ideológicos do PTG, a despeito de mudanças episódicas ou pontos fora da curva” (Vieira, 2018, p. 106). Na gramatização do português no Brasil, compreendemos que a latinização estava presente nas primeiras gramáticas brasileiras oitocentistas e permanece até nas contemporâneas do português, mesmo que estas tentem realizar movimentos de ruptura com a tradição gramatical.

Comparando a gramática com um martelo, Auroux (2014, p. 70) afirma que, “do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor”. Assim, o autor corrobora com o fato de que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas e, com a gramatização – e em grande parte graças a ela – constituíram-se espaços/tempos de comunicação cujas dimensões e homogeneidade são incomparáveis ao que pode existir em uma sociedade oral, ou seja, numa sociedade sem gramática.

Conforme Vieira (2016, p. 22), as gramáticas, em geral,

[...] buscam construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas legítimas; veem as variedades linguísticas dominantes na sociedade como superiores às de menor prestígio; confundem gramática, norma e língua, entendendo-as como objetos autônomos, homogêneos e estáticos, independentes de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento; privilegiam a escrita literária pregressa em detrimento de outras esferas de uso da língua; tomam a frase como unidade máxima de análise e consideram imanente o seu sentido; utilizam um aparato categorial, conceitual e terminológico comum, fixo e estanque, a despeito de lacunas e contradições (Vieira, 2016, p. 22).

A partir dos pontos elencados anteriormente, compreendemos a noção de gramática que foi construída – e implementada – ao longo dos séculos. O PTG impossibilita, historicamente, uma reflexão sobre a língua pautada na sua utilização em contextos efetivos, compreendendo a língua como um sistema abstrato, autônomo e homogêneo (Vieira, 2018). Por isso, neste



trabalho, tomamos como um compêndio gramatical tradicional toda a obra que tem como herança a tradição gramaticográfica greco-latina, o objetivo de facilitar o ensino e a aprendizagem de uma língua a partir dos melhores autores, bem como a preocupação com a prescrição de normas para o bem falar e escrever.

A partir desses preceitos, na subseção a seguir, discutiremos sobre como aconteceu o processo de gramatização da língua portuguesa, até chegarmos à gramatização da língua portuguesa no Brasil.

### 3.3 O processo de gramatização da língua portuguesa

Sabe-se que, pelo menos desde a segunda metade do século XII, já se escrevia em língua românica, a língua que deu origem ao português. Em Portugal, o latim ainda era ensinado pelas obras de Donato, Prisciano, entre outros gramáticos. Apenas na segunda metade do século XIII, na qual o trovadorismo galego-português encontrava seu auge e se iniciava a produção literária portuguesa em prosa, a língua românica se tornaria a língua da administração do reino de Portugal. Dois séculos e meio depois, as primeiras gramáticas em “língua portuguesa” eram escritas.

Segundo Vieira (2018), em um resumo de trabalhos que se dedicaram ao período inicial da gramaticografia portuguesa do século XVI (Buescu, 1984; Leite, 2007; Souza, 2010; Carvalho, 2011), no início da gramaticografia portuguesa (século XVI), a preocupação dos gramáticos girava em torno

[...] do sentimento patriótico de superioridade da língua portuguesa frente às demais; da importância da língua portuguesa como instrumento político, a serviço da implantação de uma cultura literalmente portuguesa; da criação das normas para uniformização da ortografia portuguesa; do estudo cada vez mais profundo do léxico, o que repercutiu na produção de dicionários de língua portuguesa; da busca pela semelhança entre a gramática portuguesa e a latina, devido ao prestígio do latim como língua de expressão culta (Vieira, 2018, p. 107).

A partir disso, podemos apreender que o propósito dos gramáticos nesse momento inicial era de dar à “nova língua” um *status* de privilégio. A tentativa de criar uma identidade lusitana agregada a uma gramática consistente era também para levar a língua supostamente de prestígio aos novos territórios conquistados. No entanto, Leite (2007) afirma que havia, aliada a esse desejo, a preocupação de uma constituição de uma norma, embora a diversidade regional não fosse tão acentuada como a de outras línguas, como o espanhol e o italiano.

Dessa forma, compreendemos que o processo de gramatização legitima uma língua a partir do momento em que o instrumento linguístico em questão – as gramáticas – repercute no processo de constituição das nações. Não obstante, decorre uma profunda transformação das relações sociais (nascimento do capital mercantil, urbanização, mobilidade social, extensão das relações sociais, entre outros) inerentes ao processo de formação das nações europeias (Auroux, 2014), construindo, inclusive, tensões a partir do momento em que são geradas disputas entre elas.

Segundo Vieira (2018), as gramáticas de Fernão de Oliveira (1507-1581) e de João de Barros (1496-1570), assim como as obras dos ortógrafos Pero de Magalhães Gândavo (1540-1579) e Duarte Nunes de Leão (1530-1608), contribuíram para a gramatização do português expressando um sentimento patriótico de superioridade linguística, principalmente diante da língua castelhana. Ainda conforme o autor, tais gramáticas tiveram destaque por terem sido as primeiras a codificar e normatizar a língua portuguesa, além de serem tão excelentes quanto as gramáticas renascentistas de outras línguas europeias, prescrevendo regras baseadas na idealização de uma língua portuguesa homogênea e, desse modo, corroborando com o discurso nacionalista e ufanista português.

Nos primeiros dois séculos de gramatização da língua portuguesa, não havia sequer a intenção de produzir gramáticas nas colônias conquistadas pelos portugueses, incluindo o Brasil. O ensino de língua em terras brasileiras era feito a partir da metodologia utilizada em Portugal, propagada pela ordem religiosa Companhia de Jesus (1540-1759).

Para Cavaliere (2012), o percurso historiográfico da gramaticografia de língua portuguesa no Brasil inicia com a publicação do *Epítome de gramática portuguesa* (1806), do carioca Antônio de Moraes Silva (1755-1824). Antes disso, a produção linguística atestada em solo brasileiro era escassa, e, ao longo dos três primeiros séculos da colonização, podemos citar apenas alguns poucos textos linguísticos escritos em terra brasileira. Isso se deu, em parte, pelo fato de o português não ser a língua vernácula do Brasil em quase todo esse período dos três primeiros séculos, além de outras questões, como a inexistência de um mercado editorial.

A partir do século XIX, são lançados vários volumes que cuidam da descrição sistêmica do vernáculo, sobretudo a partir de 1829, quando o Padre Antonio da Costa Duarte publica no Maranhão seu *Compêndio da gramática portuguesa* (1829). O modelo de descrição nesta fase da produção gramatical brasileira, conforme Cavaliere (2012), pauta-se no modelo racionalista levado ao Brasil principalmente pela *Gramática filosófica* (1822) de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816). No entanto, antes da publicação da gramática de Soares Barbosa e de seus contemporâneos, Portugal já sinalizava interesse em interferir na questão linguística do Brasil.

Com a publicação da Carta Régia em 1727, o rei D. João V determina ao superior dos religiosos da Companhia de Jesus no Maranhão que a língua portuguesa chegasse aos povos indígenas do solo brasileiro. Em 1757, o Marquês de Pombal impunha a obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa no Brasil sob o *Diretório dos Índios*, um instrumento de política linguística implantado pelo governador do Grão-Pará e Maranhão que proibia o uso público da língua geral e das línguas indígenas nos Estados do Grão-Pará e Maranhão e do Brasil. Além disso, o *Diretório dos Índios* impôs em terra brasileira a “língua do Príncipe” como única língua a ser ensinada.

Contudo, o *Diretório dos Índios* não foi largamente cumprido, e, mesmo após mais de uma década de sua publicação, não havia sequer uma quantidade significativa de escolas que contemplasse toda a população indígena, e os diretores perpetuaram o ensino da língua-geral (Faraco, 2016). Tal política pombalina, segundo Vieira (2018, p. 139), “em um cenário sociolinguístico de heterogeneidade, ou mesmo de diglossia, fertilizou o terreno para que posicionamentos puristas e conservadores na tradição gramatical luso-brasileira surgissem e se avolumassem por todo o Oitocentos”. Desse modo, criou-se a ideia de que o “português europeu”<sup>3</sup> era melhor e mais correto do que o falado na colônia, pensamento muito presente nas gramáticas desse período.

O período conhecido como *científico*, no século XIX, inicia com uma geração de professores que passaram a trabalhar teses histórico-comparativistas. Esse período conta com uma fase inicial de gramáticos que escreveram seus textos inspirados na escola comparativista alemã e nos volumes de língua vernácula francesa e inglesa. Cavaliere (2012) aponta como os nomes mais destacados do período: Julio César Ribeiro Vaughan (1845-1890), Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899), Alfredo Gomes (1859- 1924), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) e Manuel Said Ali Ida (1861-1953), primeiro a trazer para as páginas brasileiras as teses linguísticas dos neogramáticos.

Vieira (2018, p. 143) resume a gramatização do português nos séculos XVIII e XIX como um processo marcado, “em termos teóricos, por princípios lógico-filosóficos da Gramática de Port-Royal” e, “em termos pedagógicos, pela defesa da prioridade do ensino de gramática portuguesa em relação à gramática latina, sem espaços de legitimação de aspectos particulares do português do Brasil”. Há, inclusive, estudiosos que afirmam que não existiram estudos da língua portuguesa no Brasil até a primeira metade do século XIX (Guimarães, 1996),

---

<sup>3</sup> Naquele momento, ainda não era assim denominado. Utilizado aqui como forma de distinção ao “português brasileiro”, que também só foi cunhado dessa maneira posteriormente.

mas uma tentativa de sobrepor uma língua tida como “pura”, em contrapartida da língua que de fato era utilizada na colônia, e isso, obviamente, influenciou a gramatização do português naquele momento.

De acordo com Bechara (1995), dos últimos anos do século XIX até a terceira década do século XX, a gramaticografia brasileira caracterizou-se, sobretudo, por um saber metalinguístico que acusava um lastro positivista de cunho lusitano. Isso trouxe impacto diretamente na escrita de gramáticas inspiradas nos fundamentos científicos advindos dos estudos linguísticos europeus, dando foco à linguística histórico-comparativa (Fávero; Molina, 2006). Já o período que se estende da década de 1930 até por volta da década de 1960 é conhecido por ter sido uma nova fase da gramaticografia nacional, uma vez que surgiram novas propostas linguísticas, e a escritura gramatical adquiriu novos contornos (Silva, 2014). Essa é uma fase tida como intermediária entre a abordagem histórico-comparativa da fase antecedente e uma vindoura perspectiva estruturalista vigente nos estudos linguísticos brasileiros a partir da década de 1960.

Segundo Orlandi (2000), os estudos empreendidos sobre a linguagem no Brasil passaram a caracterizar-se como uma questão brasileira apenas a partir do século XIX, quando o português do Brasil passou a ser considerado, diante das variações existentes do português europeu. Foi somente nesse momento que começaram a ser produzidas as gramáticas brasileiras da língua portuguesa, iniciando o que se chama de *gramatização brasileira do português*. Entre o final do século XIX e o início do século XX, momento em que algumas instituições escolares já estavam consolidadas no país, surgiram também as primeiras gramáticas de professores de colégios situados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Desse modo, a emergência do que chamamos de *gramáticas brasileiras de língua portuguesa* significou uma tomada de mãos pelos brasileiros do processo de gramatização do português em nosso território. Conforme Orlandi (2000, p. 21), a noção de “ser autor de gramática no Brasil” sofreu um deslocamento na medida em que já não se tratava mais de assumir um saber linguístico como mero reflexo do saber gramatical português, mas de tomar para si a responsabilidade e a autoridade de descrever o português do Brasil em toda a sua singularidade. A partir desse movimento de consolidação da gramática brasileira de língua portuguesa, os primeiros gramáticos brasileiros, mais do que transportar a produção de gramáticas do português para o território nacional, participaram da construção do ensino de língua no Brasil.

A partir de 1870, a disciplina escolar Português ministrada no curso secundário brasileiro passou a lidar com três eixos de ensino: gramática, leitura e escrita (Razzini, 2010;

Soares, 2004), tendo a gramática um lugar de primazia em relação à leitura e escrita de textos. Segundo Bunzen e Medeiros (2016), os planos de ensino de Português do Colégio Pedro II, importante instituição de ensino à época, entre o final do século XIX e a terceira década do XX, previam o estudo da gramática expositiva e da gramática histórica, tendo o ensino de português voltado ao aprendizado da gramática normativa da língua portuguesa.

O início do século XX encontra a gramatografia brasileira em um processo de mudança que havia começado nas últimas décadas do século XIX, com o abandono das teses racionalistas herdadas da gramática filosófica, para que uma perspectiva historicista desse lugar à gramática científica. É também nesse início de século que a dialética da gramática como *arte* e como *ciência* já figurava nos textos linguísticos brasileiros, devendo-se à tarefa dual que a reforma trazida pelo movimento histórico-comparativo impôs de se pesquisar e de ensinar a língua.

No entanto, a produção de gramáticas luso-brasileiras, durante os cinco séculos de gramatização do português, não obteve inovações que fizessem com que tais gramáticas se separassem do modelo milenar de reflexão, descrição e normatização da língua. É o que postula Vieira (2018, p. 236), quando afirma que

O PTG é o grande mentor epistemológico e procedimental das gramáticas normativas atuais de referência no Brasil e em Portugal. Por quase cinco séculos, dominou a elaboração dos instrumentos de gramatização do português e, desde o século XIX, época de nossa independência política, atravessou a história das gramáticas brasileiras e do ensino de português até os dias de hoje (Vieira, 2018, p. 236).

Esse fato exposto por Vieira (2018) é claramente visto nas gramáticas do nosso corpus e que detalharemos mais adiante. Sobre isso, e com o objetivo de empreendermos uma análise detalhada das gramáticas que compõem o nosso *corpus*, buscamos compreender como o estudo do léxico foi descrito em gramáticas novecentistas brasileiras, analisando quais aspectos do sistema lexical foram contemplados ao longo do século XX em tais gramáticas, bem como interpretar as fontes quanto às continuidades e discontinuidades encontradas quando comparadas.

Na seção seguinte, trazemos algumas discussões sobre como o estudo do léxico esteve presente nas gramáticas brasileiras de língua portuguesa. Para isso, iniciamos com algumas definições de *léxico*, partindo para a noção de descrição linguística – inerente a toda gramática – e de descrição lexical, dando sequência com uma breve retrospectiva dos estudos lexicais, findando com uma discussão acerca dos fenômenos lexicais em compêndios gramaticais.

#### 4 O ESTUDO DO LÉXICO EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS

A definição de *léxico* é comumente associada ao *vocabulário* de uma língua, isto é, é tido como o amplo repertório de palavras existentes em uma língua; o conjunto de itens à disposição para atender às necessidades de comunicação dos falantes. Por conseguinte, não é incomum também encontrarmos quem defina o léxico como o *dicionário* e/ou o *glossário* de uma língua, a partir da percepção anterior. O fato é que a multiplicidade de designações pode ser explicada pela longa tradição de polissemia inerente ao termo, além de estarmos tratando de um conceito complexo que remete a uma realidade analisável sob múltiplos pontos de vista, o que pode levar, muitas vezes, ao equívoco.

O *Dicionário de linguística e gramática*, de Camara Jr. (2009), é um dos exemplos que encontramos para corroborar com a prática de associação do léxico ao conjunto infinito de palavras de uma língua. A primeira entrada de *léxico* no referido dicionário o aponta “Como sinônimo de vocabulário (v.), o conjunto de vocábulos de que dispõe uma língua dada. [...] Muitas vezes emprega-se impropriamente o termo como equivalente no dicionário (v.)” (Camara Jr., 2009, p. 194). Definições como essa são bastante comuns e fazem com que o leitor não especializado compreenda o léxico apenas a partir desse conceito reducionista.

Villalva e Silvestre (2014, p. 20-23), no entanto, conceituam o léxico como “um repositório das unidades lexicais de uma língua, [...] uma entidade abstrata que se obtém por acumulação”. Compreendemos que os termos mudam – já não temos mais *palavras*, por exemplo, mas *unidades lexicais*, um termo específico da área da Lexicologia –, além da existência da noção de “entidade abstrata”. Os autores, mais adiante, pontuam o léxico como “um sistema complexo e portador de um sofisticado modo de funcionamento”, e que estudá-lo “no âmbito de uma Teoria Linguística e da construção de uma hipótese sobre o modelo de gramática significa procurar entender a complexidade e a sofisticação desse sistema, ou seja, implica a construção de uma Teoria do Léxico” (Villalva; Silvestre, 2014, p. 28). Em tais afirmações, os autores alertam sobre a necessidade não só de compreender o léxico enquanto um sistema – assim como se compreende o sistema gramatical, por exemplo –, mas também da construção de uma teoria sobre o léxico, dada a profundidade e importância de tal sistema.

Quando pensamos no estudo do léxico inserido em gramáticas/compêndios gramaticais, Antunes (2012) aponta que, junto à gramática (morfossintaxe) e à fonologia, o léxico se constitui como um grande componente da língua. Em conformidade, Villalva e Silvestre (2014, p. 28) apontam que, “enquanto parte da gramática, o léxico pode ser visto como um lugar onde reside toda a informação que não é derivável, todas as propriedades idiossincráticas das

línguas”. Ainda sobre o que o estudo do léxico representa nas gramáticas, Villalva e Silvestre (2014, p. 28) postulam que

É nesse papel que o léxico se distingue da sintaxe, da semântica e da fonologia, módulos que se encarregam da mecânica e da interpretação dos enunciados frásicos, formados a partir da matéria-prima lexical, mas também se distingue da morfologia, a quem cabe a estruturação das palavras, igualmente formadas a partir de matéria-prima lexical. Mais do que um mero repositório de unidades lexicais, o léxico lembra um entreposto de bens essenciais, nesse caso, as palavras a quem também compete garantir a boa comunicação entre as restantes partes da gramática (a morfologia, a sintaxe, a semântica, a fonologia) (Villalva e Silvestre, 2014, p. 28).

A partir dessa separação que os autores julgaram necessária de se fazer, compreendemos que o léxico tem valor dúbio: ao mesmo tempo em que está presente em toda a gramática, se distingue das partes que a compõem. Além disso, a descrição do léxico empreendida por gramáticas deve poder refletir propriedades de cada manifestação linguística particular, embora nenhuma manifestação particular possa determinar propriedades gerais dessa representação do léxico.

A associação do léxico à gramática, ou, mais precisamente, a presença do estudo do léxico em gramáticas, implica na necessidade de compreensão do que se entende por *língua*. Para isso, refletimos sobre *o que é língua* na subseção seguinte, bem como sobre as noções de *descrição*, *descrição linguística* e *descrição lexical*. Nas subseções posteriores, percorremos sobre a seara dos estudos lexicais empreendidos ao longo do tempo, para, depois, discorrermos sobre os fenômenos lexicais presentes em compêndios gramaticais, embasando a nossa subsequente seção de análise.

#### **4.1 Noção de descrição linguística e descrição lexical**

Para Saussure, a língua é um *objeto escondido*; não é um objeto acessível, concreto como uma pedra, por exemplo. Já o antropólogo canadense Jean-Claude Corbeil (*apud* Bagno, 2014), por conseguinte, afirma que a *língua* não existe; o que existe são indivíduos que falam. O fato é que, à medida que o ponto de vista cria o objeto, como acreditava Saussure, o ponto de vista que o linguista assume frente a um objeto de estudo vai implicar diretamente na sua análise, descrição e interpretação do mesmo fenômeno linguístico. São exatamente os diversos pontos de vista que fazem nascer, em cada ciência, as distintas escolas de pensamento que se dedicam a investigar o objeto dessa ciência (Bagno, 2014). Em se tratando da Linguística, o

estruturalismo, o gerativismo, o funcionalismo, a sociolinguística, a análise do discurso, e outras tantas áreas, podem definir *língua* sob pontos de vista diferentes.

A definição de *língua* adotada por Polguère (2018, p. 24) é a de “ferramenta de comunicação privilegiada”, denominada assim – *privilegiada* – pela posição de destaque que assume diante de inúmeros recursos que empregamos, além dela, para nos expressarmos. Ainda, para o autor, cada língua constitui um sistema de signos convencionais e de regras de combinação desses signos que formam um todo complexo e estruturado. Isso porque não estamos nos referindo a um simples repertório de elementos indecomponíveis e autônomos de comunicação, mas de elementos constitutivos interligados, feitos para interagir e se combinar.

O *Dicionário de linguística e fonética*, de Crystal (1988), apresenta vários conceitos para o termo *língua*. Primeiramente, o autor vincula o ato concreto de fala como um dos sentidos que a língua tem em seu nível mais específico. Mais adiante, especifica que o sentido para o termo *língua* dado em expressões como “língua-mãe”, por exemplo, é o de um sistema abstrato de signos linguísticos subjacente à fala e à escrita usadas coletivamente por uma comunidade, se referindo à noção de *langue*, de Saussure. No entanto, o autor também afirma que o sentido de *língua* pode ser concebido como o de conhecimento desse sistema por um indivíduo, em referência direta à noção de *competência*, de Chomsky.

O *Dicionário de linguística*, de Dubois *et al.* (2014), compreende a língua como um instrumento de comunicação, um sistema de signos específicos aos membros de uma mesma comunidade. Tendo Saussure como importante referência, os autores associam o conceito de *língua* ao aspecto social, o conceito da fala ao ato individual e concebem a linguagem como resultado da soma de ambas. Ao retomarem os sintagmas de Saussure, os autores concluem que a língua é “um sistema de signos cujo funcionamento repousa sobre um certo número de regras, de coerções” (Dubois *et al.*, 2014, p. 357), assim como reafirmam que, para Saussure e os estruturalistas europeus, a língua é um sistema cuja estrutura se estuda a partir de um *corpus*, e que esse estudo leva a uma classificação e taxonomia de elementos do sistema.

O *Dicionário de linguagem e linguística*, de R. L. Trask (2004), concebe a *língua* como objeto central do estudo em Linguística, em consonância com Saussure e os demais dicionários, ficando a concepção mais voltada para técnicas e definições de linguistas do que à descrição de *língua* em si.

Em suma, podemos inferir que as concepções de língua aqui brevemente resumidas dos três dicionários específicos se baseiam, principalmente, nos estudos de Saussure e Chomsky, nos conduzindo a compreender a *língua*, em geral, como um *sistema* de signos linguísticos,



assim como o conhecimento desse sistema pelos indivíduos se dá pela capacidade de construir sentenças, corroborando com a associação de que *língua* e *gramática* são sinônimos.

Essa concepção de que *língua* e *gramática* são uma coisa só, muito presente no senso comum, deriva do fato de se acreditar que a *língua* é constituída sistematicamente apenas pela *gramática*. É a partir desse pensamento que se pode afirmar, por exemplo, que saber uma *língua* significa saber a *gramática* dessa mesma *língua*. Sob essa ótica, há a crença de que o estudo de uma *língua* é o estudo de sua *gramática*. No entanto, para Antunes (2007), a *língua*, por se constituir em uma atividade interativa, direcionada para a comunicação social, supõe outros componentes além da gramática, cada um constitutivo à sua maneira e em interação com os outros. Concordamos com a autora nessa compreensão de que a *língua* é uma entidade complexa, um conjunto de subsistemas que se integram e interdependem irremediavelmente.

Por sua vez, Polguère (2018) afirma que os signos que compõem a *língua* são, em sua maioria, as palavras dessa *língua*. O mesmo autor complementa que as regras gerais que permitem combinar as palavras ou os signos da *língua* para formar frases constituem a *gramática* da língua. Assim, para Polguère (2018, p. 28), “cada língua é, pois, antes de mais nada, constituída por um léxico e por uma gramática”. A partir dessa constatação, afastamo-nos da ideia de sinonímia entre *língua* e *gramática*.

Em diálogo perceptível com Polguère (2018), Antunes (2007) afirma que uma *língua* é constituída de dois componentes mais sistemáticos: 1) um *léxico*, que inclui o conjunto de palavras, ou, em termos mais correntes, o vocabulário da língua; e 2) uma *gramática*, que inclui as regras para construir palavras e sentenças da língua. Esses dois componentes se encontram em uma estreita relação e em um permanente entrecruzamento, uma vez que o componente da gramática inclui regras que especificam a criação de novas unidades do léxico ou sua adaptação às especificidades morfológicas da língua (Antunes, 2007). No entanto, para a mesma autora, uma *língua* é mais do que um sistema em potencial e disponibilidade; dela, se supõe um uso, uma atualização concreta – datada e situada – em interações complexas que, necessariamente, envolvem um terceiro componente, a *composição de textos*, incluindo recursos de textualização, e um quarto componente, *uma situação de interação*, que inclui normas sociais de atuação.

Portanto, a partir da conclusão a que Antunes (2007) chega, a *língua* dispõe mais do que de um *léxico* e uma *gramática*, e o seu uso está sujeito a diferentes tipos de regras e normas, como as regras de textualização e as normas sociais de atuação, por exemplo. Assim, segundo a mesma autora, restringir uma língua à sua gramática é limitar-se a apenas um de seus componentes, perdendo de vista a sua totalidade e falseando a compreensão de suas múltiplas

determinações (Antunes, 2007). Isso corrobora com a ideia de que há um sistema gramatical e um sistema lexical, e que ambos precisam ser contemplados no estudo da língua.

Castilho (2016) propôs a teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista, que coaduna com essa noção de *língua* que estamos explorando. Segundo o autor, a *língua* é um multissistema por se subdividir em quatro sistemas independentes: o discurso, a gramática, o léxico e a semântica, que são acionados pelo nosso dispositivo sociocognitivo advindo da generalização das nossas estratégias conversacionais, que molda a nossa capacidade de linguagem. Desse modo, o uso dos nossos recursos linguísticos está sujeito aos processos de discursivização, gramaticalização, lexicalização e semanticização.

Os quatro sistemas propostos por Castilho (2016), apesar de independentes, podem interagir uns com os outros por meio do dispositivo sociocognitivo (DSC) que aciona e dispara nossas capacidades de apreensão do mundo e de representação dessa experiência em formas linguísticas. Essa prática se contrapõe diretamente ao que se realiza – ainda hoje – no ensino de *língua* em que os exercícios mais comuns envolvem análise morfológica e análise sintática, corroborando com o entendimento primitivo da *língua* apenas como *léxico* e *gramática*, ou seja, palavras e suas funções (Bagno, 2014). Isso se amplia com a proposta contemporânea de multissistemas de Castilho (2016), que envolve a semântica e o discurso, permitindo uma apreensão mais global dos fatos linguísticos.

É preciso também compreender que esses quatro sistemas propostos por Castilho (2016) são integrados, mas, na atividade de descrição e análise da língua, assumem dimensões próprias, constituindo-se como componentes discretos do idioma. Nesse sentido, o autor entende o léxico como “um inventário (i) de categorias e subcategorias cognitivas; e (ii) de traços semânticos inerentes. Esse inventário é virtual, pré-verbal, podendo ser entendido como um feixe de propriedades de que lançamos mão para a criação das palavras, ou seja, da *lexicalização*” (Castilho, 2016, p. 110). Logo, há um destaque, na definição desse sistema, para a noção que o autor propõe de “léxico mental”, o qual apresenta como objeto matrizes cognitivas armazenadas no cérebro associadas à representação linguística, e é estudado focalizando a associação entre essas matrizes, as formas, os significados lexicais e gramaticais ativados durante a produção e a compreensão da língua.

Focando ainda mais nossa atenção no sistema lexical da língua, o qual é objeto de análise desta pesquisa, é importante que compreendamos, a princípio, o léxico como “um conjunto relativamente extenso de palavras, à disposição dos falantes, as quais constituem as unidades de base com que construímos o sentido de nossos enunciados” (Antunes, 2007, p. 42). Desse modo,

Fundamental, tanto quanto a gramática de uma língua, é seu léxico. Nele estão expressas, para cada época, as marcas das visões de mundo que os falantes alimentam, ou os traços que indicam seus ângulos de percepção das coisas. Não à toa a história do percurso das palavras de uma língua se confunde com a história do percurso dessa língua. Nenhuma palavra nova se forma ou é introduzida aleatoriamente em qualquer língua (Antunes, 2007, p. 42).

A partir disso, podemos delimitar um pouco mais a definição de léxico, admitindo-o como além de uma lista de palavras à disposição dos falantes e um repertório de unidades. O léxico é, conforme observa Antunes (2007, p. 42), “um depositário dos recortes com que cada comunidade vê o mundo, as coisas que a cercam, o sentido de tudo”, transpassado pela história de uma língua, expressando a função da língua como elemento que confere aos seus falantes uma identidade.

Na interação verbal, mais precisamente nos textos que elaboramos, o léxico admite diferentes funções. É como *unidades de sentido* que as palavras constituem as peças com que se vai tecendo a rede de significados do texto, e são elas que vão materializando, mediando as intenções do falante e funcionando como elos de subpartes do texto (Antunes, 2007). Destarte, a associação léxico + gramática permite a atividade significativa de nossas atuações verbais, uma vez que utilizamos o léxico de uma língua em textos, combinações, cadeias e sequências, a partir de regras reveladas pela gramática.

Pelo fato de a língua poder ser estudada sob diferentes perspectivas (descritiva, social, cognitiva, etc.), geralmente, o estudo descritivo da linguagem, ou seja, o estudo da língua a partir da descrição linguística, é dividido em vários níveis: o nível fonético-fonológico, o nível morfológico e o nível sintático, que constituem, assim, a gramática de uma língua. O estudo dos significados das palavras e das frases (ou dos enunciados) é objeto da semântica e da pragmática, dependendo se o foco está no estudo do significado puramente linguístico ou da língua inserida em seu uso concreto. Todos esses níveis ficam relacionados, em geral, ao sistema gramatical, sem que se dê destaque às suas relações com o sistema gramatical. Desse modo, é importante compreender como o estudo do léxico está presente nas gramáticas, enquanto instrumento linguístico, e como tem sido feita a sua descrição, associando-o aos níveis de análise já presentes na descrição gramatical. Defendemos, portanto, o léxico como um macronível de análise linguística, ao lado do macronível gramatical.

O ato de *descrever*, para o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, é representar, contar em detalhes, relatar algo; já o verbete *descrição* é tido como o relato das características de algo (Houaiss, 2015). Afunilando o conceito de *descrição* a partir de um dicionário

específico da área, Dubois *et al.* (2014, p. 166), no *Dicionário de linguística*, trazem o verbete como “a representação estrutural das frases, dos morfemas que constituem as frases, dos fonemas que constituem os morfemas, das regras de combinação desses morfemas, etc.”. Percebemos, pois, que a noção de *descrição* nos estudos linguísticos está restrita à noção de gramática, resumindo a *descrição linguística* à *descrição gramatical*.

Supondo que essa definição de *descrição* esteja se referindo a uma *descrição linguística*, identificamos uma visão claramente estruturalista da linguagem quando os fatos incluídos na descrição estão sob o viés de uma “representação estrutural” da língua. Além disso, compreende-se, a partir dela, que *descrever uma língua* é o trabalho de análise gramatical dos fatos linguísticos que a compõem, como já observamos. No entanto, é importante compreender que uma *descrição linguística* não se fundamenta apenas na gramática em si; ela é composta também do aspecto lexical, já que o *linguístico* não funciona exclusivamente com o componente *gramatical*, mas também com o *lexical*. Consequentemente, a gramática que se propõe a descrever uma língua procura descrever seus mecanismos de organização e funcionamento a partir dos elementos tanto gramaticais quanto lexicais.

Definimos, portanto, a noção de *descrição lexical* como a descrição analítica dos fenômenos lexicais, isto é, dos fenômenos linguísticos referentes ao sistema lexical. Não à toa, esta pesquisa se sustenta em tais fenômenos para compreender como estes são descritos em compêndios gramaticais. Dessa maneira, teremos um panorama de como o léxico figura dentro de gramáticas novecentistas e de como o sistema lexical é descrito nelas.

Essa compreensão de que uma gramática subjaz a existência de componentes gramaticais e lexicais é recente. Foi preciso que houvesse um extenso caminho para que se chegasse a essa conclusão. Vejamos, na próxima subseção, como se deram os estudos lexicais ao longo do tempo.

## 4.2 Breve história dos estudos lexicais

Percorrendo a história dos estudos linguísticos, identificamos, em Neves (2020), três perspectivas utilizadas para analisar o léxico nas diversas teorias linguísticas ao longo do tempo. A primeira e mais antiga tendência de pesquisa foi o olhar filosófico inaugurado a partir dos gregos, na Antiguidade, em que se buscava compreender os sentidos e valores do léxico pela investigação da relação entre a *palavra* e a *realidade*. Na segunda perspectiva, a histórico-filológica, sobretudo no século XIX, em que a Linguística Comparada tinha destaque nos estudos da linguagem, grande parte dos estudos sobre o léxico tinha o objetivo de entender a

origem das palavras das línguas dentro de suas histórias. A terceira postura é a mais adotada na atualidade e centra suas pesquisas na estruturação de itens lexicais, em seus processos de formação, assim como na investigação dos usos linguísticos de determinadas classes de palavras. Vejamos a seguir como ocorreram os principais acontecimentos acerca dos estudos do léxico, ressaltando um apanhado histórico desenvolvido a partir das contribuições de Bezerra (2004), Abbade (2008), Seabra (2015) e Neves (2020).

Sob uma perspectiva filosófica, o primeiro estudo sobre léxico de que se tem conhecimento foi desenvolvido na gramática de Panini, no séc. IV a.C. Segundo Bezerra (2004), o gramático estudou o sânscrito definindo os elementos significativos da língua como *palavras reais* – os itens lexicais – e *palavras fictícias* – os morfemas. Abbade (2008) afirma que a maior preocupação de Panini, ao fazer essa distinção, era com a forma das palavras. Essa atitude de compreender o estudo lexical a partir de uma abordagem exclusivamente estrutural, sobretudo centrada na morfologia, se perpetua até os dias de hoje.

Já no Ocidente, as primeiras reflexões sobre o léxico, também sob a ótica filosófica, vieram dos gregos, que concebiam a *palavra* como uma unidade de articulação da sentença. Segundo Bezerra (2004), ao conceituar a *palavra*, eles relacionaram duas dimensões: a ideia e a forma (materialidade). Dessa maneira, o estudo da ideia inicia uma tímida relação entre o léxico e a semântica, enquanto o estudo da forma corrobora com a prática de aliar o estudo lexical à morfologia.

Logo, podemos dizer que foi a partir da gramática de Panini e dos filósofos gregos que, hoje, a Lexicologia Moderna compreende dois tipos de tratamento dado ao estudo do léxico: o morfológico e o semântico. O tratamento morfológico dado aos estudos lexicais resulta diretamente numa concepção estrutural do léxico, de modo a, muitas vezes, resumir o sistema lexical à morfologia. Já o tratamento semântico, por sua vez, exercita uma concepção mais cognitiva do léxico, numa vertente seja mais formal seja mais funcional da linguagem. Encontramos em Neves (2020) uma hipótese para a provável ausência de bases para o estudo do léxico centrado mais amplamente na dinâmica lexical e englobando múltiplos níveis de análise, que é o próprio caráter plástico do sistema lexical, ausente de categorias preestabelecidas, como ocorre na análise e descrição linguística do sistema gramatical.

Os romanos, durante a Antiguidade Clássica, não destoavam de Panini e dos gregos ao realizarem estudos morfológicos e semânticos do léxico, mas inovaram quando distinguiram os sistemas lexical e gramatical, tomando o princípio da regularidade linguística como elemento central de contraste. Eles já compreendiam a gramática como mais sistemática e explicável, ao contrário do léxico, que mantinha relações com significados externos estabelecidas de maneira

mais flexível e, conseqüentemente, de mais difícil acesso. Com o tempo, isso não foi mais concebido assim, uma vez que, embora o funcionamento lexical seja dinâmico, ele também é sistemático.

Durante a Idade Média, desenvolvendo as discussões empreendidas no *Crátilo*, de Platão (Idade Antiga), havia dois grupos: os realistas e os nominalistas. Os realistas compreendiam as palavras como um reflexo das entidades do mundo, assim como os naturalistas gregos. Já os nominalistas defendiam a arbitrariedade na relação das palavras e dos elementos da realidade, em concordância com as ideias dos convencionalistas gregos (Bezerra, 2004). Foi a partir disso que, na época seguinte, as bases da Lexicologia foram criadas como área autônoma dos estudos da linguagem, pelo estudo semântico do léxico.

Após o surgimento da imprensa, no Renascimento, até o século XVIII, o estudo do léxico se desenvolveu em torno de dois eixos: a confecção de dicionários e o estudo da palavra (Rey, 1980). Conforme Bezerra (2004) nos aponta, embora já houvesse, desde a Antiguidade, as famosas listas lexicais, foi apenas no século XVI, no Ocidente, que se iniciaram a descrição ordenada do léxico e os dicionários, que tinham uma função primordial de preservar as línguas em desaparecimento, facilitar a aprendizagem de línguas estrangeiras e garantir a propagação das regras de “bom uso” de cada língua.

Os estudos lexicais se destacaram, mesmo que ainda inseridos numa perspectiva filosófica, procurando compreender “a relação entre palavras, ideias e coisas, a natureza da palavra no discurso individual, que corresponde a um conteúdo variável, e na língua, que deve ter um conteúdo estável, para possibilitar a comunicação” (Bezerra, 2004, p. 16). É a partir desse momento que, finalmente, o léxico é reconhecido como um sistema que isoladamente não possibilita a comunicação, mas tem um grau de regulação da língua. É, então, criada a possibilidade de um estudo mais aprofundado do léxico e, conseqüentemente, a elaboração da Lexicologia.

Abbate (2008) observa que a Lexicologia era compreendida, nesse momento, como um estudo do conteúdo lexical da língua falada sob três eixos: o *conceitual*, que buscava entender o sentido das palavras, em qualquer que fosse o seu uso; o *funcional*, à procura de um sentido específico das palavras, em suas situações individuais de uso; e o *morfossintático*, que pretendia analisar os fenômenos morfossintáticos encontrados nas palavras, especialmente a flexão e a derivação. Os eixos *conceitual* e *funcional* são conhecidos, na atualidade, como parte do que se entende por Semântica, enquanto o eixo *morfossintático* é correspondente às discussões da Morfologia.

Segundo Bezerra (2004), houve, nos primórdios da Lexicologia, um forte caráter estrutural na análise semântica e morfológica do léxico, no qual os aspectos formal e histórico dos itens lexicais ficavam subordinados aos elementos semântico e sociocultural. Em decorrência disso, criou-se uma relação entre *forma* e *sentido*, atribuindo os fenômenos morfológicos como derivados do sentido e da mudança linguística situada socioculturalmente.

A Lexicologia tomou novos rumos na segunda metade do século XIX. Sob a influência das grandes correntes românicas, os linguistas começaram a se interessar pela história das línguas, buscando determinar linhas de parentesco entre as línguas, assim como explicar as mudanças ocorridas durante a história de cada uma delas. Segundo Abbade (2008) e Bezerra (2004), deixou-se de lado a preocupação com a relação entre o *pensamento* e a *palavra*, passando a interessar-se em *comparar* as palavras. Nesse momento, os estudos se concentravam, segundo Seabra (2015), em torno da evolução das formas comparadas, ou seja, da Fonética e da Morfologia, e se tinha uma impressão, a partir do Método Histórico-Comparativo, de que a palavra só ganhava conhecimento quando se tornava passível da aplicação das leis de evolução formal.

No entanto, as considerações sobre a evolução do sentido e sobre o conteúdo das unidades do léxico se integraram à Linguística Histórica, fazendo com que surgisse a Semântica. No primeiro momento, a Semântica tida como Histórica, ou Semântica Evolutiva, reduziu a Lexicologia apenas à elaboração e ao estudo de um “grande catálogo” de itens lexicais. Ainda no século XIX, há um retorno à abordagem linguístico-filosófica quando a Onomasiologia, ramo da Lexicologia que estuda as relações entre léxico (os nomes) e realidade, ganha força, e o interesse linguístico passa da investigação fonética para os problemas lexicais (Abbate, 2008).

O linguista Schuchardt, no final do século XIX, se opôs às leis fonéticas dos neogramáticos e passou a dedicar os seus estudos ao *significado*, à pesquisa das *palavras* e das *coisas*, com o argumento de que, “se conhecermos bem as coisas (que formas têm, como se utilizam, como foram produzidas, etc.), conseguiremos com maior facilidade e segurança descobrir a origem das palavras” (Schuchardt, s.d. *apud* Jordan, 1982, p. 89-90). Fora criado, a partir desse pensamento, o método *Palavras e Coisas*, que, simplificada e diretamente ligado à Onomasiologia, que deu destaque ao aspecto semântico da palavra, não mais à fonética, além de se interessar pela descoberta das forças criativas na língua, enquanto enfoca o seu aspecto psicológico e, principalmente, o lado cultural (Seabra, 2015). O fato é que,

independentemente da teoria envolvida ou do momento histórico inserido, o estudo do léxico sempre esteve associado à cultura. O que pode explicar essa relação direta é o próprio caráter comum e usual a todos os falantes de uma língua.

Quando o século XX desponta com o afastamento dos estudos linguísticos pautados em métodos diacrônicos para dar espaço às análises sincrônicas dos fenômenos da língua, a Lexicologia acompanha a “modernidade” e começa a dialogar com as teorias linguísticas surgidas nesse período, inclusive em relação aos seus fundamentos teórico-metodológicos de delimitação do objeto. Segundo Bezerra (2004), as correntes estruturalistas americanas e europeias influenciaram os estudos do léxico desde a discussão sobre a definição de *palavra* e a delimitação da *unidade lexical*, até a concepção de léxico.

A equiparação da Lexicologia com a Morfologia permanece no século XX, uma vez que a descrição do léxico era resumida à sua decomposição em unidades de significação, e o seu conceito era o de “um conjunto cujos elementos são interligados e formam subconjuntos, que por sua vez também são ligados entre si por meio de diversos laços” (Bezerra, 2004, p. 17). Os laços mencionados por Bezerra (2004) são estruturais na medida em que as relações morfológicas que se estabelecem sistematicamente entre as palavras se contrapõem à antiga relação entre palavra e realidade, corroborada, naquele momento, pelo *Curso de Linguística Geral* e sua noção de signo linguístico.

O Estruturalismo e a ideia de que a língua deve ser concebida como um sistema influenciou a Lexicologia a ponto de os linguistas considerarem o léxico como o conjunto de “pedras irregulares de um mosaico”, ou ainda como o conjunto de “malhas mais ou menos fechadas de uma rede”, inferindo que, no conjunto do léxico, se descrevem subconjuntos organizados de microssistemas lexicais – os campos semânticos – em que os elementos têm um denominador comum (Seabra, 2015). A ideia de campos semânticos pode ser resumida, segundo Biderman (1981, p. 132), como “a associação de um conjunto de termos do léxico (campo lexical) a uma noção particular (campo nocional)”. Desse modo, conforme a mesma autora, essa maneira de interpretar as coisas implica que não podemos conhecer uma palavra sem situá-la na totalidade do léxico, visto que é preciso considerar o campo nocional no qual o léxico está inserido.

No entanto, o Estruturalismo não apenas representou uma fusão das tradições teóricas com a Lexicologia, mas também fez com que os pesquisadores da área procurassem o significado da língua não em elementos individuais, mas nas estruturas linguísticas que organizam signos em sistemas, fazendo com que o relacionamento entre os elementos fosse o tema central da Linguística, fornecendo um meio de análise altamente produtivo para o léxico



em que combinavam linguagem, cultura e sociedade (Seabra, 2015). Desse modo, compreendemos não só a importância que o Estruturalismo teve para os estudos linguísticos, mas também um início da mudança de visão que naturalmente foi criada a respeito do estudo do léxico.

A partir da Semântica estrutural, os estudos lexicais foram baseados essencialmente nas ideias de oposição e limitação negativa aplicadas não mais aos fonemas, mas aos lexemas (Díaz, 2009). Isso significou uma migração da metalinguagem da Fonologia estrutural – ou simplesmente Fonética – para uma análise de itens lexicais. Em direcionamento diferente, Hjelmslev (1957) aponta que a própria natureza do léxico impede que as mesmas técnicas de análise da fonologia ou da gramática sejam aplicadas com êxito na descrição de itens lexicais. Isso porque o sistema lexical é diverso e, assim como o gramatical, não se pode aplicar apenas uma técnica de análise para todo um sistema.

Uma outra vertente dos estudos linguísticos surge com o Gerativismo de Noam Chomsky, compreendendo a língua como um sistema cognitivo do qual fazem parte um sistema computacional (envolvendo a sintaxe) e um sistema lexical, sendo o estudo do léxico realizado a partir do ponto de vista cognitivo. No Gerativismo, o léxico é estudado como um conjunto de elementos lexicais em que cada um se configura como um sistema articulado de traços fonéticos, semânticos e sintáticos (Bezerra, 2004), ou seja, o léxico continua sendo reduzido à sua estrutura e forma. Os gerativistas vão se distanciar dos estruturalistas no entendimento de o sistema lexical funcionar, segundo Bezerra (2004, p. 18), “fornecendo informações de som, de significado e sintáticas ao sistema computacional que as seleciona e integra para formar expressões linguísticas”. Essa noção mais sistemática ainda difere da noção de léxico que apresentamos na subseção anterior, uma vez que não leva em consideração a integração entre esses sistemas e o fator extralinguístico.

Nesse momento, o léxico é visto como o sistema central do qual derivam todos os outros sistemas da língua. Isso porque os gerativistas têm como um de seus objetivos descobrir o processamento da aquisição do léxico no cérebro humano, sua organização e funcionamento lógico do sistema cognitivo. Esse processo é compreendido como um traço universal da linguagem humana, e o saber lexical é entendido como um elemento único e imutável a todos os seres humanos. Muitas pesquisas foram desenvolvidas a partir dessa “descoberta” do Gerativismo, e um dos conceitos mais importantes advindos desse momento é o de *léxico mental*, compreendido como o léxico interno de cada falante, dependente da apropriação dos estímulos lexicais a que ele é exposto socialmente (Villalva; Silvestre, 2014).

Apesar de a ideia de *léxico mental* ter sido considerada como uma abstração maior em contrapartida à noção de léxico trazida pelos estruturalistas, isso não significa que o tratamento dado ao léxico nos estudos gerativistas tenha se distanciado totalmente do que vinha sido feito até então. Os estudos de cognição empreendidos pelos gerativistas são puramente formais e não levam em consideração o papel da sociedade e da interação para o processamento cognitivo. Por isso, para tentar resolver esse problema ainda persistente, a Lexicologia tenta se apoiar nas teorias funcionalistas, em busca de um caráter mais social e interativo do sistema lexical.

Se um dos princípios básicos da visão funcionalista é o estudo dos diversos níveis de análise linguística de maneira integrada, o estudo do léxico só seria possível se fosse aliado à sintaxe, à semântica e à pragmática. Sendo assim, nas pesquisas para observação dos itens lexicais em seu funcionamento na interação verbal, o texto é concebido como o lugar em que a linguagem acontece. Destarte, é somente na observação da dinâmica lexical em textos autênticos que conseguimos entender o funcionamento dos itens lexicais na língua, como pistas de contextualização para que ocorra a interação verbal (Neves, 2020). Em suma, a análise do funcionamento de itens lexicais dentro de uma visão funcionalista envolve refletir sobre como esses elementos adquirem sentido a partir das relações com os diversos componentes da linguagem, sobretudo o sociointeracional.

Embora se tenha conhecimento da necessidade de estudar o léxico a partir do ponto de vista da textualidade, poucas pesquisas foram realizadas, até o momento, nesse sentido. Em geral, as pesquisas se cercam nas teorias estruturalistas e centram o estudo do léxico em seus aspectos morfológicos. No panorama feito por Bezerra (2004), a autora mostra que os estudos sobre o léxico no Brasil são divididos em quatro eixos de pesquisas: o da formação de palavras, o do vocabulário de especialidade, o do ensino do vocabulário e o da terminologia.

As pesquisas sobre *formação de palavras* estão quase sempre baseadas no Estruturalismo ou no Gerativismo e analisam os processos de formação de palavras. São temas comuns de pesquisas nesse eixo, segundo Bezerra (2004), a compreensão e análise de neologismos, as estruturas lexicais do português, a teoria lexical em si, o léxico na linguagem jornalística, os empréstimos linguísticos de outras línguas no português brasileiro e pesquisas sobre a competência lexical em geral.

São algumas pesquisas<sup>4</sup> que se inserem nesse eixo: “Produção de neologismos para avaliação da consciência morfológica no ensino fundamental”, de Paula e Leme (2017), que

---

<sup>4</sup> As pesquisas sobre o estudo do léxico no Brasil foram selecionadas após buscas em repositórios *on-line* de instituições de Ensino Superior, como os da USP e UFMG, por exemplo, ou retirados da própria lista feita por Bezerra (2004).

discutem as qualidades psicométricas de um instrumento para avaliar a consciência morfológica, no ensino fundamental, pela produção de palavras novas (neologismos), a partir do uso de prefixos e sufixos; “Brasileirismos e portuguesismos incorporados ao léxico da língua italiana: análise de campos léxico-conceptuais”, de Schultz (2007), que aborda o arrolamento e uma análise linguística e cultural de unidades léxicas e neologismos; e “Criação lexical em textos publicitários: análise de oniônimos”, de Souza (2019), que busca verificar, a partir do processo da neologia lexical estilística dos oniônimos, nomes próprios de marcas e produtos industrializados, a probabilidade de sua sistematização, como também descrever algumas construções nominais resultantes desse processo.

Já sobre *vocabulário de especialidade*, as pesquisas também são desenvolvidas com base em teorias estruturalistas, principalmente a de campos lexicais, referentes a vocabulários usados por pessoas que fazem parte de um grupo socioprofissional, ou a obras escritas, que têm por objetivo o registro de uma parte do léxico português em uso, numa dada época, e aspectos da estilística léxica de profissionais da língua.

Listando algumas pesquisas nesse eixo, estão: “Estudo do léxico de João Guimarães Rosa na tradução italiana de Grande Sertão: Veredas”, de Barros (2011), que apresenta, como o título indica, um estudo do vocabulário de Guimarães Rosa na obra *Grande Sertão: Veredas* na versão do italiano; “A linguagem de Ariano Suassuna: um glossário léxico-semântico”, de Oliveira (2018), que elabora um glossário léxico-semântico das escolhas lexicais do escritor paraibano Ariano Suassuna, a partir da análise de seu vocabulário em três de suas obras; e “Estudo sobre o léxico Akwe Xakriabá: uma proposta de escrita e uma chamada para a revitalização da língua”, de Mota (2020), que descreve o estado atual da língua Xakriabá e a relação do povo com essa língua, apontando possíveis estratégias para a recuperação da língua e para o seu ensino nas escolas Xakriabá.

As pesquisas sobre *ensino do vocabulário*, além de se relacionarem às teorias estruturalistas, se associam também às teorias textuais, envolvendo a análise de livros didáticos e o contexto da sala de aula, em busca de um diagnóstico da realidade do ensino de vocabulário e de sugestões de alternativas para a abordagem do léxico.

São alguns exemplos de pesquisas desse eixo “O ensino do léxico no livro didático”, de Silva (2016), que revisita os estudos lexicais desenvolvidos nas três últimas décadas, buscando aporte teórico relevante para repensar procedimentos didáticos voltados para o ensino do léxico e para a ampliação do vocabulário; e “O ensino do vocabulário nas aulas de Língua Portuguesa: da realidade a um modelo didático”, de Dargel (2011), que enfatizou aspectos referentes ao

ensino-aprendizagem do vocabulário e apresenta subsídio metodológico, teórico e prático para o professor de Língua Portuguesa dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Por fim, as pesquisas sobre *terminologia* se constituem como as mais recentes por se aliarem à evolução da tecnologia e sua repercussão nas línguas. São algumas das pesquisas sobre esse eixo: “A terminologia na era da informática”, de Almeida, Oliveira e Caldeira (2006), que apresentam discussões sobre a terminologia dentro do universo da informática, atentando no conjunto de procedimentos automatizados, ou semiautomatizados, que dão suporte às tarefas envolvidas no trabalho terminológico; e “Definição terminológica: fundamentos teóricos e metodológicos para sua descrição e explicação”, de Finatto (2001), que propõe uma nova metodologia analítico-descritiva para o enfoque da definição terminológica científica, contribuindo para o reconhecimento dos perfis desse tipo de definição no escopo do desenvolvimento das teorias terminológicas de perspectiva linguística.

A partir do panorama feito por Bezerra (2004), no qual a autora mostra que o estudo sobre o léxico no Brasil é dividido em quatro eixos de pesquisas – o da formação de palavras, o do vocabulário de especialidade, o do ensino do vocabulário e o da terminologia –, podemos constatar que, em sua maioria, os estudos se ancoram quase sempre nas teses do Estruturalismo ou do Gerativismo e analisam aspectos formais da língua. As pesquisas que se inserem no âmbito do ensino e/ou da evolução da tecnologia em favor da língua também contêm traços do estudo morfológico da língua.

### **4.3 Os fenômenos lexicais em compêndios gramaticais**

Com o objetivo de aprofundarmos o estudo do léxico e, mais adiante, compreendermos como os fenômenos lexicais estão presentes em compêndios gramaticais, se faz necessária uma abordagem dos conceitos básicos da Lexicologia, a qual, para Polguère (2018, p. 50), “não é um campo de estudo que se possa, a rigor, circunscrever. [...] para abordar devidamente o estudo do léxico, é preciso definir as noções básicas de semântica, é claro, mas também de sintaxe, de morfologia e de fonologia”.

Para Neves (2020), a categorização do léxico é uma operação básica do espírito humano. Isso implica dizer que, desde que se pretendeu, pela primeira vez, instrumentalizar uma língua em compêndios gramaticais, o léxico (ou a ideia primitiva que se tinha de léxico) foi um componente crucial para a gramatização. As atividades de reflexão e operação sobre a língua se cercam, em sua maioria, da catalogação das entidades mais autônomas na análise dos usuários da língua, resumidamente denominadas *palavras*. No entanto, sabemos que *palavra* é

um rótulo mais simples utilizado por falantes em geral, podendo causar confusão quando associado a empregos comuns da Lexicologia, devido à diversidade de descrições lexicais de natureza formal disponíveis na área – como *lexema*, *unidade lexical*, *lexia* e tantos outros –, o que explica a necessidade de esclarecimento para o leitor quanto ao que cada termo significa.

Villalva e Silvestre (2014, p. 75-76) defendem a posição de que cada domínio da análise linguística terá um diferente entendimento do que é *palavra*: “enquanto unidades lexicais, as palavras são paradigmas (identificados por um lema), ou seja, são conjuntos de formas portadores de informações fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas”. Atitude distinta, porém complementar, é tomada por Polguère (2018), que descarta o uso de *palavra* como noção lexicológica, uma vez que o emprego desse termo é utilizado para designar entidades totalmente diferentes, tanto em linguajar comum quanto em termos técnicos.

Geralmente, quando utilizamos o termo *palavra*, em qualquer emprego formal e/ou situação conversacional, estamos nos referindo, na verdade, ao que se entende por *lexema*. Para Polguère (2018), *lexema* é um elemento básico do conhecimento lexical, uma entidade lexical em nível mais elevado que se materializa nas frases em formas de palavras específicas. O mesmo autor pontua que cada *lexema* de uma língua é estruturado em torno de um sentido exprimível por um conjunto de formas de palavra que somente a flexão distingue. Isso significa que *estrada*, por exemplo, é um *lexema* que está associado às formas de palavra *estrada* (singular) e *estradas* (plural).

Segundo Antunes (2012), há uma distinção básica quando se pretendem definir os tipos de significação constitutivos das unidades da língua: as *unidades lexicais*, cujo significado remete às coisas, aos fenômenos do mundo da experiência, do mundo extralinguístico, a seus modos de existir, a suas propriedades e manifestações, ou seja, é um grupo de unidades que estabelece um vínculo entre a língua e a experiência; e as *unidades gramaticais*, cujo significado remete ao interior do próprio sistema linguístico, formado por índices da função e da relação que as formas constituintes de um enunciado exprimem, isto é, suas funções se cumprem pelos sentidos que criam nas relações morfossintáticas que estabelecem no interior das construções sintáticas, sendo unidades mais instrumentais da língua.

Desse modo, compreendem-se como *unidades lexicais* os substantivos, os adjetivos, os verbos e alguns advérbios, e como *unidades gramaticais* os artigos, os pronomes, as preposições, as conjunções e outros advérbios. Obviamente, tal separação não significa existir uma dicotomia rígida, nem uma necessidade de rigor e consistência absoluta. Em um texto, a construção dos sentidos pretendidos se deve à conjunção das duas classes de unidades (Antunes, 2012). Perini (2016) explicita que as distinções entre léxico e gramática não podem ser

estudadas como dicotômicas, como se os dois sistemas se desenvolvessem separadamente, mas devem ser vistos como um *continuum*.

O lexema, portanto, é um caso típico de unidade lexical (ou lexia), mas não é, necessariamente, uma unidade lexical, de forma que todos os lexemas são lexias, mas nem todas as lexias são lexemas. Isso porque certas lexias se materializam na frase por meio de sintagmas congelados (ex.: *água de coco*), e não por formas de palavra. Polguère (2018) designa esse tipo de unidade lexical com o termo *locução*; assim, o autor classifica as lexias em lexemas e locuções. Por sua vez, “cada lexia (lexema ou locução) é associada a um dado sentido, que se encontra no significado de cada uma das formas de palavra ou sintagmas congelados através das quais e dos quais ela se expressa” (Polguère, 2018, p. 68), o que reforça a relação linguística entre léxico e experiência.

No entanto, há casos em que algumas lexias estabelecem entre si uma relação formal e semântica privilegiada, isto é, uma mesma lexia é associada a mais de um sentido, fazendo com que a Lexicologia considere existirem duas ou mais lexias. Para Polguère (2018), as lexias de um vocábulo são denominadas *acepções* desse vocábulo, e *polissemia* é a propriedade de um dado vocábulo de conter mais de uma lexia. É o caso, por exemplo, do vocábulo *tênis*, que admite, segundo o dicionário Houaiss (2015), duas acepções: 1. sapato de material leve e sola de borracha flexível, geralmente usado em práticas esportivas; e 2. jogo entre dois jogadores ou duas duplas, com raquete e bola de borracha numa quadra dividida ao meio por uma rede. Sendo assim, *tênis* é um vocábulo polissêmico. Quando um vocábulo apresenta duas lexias distintas associadas ao mesmo significante, temos um caso de *homonímia*. O que vai determinar, em estudos sincrônicos, se duas lexias são homônimas ou se são duas acepções de um mesmo vocábulo é a presença ou não de relação semântica (Polguère, 2018).

Por fim, os conceitos apresentados são necessários para entender, de maneira global, os fenômenos lexicais que serão analisados mais adiante. Neste trabalho, para fins de organização, dividiremos o estudo do léxico em quatro (4) subseções, a partir dos fenômenos lexicais encontrados nas gramáticas que compõem o nosso *corpus* e que se referem ao (1) som, à (2) formação, ao (3) sentido e à (4) organização das palavras. Denominamos *palavras* nesse momento em seu sentido amplo, como já explicitado no início desta seção. Para que compreendamos como o estudo do léxico foi descrito em gramáticas novecentistas, precisamos entender o que cada fenômeno analisado representa para a descrição linguística do português do Brasil. Portanto, as subseções seguintes trarão uma breve explicação sobre cada um deles.

#### 4.3.1 Alguns fenômenos lexicais quanto ao som das palavras no português

Desde a Grécia Antiga, o termo *prosódia* foi utilizado para indicar aspectos e propriedades da fala não previstos pela ortografia, como o acento (tom), por exemplo, no caso do léxico (Couper-Kuhlen, 1986), sendo a prosódia estudada pelos gramáticos gregos para fins da métrica do verso. Para Andrade (1841 *apud* Mira-Mateus, 2005, p. 3), a prosódia é “uma parte da gramática que nos ensina o som com que devemos pronunciar as palavras”. Assim, por muito tempo, a prosódia foi considerada o ramo da fonologia que trata do estudo da acentuação tônica dos vocábulos, fixando a posição da sílaba tônica em relação às sílabas átonas. Essa é uma noção baseada puramente no léxico e que apresenta o fenômeno apenas do ponto de vista normativo.

Cagliari (1992) afirma que há definições que podem ser encontrados para prosódia que a associam, por exemplo, aos elementos da melodia da fala (tom, entonação e tessitura), ou ainda aos elementos dinâmicos que compõem duração, pausa, tempo, acento, etc. Os elementos prosódicos como a acentuação, o ritmo, a entonação e as pausas fazem parte de recursos expressivos (ou modos de expressão) que os falantes utilizam intencionalmente para veicular as informações linguísticas e paralinguísticas, como a comunicação de informações gramaticais, emocionais, atitudinais e idiossincráticas (Di Cristo, 2000).

A partir do que compreendemos por prosódia, depreendem-se dela outros conceitos importantes para que se entenda como os fenômenos lexicais referentes ao som das palavras acontecem, tais como a tonicidade das sílabas, a acentuação e a ortografia. Uma noção de tonicidade pode ser encontrada em Halliday (1967), cujo modelo é composto de três sistemas interligados, sendo um deles o sistema de tonicidade, que pressupõe a existência de sílabas tônicas e átonas no interior das unidades de informação, ou, nas palavras do autor, *blocos* de informação.

Os três sistemas de Halliday (1967) podem ser sintetizados da seguinte maneira: a) *sistema de tonalidade*: responsável pela delimitação do grupo tonal que define a extensão de cada *unidade de informação* na organização da fala; b) *sistema de tonicidade*: pressupõe a existência de sílabas tônicas e átonas no interior do grupo tonal, e, mesmo que haja mais de uma tônica no enunciado, uma delas terá mais destaque dentro do enunciado, sendo esta a sílaba tônica proeminente do grupo tonal; e c) *sistema de tom*: define o padrão melódico do grupo tonal ou o *status* da unidade de informação, em função do tom (primário, secundário, etc.) que esta unidade representa.

A acentuação e a ortografia, portanto, advêm da noção básica de tonicidade, no sentido de que, para se acentuar a palavra de forma correta, é necessário ter a habilidade de realizar divisão silábica das palavras, de reconhecer a sílaba tônica, de identificar os encontros vocálicos instáveis e estáveis e de analisar a terminação da palavra. Desse modo, se constitui um ciclo em que, para o estudo da prosódia, o falante deve compreender como determinadas palavras são acentuadas corretamente e, para isso, deve apreender conceitos de acentuação para uma correta ortografia das palavras.

A partir de Camara Jr. (2009, p. 230), por conseguinte, a *ortoépia* é a

[...] parte da gramática normativa que, tendo em vista o uso culto, a pronúncia tradicional e os traços fonológicos relevantes, determina e prescreve no âmbito da fonologia de uma língua: 1) a escolha entre as variantes livres dos fonemas; 2) a nitidez da articulação dos grupos vocálicos e consonânticos; 3) os tipos de ligação que se devem fazer ou evitar; 4) as modalidades condenáveis de metaplasmo; 5) a sílaba que deve receber o acento nos vocábulos de acentuação duvidosa (Camara Jr., 2009, p. 230).

Assim, pode-se dizer que todos os conceitos anteriores estão interligados, embora a ortoépia não se ligue majoritariamente à grafia, podendo indicar uma pronúncia dita viciosa e em desacordo com pronúncia tradicional. A ideia de ortoépia remonta à filologia grega em um sentido mais lato (*orthós* “reto”, *eipên* “falar”), abrangendo a correção em sentido geral (Camara Jr., 2009). Por fim, em se tratando de compêndios gramaticais, cabe ao gramático em questão distribuir tais conceitos de maneira que seu leitor possa compreender tal ligação entre os termos, de modo a prevalecer uma melhor compreensão dos fenômenos.

#### 4.3.2 Alguns fenômenos lexicais quanto à formação das palavras no português

Quando pensamos nos fenômenos lexicais ligados à formação das palavras, há subjacente uma necessidade de retomada de alguns microconceitos para que se compreendam os mecanismos de maior complexidade da língua. Adentra-se, inevitavelmente, no domínio da Morfologia para fazer tal resgate, ramo este que determina a estrutura das formas das palavras.

Segundo Polguère (2018), a análise morfológica permite compreender melhor a noção de lexia no que concerne à estrutura do significante, além de permitir modelizar certas relações formais e semânticas que interconectam as lexias da língua. Para o mesmo autor, *morfe*s são signos elementares trazidos à luz pela análise morfológica. Essa descrição de *morfe* como signo linguístico pressupõe que o *morfe* seja uma associação entre um significado e um significante únicos; no entanto, há frequentemente morfes que parecem mudar de significante em



determinados contextos. Assim, *morfema* é um conjunto de morfemas “alternativos” que têm o mesmo significado (Polguère, 2018, p. 80).

Para Villalva e Silvestre (2018, p. 85),

A identificação das partes das palavras é um processo que se assenta na sua segmentação por comparação entre palavras morfológicamente relacionadas, ou seja, palavras entre as quais a existência de um nexos semântico está indissociavelmente ligada à existência de um vínculo formal (Villalva; Silvestre, 2018, p. 85).

Isso implica dizer que há um segmento comum entre formas como *escola*, *escolas*, *escolar* e *escolinha*, por exemplo, que é o radical *escol-*. Para Villalva e Silvestre (2018), radical é o nome que identifica o tipo de constituintes morfológicos que está na base das palavras. Já Polguère (2018) identifica o radical de um lexema como o seu suporte morfológico central que carrega o significado associado com exclusividade a esse lexema; por *raiz*, compreende-se o radical “original” a partir do qual é etimologicamente construído o lexema.

A partir da ideia de radical como um signo segmental, subjazem outros signos de natureza particular: os *afixos*, morfemas não autônomos destinados a combinar-se com outros signos morfológicos dentro de uma palavra (Polguère, 2018), que podem ser sufixos, se inseridos após o radical nas formas das palavras, ou prefixos, se inseridos antes do radical. Villalva e Silvestre (2018), no entanto, aprofundam mais a percepção sobre os afixos, considerando a função gramatical que desempenham na estrutura das palavras, subdividindo-os em predicadores, modificadores e especificadores.

Um outro aspecto importante na seara dos fenômenos lexicais de formação das palavras é quanto aos seus processos de criação: derivação e composição. Para Gonçalves (2011), entende-se a *composição* como um processo que combina palavras ou radicais para formar um item morfológicamente complexo, enquanto a *derivação* requer a presença de um afixo. Polguère (2018, p. 89), então, pontua que “o estudo da derivação em português<sup>[5]</sup> focalizará, sobretudo, derivações lexicalizadas (que somente aparecem como tais em uma perspectiva diacrônica)”. Nesses casos, são os significantes das formas de palavra que são descritas por meio de um mecanismo de derivação, e não os signos linguísticos.

Problematizando o tema em questão, Gonçalves (2011) afirma que, embora ambos os mecanismos sejam vistos como processos de formação de palavras, há abordagens que consideram a composição um processo radicalmente distinto da derivação. Já Kastovsky (2009)

---

<sup>5</sup> Apesar de ser um autor de língua francesa, a obra consultada está em língua portuguesa, e essa adaptação já se encontra lá.

infeere que os processos de formação de palavras constituem os extremos prototípicos de um *continuum*, havendo, em decorrência, casos limítrofes com propriedades das duas operações morfológicas. Adeptos da fonologia lexical (Kiparsky, 1982; Booij; Rubach, 1984) têm obtido resultados de pesquisa nessa perspectiva de investigação que vêm demonstrando que as duas operações são processadas num mesmo componente, o léxico, sendo tanto *afixos* quanto *raízes* partes das entradas lexicais e pontos de partida para a aplicação de regras fonológicas.

#### 4.3.3 Alguns fenômenos lexicais quanto ao sentido das palavras no português

Godois e Dalpian (2010) afirmam que, mesmo sendo abordada há bastante tempo – uma das primeiras gramáticas que tratou de questões relacionadas ao significado data do século I a.C. –, a semântica não teve o espaço merecido no trajeto dos estudos linguísticos nem é, até o presente momento, uma área significativamente explorada pelos estudiosos dos fenômenos da linguagem no geral.

Faraco e Tezza (2003, p. 47) lembram que as palavras só ganham pleno significado no exato momento em que acontecem: “só então nós saímos do sinal de código, do valor de dicionário, para a vida real do significado”. O que os autores querem dizer é que os signos isolados estão em “estado de dicionário” e só ganham significado quando aparecem combinados na realidade do uso. A partir disso, segundo Henriques (2018), depreende-se que a associação de palavras pode ser feita a partir de ligações de sentido, por razões puramente formais, ou por combinação entre forma e significado.

Vanoye (1991) entende que *campo semântico* é o conjunto das significações assumidas por uma palavra num certo enunciado, com o objetivo de definir os empregos da palavra e fazer o levantamento dos termos aos quais ela se associa ou se opõe. Já o *campo lexical*, segundo o mesmo autor, é o conjunto de palavras empregadas para designar, qualificar, caracterizar, significar uma noção, uma atividade, uma técnica, uma pessoa. No entanto, Henriques (2018) atenta para o fato de que é comum usar a expressão *campo semântico* genericamente, com o mesmo sentido que o autor dá apenas para *campo conceitual*, ou ao que Vanoye chama de *campo lexical*.

Dito isso, explorar as relações semânticas entre as palavras é compreender o sentido lexical empreendido nelas, inclusive quando o sentido de uma lexia pode ser representado como um conjunto estruturado de outros sentidos. Sobre isso, Polguère (2018, p. 158, grifos do autor) afirma que, “quando um sentido está incluído em outro, diz-se que ele é um componente seu. Ele também é, por isso mesmo, um componente da definição de lexia *correspondente*: por

exemplo, ‘móvel’ é um componente da definição de CAMA”, uma vez que o sintagma *esta cama* denota um móvel, mas o inverso não é possível, podendo se tratar de *qualquer* móvel. Portanto, se as relações lexicais formam o arcabouço da estruturação semântica do léxico de uma língua, as relações semânticas entre unidades lexicais têm destaque quando tratamos de fenômenos lexicais.

Polguère (2018) entende a *sinonímia* como uma relação lexical semântica por excelência, e a distingue em *sinônimos exatos*, quando duas lexias pertencem à mesma parte do discurso, e *sinônimos aproximativos*, quando os sentidos são apenas próximos. No entanto, segundo o mesmo autor, a sinonímia lexical é, majoritariamente, uma sinonímia aproximativa, uma vez que a sinonímia exata – ou perfeita – é “raríssima”, pois o contexto é essencial para determinação de sinônimos. Sobre isso, Neves (2020) pontua que é na relação textual entre dois itens lexicais que os sinônimos são definidos, sendo essa propriedade capaz de enquadrar a relação lexical sinonímica no texto dentro de uma concepção de coesão, visto que ela se formula por meio de conexões semânticas dadas no texto. Já Antunes (2012, p. 78) postula que “[...] a principal função da sinonímia se manifesta no âmbito do texto, quando a ocorrência de uma palavra e de seu sinônimo cria e sinaliza nexos de continuidade e sinais de unidade”, corroborando com a ideia de Neves (2020). Dessa forma, acreditamos que a sinonímia exata, nos termos de Polguère (2018), não é apenas “raríssima”, ela não existe na linguagem.

A *antonímia* está muito próxima da sinonímia por ambas ligarem lexias que apresentam forte parentesco semântico (Polguère, 2018). No entanto, é a ideia de oposição de significado que subjaz à antonímia e faz dela uma relação lexical semântica diferente da sinonímia. Por outro lado, ela também divide com a sinonímia a ideia de que o contexto é um fator determinante, uma vez que, segundo Olano (2004), a eleição de um antônimo dependerá sempre não só do contexto como da situação do enunciado. Em suma, o conceito de antonímia envolve um sentido de contrariedade semântica, de negação, de oposição binária, de *graduação* e de *propriedade* (Olano, 2004). No entanto, para que ocorra uma relação de oposição, é preciso que os itens lexicais atendam a três requisitos: uma dicotomia que impõe a existência de dois termos, a inerência do par de opostos e, por último, a expressão explícita da oposição contida naquele par (Vidal, 2007).

A *homonímia*, por sua vez, é um caso particular de disjunção de sentidos, pois duas lexias são homônimas quando se expressam por meio dos mesmos significantes, mas sem ter nenhuma intersecção significativa de sentidos (Polguère, 2018). Desse modo, a homonímia tem seu lugar entre as relações semânticas fundamentais como uma espécie de antítese dessas relações por haver uma ausência de relação semântica vista como notável e coabitar com uma

identidade de forma. Já a *paronímia*, segundo Henriques (2018), é o fenômeno no qual os vocábulos são diferentes, mas a sua pronúncia e grafia são semelhantes. Por fim, podemos dizer que na homonímia há uma identificação fono-ortográfica, enquanto na paronímia há uma aproximação fono-ortográfica.

Em suma, delimitamos os fenômenos lexicais referentes ao sentido inseridos no que se concebe como Semântica, área dos estudos da linguagem que trata da significação e do sentido. Em compêndios gramaticais, é em tais fenômenos que a Semântica é contemplada pelos gramáticos em suas obras.

#### 4.3.4 Alguns fenômenos lexicais quanto à organização das palavras no português

Segundo Azeredo (2021), uma classe de palavras equivale a um molde gramatical caracterizado por propriedades sintáticas (posição e combinações obrigatórias ou possíveis na frase) e morfológicas (variações de forma a que está sujeita). No entanto, segundo o mesmo autor, ao priorizar tais critérios, implicitamente indicamos que a classe de uma palavra não é deduzida do significado que ela expressa, embora não se possa concluir que a classe de uma palavra nunca tenha qualquer influência sobre seu significado. Pelo contrário, Pinilla (2009) postula que, além do comportamento sintático e morfológico, é preciso analisar a palavra também pelo seu significado. Inclusive, de acordo com Basilio (2000, p. 54), “a gramática tradicional privilegia, embora sem exclusividade, a noção semântica”, noção que vamos explorar em nossas análises.

Contudo, os critérios morfológico, sintático e semântico ainda assim não dão conta da classificação de palavras, e isso só foi possível de se entender a partir dos postulados funcionalistas sobre o texto que apontaram a insuficiência de critérios utilizados para a definição do funcionamento da palavra no nível da sentença. Essa insuficiência também foi constatada pelos estudos sociointeracionistas da linguagem ao observar que os aspectos pragmáticos, como a situação discursiva e a intenção do falante, admitem que, para a análise do comportamento de uma palavra ou classe de palavras de uma língua, são necessários outros critérios além dos três mencionados, sendo preciso levar em conta, por exemplo, a situação comunicativa do falante.

Durante muito tempo, se subdividiram as classes de palavras de diversas maneiras, a partir de critérios diversos. Desde a Antiguidade, no âmbito filosófico, Platão e Aristóteles já se preocupavam com essa questão, e pairava a ideia de que uma expressão linguística [*logos*] não corresponde simplesmente à concatenação de unidades indiferenciadas. Platão separou as

partes do discurso em nome e verbo. Aristóteles desenvolveu o pensamento do mestre e acrescentou as conjunções. Os estoicos também estudaram sobre o assunto e dividiram o discurso em quatro partes: nome, verbo, conjunção e artigo.

Na gramática de Dionísio, foram identificadas oito partes no discurso: nome, verbo, participípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção. Prisciano, gramático latino, em conformidade com Dionísio, encontrou oito classes de palavras com seus acidentes (gênero, número, caso, etc.), mas foi Varrão o gramático latino mais original ao falar dos conceitos de *declinatio voluntaria*, relacionado com a derivação, e *declinatio naturalis*, relacionado com a flexão (Duarte; Lima, 2003), ideia que se perpetua até os dias atuais.

Se o nome e o número das categorias [partes do discurso] permanecem relativamente estáveis, as estruturas de classificação e as definições variam largamente. Por essa razão, há uma ampla gama de critérios classificatórios. No entanto, é preciso que o critério classificatório esteja relacionado ao objeto classificado e seja relevante. Auroux (2014) vai definir e explicar cada critério de classificação de palavras, como o *critério morfológico*, por exemplo, que privilegia, em sua descrição, a estrutura e a variação das formas, levando em consideração fatores como a classe ser declinável/indeclinável ou variável/invariável.

O *critério semântico* se subdivide entre i) *psicológico*, que prioriza as faculdades do espírito e a verdade de nossos pensamentos; ii) *ontológico*, que valida a estrutura do mundo e os objetos do pensamento, botando em contrapartida a substância e a qualidade; e iii) *semiológico*, que afere definições fundamentadas nas funções do signo como nomear, exprimir, indicar e pronunciar, por exemplo. O *critério funcional*, por sua vez, se subdivide em i) *lógico*, que prioriza termos teóricos da lógica; ii) *sintático*, em que a cadeia linguística é mais longa do que o tipo do elemento definido; e iii) *distribucional*, que se ainda se subdivide entre *paradigmático*, no qual a unidade superior considerada não é da natureza da cadeia linguística, e o *sintagmático*, em que há a coocorrência de dois tipos de itens lexicais.

Por fim, há o *critério metalinguístico*, quando ocorre referência ao próprio enunciado linguístico. Assim como os demais critérios, o metalinguístico se subdivide entre i) *comunicacional*, quando há referência à situação de interlocução; e ii) *metagramatical*, quando há metalinguagem gramatical, podendo se subdividir, ainda, em *parafrástico*, quando se refere a nomes de outras categorias, *etimológico*, quando se refere à etimologia, e *didático*, quando há atividade do gramático.

Em se tratando do século XX, com a implementação da NGB em 1959, instauraram-se as dez classes de palavras que hoje conhecemos, mas que não foram bem fundamentadas quanto aos critérios utilizados em sua classificação. Sobre isso, Biderman (2001 [1978]) afirma que

“[...] acabaram por adotar uma atitude política e não científica, tirando-se a média entre os pareceres de gregos e troianos. Desse acordo, entre os detentores da verdade gramatical, resultou a portaria ministerial de 28/01/1959, que institui a NGB” (Biderman, 2001 [1978], p. 191). Tal atitude política a qual Biderman (2001 [1978]) explicita fez com que as classes de palavras que figuram nas gramáticas brasileiras ditas tradicionais até hoje tenham um engessamento de conceitos sem a introdução de outros tipos de critérios classificatórios.

Na seção seguinte, em que vamos nos deter à análise dos nossos dados, verificamos quais destes fenômenos lexicais estão presentes nas gramáticas de nosso *corpus*, bem como de que maneira isso acontece, a supor pelo momento histórico em que tais gramáticas foram publicadas.

## 5 ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DE GRAMÁTICAS NOVECENTISTAS BRASILEIRAS QUANTO À DESCRIÇÃO DO LÉXICO

Nesta seção, analisaremos as gramáticas do nosso *corpus* sob o viés da HL e mediante as categorias de análise previamente estabelecidas e pontuadas. O percurso que faremos para tal análise se dará da seguinte maneira: primeiramente, discorreremos sobre a gramática, o contexto em que ela foi produzida e sobre o seu autor; nas subseções seguintes, vamos expor e analisar os fenômenos lexicais presentes na gramática, isto é, faremos uma visão geral da obra quanto ao nosso objeto de estudo, tecendo comentários analíticos quanto à presença – ou ausência – de cada fenômeno. Esses comentários são realizados a partir de blocos que abordam os aspectos do som, da formação, do sentido e da organização das palavras. Por fim, realizamos uma síntese analítica de cada gramática.

### 5.1 A *Grammatica expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira

Entre as gramáticas lançadas entre 1900 e 1930, a *Grammatica expositiva - curso superior* (1907), de Eduardo Carlos Pereira, foi a que mais esteve presente nos bancos escolares. Publicada em 1907 pela editora Weiszflog Irmãos e Companhia, e com 114 edições até o ano de 1958, a *Grammatica expositiva* tinha como propósito atender ao programa oficial para os três primeiros anos do ginásio. A própria experiência pedagógica de Eduardo Carlos Pereira, como afirma o autor no Prólogo da 1ª edição de sua gramática, motivou a produção da referida obra: “A boa regência de nossa cadeira de português no Ginásio Oficial da cidade de São Paulo nos levou ao presente trabalho” (Pereira, 1907, p. I).

Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) nasceu em Caldas, Minas Gerais, e por lá vivenciou a sua infância. Em São Paulo, cursou o Colégio Ipiranga, de Araraquara, seguindo os estudos superiores na Academia de Direito de São Paulo. Durante sua carreira no magistério, lecionou Latim e Português no Colégio Culto à Ciência, em Campinas, na Escola Americana (Mackenzie) e no Ginásio Oficial de São Paulo, ambos localizados na capital paulista (Molina, 2004; Faccina; Casagrande, 2006). Eduardo, que também foi ministro evangélico, presbiteriano e um dos mais importantes líderes do movimento protestante brasileiro do final do século XIX, fez parte de uma geração de autores de livros escolares que também exerciam a docência.

Como já indicado, no final do século XIX, momento em que começa a surgir a concepção de gramática do século XX, havia uma confluência de dois modelos em vigência, em que o modelo mais antigo, denominado racionalista – ou de gramática racionalista – passava

a ser substituído, paulatinamente, por um modelo cientificista. A chegada dos estudos comparativistas ao Brasil, sobretudo com a chegada da Linguística Naturalista, a revolução científica da Química, da Biologia e da História Natural e da concepção de língua como um ser, foi penetrando a gramática brasileira de língua portuguesa a ponto de transformar não só a figura da gramática, como a figura do próprio gramático.

Um traço característico da gramática brasileira no início do século XX é um texto descritivo-prescritivo destinado a um leitor tanto consulente quanto pesquisador. Essa é uma perspectiva necessária para lermos adequadamente um texto produzido nesse momento. Para isso, precisamos de levar em consideração que o propósito da gramática era o de prescrever, mas também era descrever: com o propósito de atender ao leitor consulente, a gramática teria que ter necessariamente caráter prescritivo, uma vez que, para o leitor consulente, uma gramática se presta para estabelecer normas prescritivas; já assumindo o propósito de descrever, a gramática buscava atender aos anseios do leitor pesquisador.

A seguir, reproduzimos, na Figura 1, a capa dessa obra e a imagem de seu autor:

**Figura 1** - Capa e autor da *Grammatica expositiva* (1907)



Fonte: Pereira (1907) e Google Imagens (2023).

O professor e gramático Eduardo Carlos Pereira, com a sua *Grammatica expositiva* (1907), desponta como um importante nome do século XX que conseguiu congrega tanto o antigo modelo racionalista como o novo modelo cientificista. Logo nas primeiras páginas, o



autor expressa o fato de os dois modelos coexistirem nas gramáticas quando afirma buscar a resultante entre eles: “o da corrente moderna, que dá ênfase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se preocupa com o elemento lógico na expressão do pensamento” (Pereira, Prólogo da 1ª edição, 1907, p. 1). Esse é o início da gramaticografia brasileira no século XX, em que ainda se buscava um rumo mais adequado, tendo em vista a força do novo modelo, baseado na pesquisa histórica e na investigação do fato linguístico com uma metodologia própria, e a presença do antigo modelo, que se pautava no estudo da língua como arquitetura da razão humana.

A natureza do *corpus* utilizado por Pereira (1907) é restrita à língua literária escrita, como era comum à época. Havia uma exigência de que os fatos linguísticos descritos tivessem amparo na literatura de língua vernácula, mais especificamente retirados de obras literárias do século XVI (Gil Vicente e Camões, por exemplo) até o século XIX (Alexandre Herculano e Antônio Feliciano de Castilho são outros exemplos). Como já era de se esperar, poucos autores brasileiros figuravam na gramática de Pereira (1907), sendo os poucos nomes Gonçalves Dias, Odorico Mendes e João Francisco Lisboa.

No entanto, o próprio autor sinaliza, no Prólogo de sua gramática, uma preocupação com a seleção de um *corpus* mais atualizado: “Dada a evolução da língua, não se pôde provar, em boa lógica, a vernaculidade actual de uma expressão qualquer com a autoridade de um clássico antigo” (Pereira, 1907, p. VIII). Ademais, por considerar a língua literária como a expressão mais correta dos fatos linguísticos, toma-se por autorizada a construção que tenha conquistado presença nas páginas das obras clássicas.

### 5.1.1 Organização da gramática

A *Grammatica expositiva* (1907), de Eduardo Carlos Pereira, é dividida em duas partes – *Lexeologia* e *Syntaxe*. A explicação para essa divisão advém da ideia do autor de que as palavras são o objeto da gramática, as quais podem ser estudadas isoladas ou combinadas. Desse modo, para ele, a *Lexeologia* é “o estudo das palavras isoladas, consideradas em si mesmas” (Pereira, 1907, p. 4), enquanto a *Syntaxe* é “o estudo das palavras combinadas para a expressão de nosso pensamento” (Pereira, 1907, p. 4). Por essa divisão de gramática e definição de cada parte que a compõe, há uma clara retomada do que acreditava Julio Ribeiro ser importante tratar em um compêndio gramatical. Ademais, por considerarmos a gramática de Pereira (1907) como a que inicia o século XX, é compreensível que ela ainda tenha como norte as gramáticas do século anterior.

Por considerar a *palavra* como o objeto de estudo de uma gramática, o autor a define como “a combinação de sons oraes indicando uma cousa ‘qualquer [*sic*], ou exprimindo uma ideia” (Pereira, 1907, p. 1), e faz a distinção entre *forma material* e *ideia*, indicando que a *forma* é a combinação de sons, ou das letras que os representam, enquanto a *ideia* é a significação ou o sentido da palavra. Com isso, podemos observar que o autor concebe a *palavra* pelos critérios morfológico e semântico, se pensarmos na tríade tradicional de critérios classificatórios, deixando o sintático para trás.

Pereira (1907) segue sua explanação sobre *palavra* ao dizer que a chamamos de *vocábulo* ou *dicção* quando nos referimos à sua forma, e *termo* quando nos referimos à sua ideia. Mais adiante, compreende como *vocabulário* ou *léxico* de uma língua a lista de seus vocábulos ou dicções, sendo esta lista denominada *dicionário* ou *lexicon*, “quando cada palavra ou dicção, disposta em ordem alfabética, vem acompanhada da explicação de seu sentido” (Pereira, 1907, p. 2). A partir dessa divisão, observamos a ideia antiga de léxico exclusivamente como uma lista de palavras de uma língua.

A primeira parte da gramática, denominada *Lexeologia*, é subdividida em *Phonologia* e *Morphologia*, sendo a primeira compreendida como o “estudo dos elementos materiaes da palavra, isto é, dos sons elementares” (Pereira, 1907, p. 4). A *Phonologia*, por sua vez, é subdividida por Pereira (1907) em *Phonetica*, *Prosodia* e *Orthografia*. Já a *Morphologia*, segundo o autor, “é a parte da Lexeologia que estuda a palavra em seu elemento immaterial, isto é, em sua idéa ou significação” (Pereira, 1907, p. 47), e é subdividida em *Taxeonomia* e *Etymologia*.

Com a divisão de sua gramática dessa maneira, isto é, admitindo a *palavra* como objeto principal de estudo e dissecando-a de maneira isolada e combinada, o autor reproduz o ideário da época de divisão gramatical simples em *Lexeologia* e *Syntaxe*, também reproduzida por Ribeiro (1881), que marcou o início do que foi considerada a gramática científica. Ademais, tal divisão pode apontar para mais do que uma adequação ao clima de opinião da época, mas também para um cuidado ao simplificar o estudo da língua, visto que muitas das gramáticas tidas como referência eram também utilizadas em escolas, cujos usuários não podiam contar com um texto complexo e denso.

Uma síntese das partes da *lexeologia* é apresentado pelo autor em sua *Grammatica* e reproduzido a seguir.

**Figura 2 - A *lexeologia* em Pereira (1907)**

Lexeologia	Phonologia	Phonetica	Phonemas	{	Vozes		
					Consonancias		
		Prosodia	Syllaba	{	Quantidade		
				Tonicidade			
				Metaplasmos			
		Orthographia	Systemas, notações, regras				
	Morphologia	Taxeonomia	Categories	grammaticaes	{	flexivas	
						inflexivas	
			Outras classes	{	Função		
					Fórma		
				Sentido			
	Etymologia	Derivação	{	propria	Suffixos	{	nominaes
			impropria	verbaes			
		Composição	{	Prefixação	Hybridos		
				Agglutinação		Compostos	
				Juxtaposição			gregos

Fonte: Pereira (1907, p. 364).

O quadro indicado na Figura 2 mostra a divisão da gramática para a parte da *Lexeologia*, foco do nosso olhar analítico, visto que os fenômenos lexicais advêm dessa parte da gramática de Pereira (1907). Ele aponta, primeiramente, para a compreensão do que era considerado estudo do léxico de uma língua naquele momento da gramaticografia brasileira. Assim, podemos inferir que, em termos de nomenclatura, o autor não destoa tanto do que concebemos hodiernamente. No entanto, podemos observar que a ortografia, por exemplo, está situada dentro do que Pereira (1907) compreende como “o estudo dos sons elementares” (Pereira, 1907, p. 4), isto é, dentro da *Phonologia*, fato que não vamos observar em outras gramáticas do nosso *corpus*.

Nas próximas subseções, entenderemos como o estudo do léxico foi empreendido na gramática de Pereira (1907), verificando e analisando como os fenômenos lexicais quanto ao som, à formação, ao sentido e à organização das palavras foram descritos. Quando pensamos sobre o estudo do léxico em uma gramática que compreende ser a *palavra* o seu objeto de estudo, como é o caso da *Grammatica expositiva*, deduzimos que tal objeto vai ser bem trabalhado ao longo do compêndio. No entanto, é preciso explicarmos que nem tudo vai ser trazido à lume nas discussões analíticas sobre tal gramática, uma vez que o que nos interessa é compreender como o estudo do léxico foi contemplado nela. *A priori*, iremos tecer comentários sobre o que Pereira (1907) compreende como fenômenos lexicais referentes ao som das palavras.

### 5.1.2 Fenômenos lexicais descritos na gramática

Em relação aos fenômenos do *som* das palavras, dentro do que o autor admite como *Phonologia*, a prosódia, nosso primeiro fenômeno lexical analisado, é definida como a “parte da Phonologia que tracta da correcta pronuncia dos fonemas combinados para a formação dos vocábulos” (Pereira, 1907, p. 21). Para o autor, existem três condições para a correta pronúncia de um vocábulo:

1.º O conhecimento exacto dos valores phoneticos das vogais e consoantes que entram na formação do vocabulo; 2.º A enunciação ou prolação discriminada dos fonemas ou grupo de fonemas, chamado syllabas, de que se compõe o vocabulo; 3.º O conhecimento da syllaba predominante, chamada tonica (Pereira, 1907, p. 21-22).

A partir dessa lista de condições para que o falante de língua portuguesa no Brasil saiba pronunciar “corretamente” os vocábulos que a compõem, vemos a preocupação do autor em fazer parte de uma comunidade de professores e autores de gramáticas que visavam ao “escrever e falar bem” como objetivo principal para o ensino de língua, além da intenção de melhorar a conduta desse falante brasileiro em comparação ao falante do português europeu. Não à toa, eram muito comuns à época comparações de palavras supostamente pronunciadas “incorretamente” frente ao Português de Portugal, denominando-as “brasileirismos”.

Pereira (1907), então, tece definições e exemplos acerca da *syllaba*, conceituando-a como “um phonema ou grupo de fonemas pronunciados em uma só emissão de voz na enunciação de vocabulo” (Pereira, 1907, p. 22). Após a conceituação, há uma nota do autor que diz:

A quantidade das syllabas não tem em nossa lingua, bem como nas outras linguas derivadas do latim, chamadas novo-latinas, a importancia que teve no periodo classico do latim e do grego. Nesse periodo o acento tonico era subordinado à quantidade, a qual era, na expressão de Guardia, a alma do acento latino. Nas linguas novo-latinas dá-se phonomeno inverso: a quantidade subordina-se à tonicidade, a tonica é o centro de gravidade do vocabulo.

Todavia não desapareceu inteiramente a quantidade proso-dier em portuguer, e o importante conhecer-so o valor quantitativo das syllabas para tuna boa pronuncin dos vocabulos. Una das principaes differenças entre i prosodia lusitana e a brasileira está na quantidade syllabica.

No portuguez europeu é bem sensivel a quantidade das syllabas breves, que são brevissima em relação ao portuguez no Brazil, exs.: p'ssoa, pltão, pu'rer, d''gado, s'brulo, pra. p'rigo (Pereira, 1907, p. 22).

Notas como esta são bem frequentes ao longo da *Grammatica* de Pereira (1907) e corroboram para o fato de que ela estava inserida num momento da gramatização brasileira em que comentários sobre a evolução das línguas eram comuns, herdados da gramática histórica. Além disso, talvez a razão de o autor comparar a língua portuguesa com o latim e o grego pode residir no fato de que tais línguas clássicas ainda eram ensinadas nas escolas da época.

Em relação ao número de sílabas, o gramático vai considerar a mesma divisão que hodiernamente conhecemos (monossílabos, dissílabos, trissílabos e polissílabos), sem nenhuma informação extra. Já na subseção “quantidade”, Pereira (1907) apresenta: “chama-se quantidade de syllabas o maior ou menor espaço de tempo gasto na prolação de umas syllabas em relação a outras do vocabulo. Esta proporção é expressa por um tempo na prolação da syllaba breve, e por dois tempos na prolação da syllaba longa” (Pereira, 1907, p. 23). A partir dessa definição, o autor compreende que as sílabas podem ser iniciais, mediais ou finais, “confome occupa o principio, o meio ou o fim do vocabulo” (Pereira, 1907, p. 23). Sobre tal divisão, acreditamos que essa discussão empreendida por Pereira (1907) antecede a discussão sobre a tonicidade, preparando o leitor para a compreensão dessa característica dos vocábulos.

Sobre o que o autor chama de *quantidade prosodica*, comenta que “a syllaba so diz longo ou breve, conforme a sua vogal ou voz é longa ou breve. Como não ha syllaba sem vogal. a quantidade da syllaba é a quantidade de sua vogal” (Pereira, 1907, p. 23). Ele complementa:

São por natureza longas: 1.º As syllabas diphthongaes e triphthongaes, por exigirem as duas ou tres vozes dobrado tempo para sua prolação: esperoidal, fluidez, quaesquer. 2.º As syllabas contractas, por encerrarem latentemente duas vozes - ás, áquelle. 3.º As syllabas nasaes, por exigirem as vogaes nasaes maior esforço na prolação que as puras - tentação, lançar. 4.º A syllaba seguida de duas consoantes, quando uma dellas lhe pertença, por exigir a consoante prolongação do som vogal - alteza, tortura: textual. 5.º As syllabas tonicis, por exigir a intensidade predominante da vogal dobrado tempo na prolação - verdade, tortura, petala, avó (Pereira, 1907, p. 23-24).

Acreditamos que essa riqueza de denominações para a explanação sobre a quantidade de sílabas é um traço da época de ensino de língua pautado na forma, além de uma influência do ensino da língua latina, afinal Eduardo Carlos Pereira, além da língua portuguesa, também lecionava latim nas escolas, o que, à época, ainda tinha bastante prestígio. Por apresentar a noção de vogais longas e curtas, acreditamos que essa ideia posta por Pereira (1907) advenha da influência das descrições do latim.

Enfim, sobre a tonicidade, o autor a conceitua como “o tom forte da voz na pronunciação de uma syllaba do vocabulo. Esta syllaba em que a voz se eleva, e adquire maior força ou intensidade do que a necessaria para a sua simples prolação, denomina-se syllaba tonica, exs.:

justiça, **numero**, **numero** (grifos do autor)” (Pereira, 1907, p. 24). A partir disso, Pereira (1907) elabora sua teorização sobre o acento tônico ou prosódico afirmando constituir-se de uma entonação mais forte ou acentuação mais intensa da voz, tornando saliente a sílaba sobre a qual recai, classificando as sílabas como tônicas e átonas, assim como sobre palavras oxítonas ou agudas, paroxítonas ou graves e proparoxítonas, esdrúxulas ou dactylicos. Tal exposição de fatos sobre a língua é bem próxima do que hoje concebemos nas gramáticas tradicionais de referência, salvo a simplificação terminológica habitual nas descrições contemporâneas, em que encontramos apenas os termos oxítônica, paroxítônica e proparoxítônica.

Após tal explanação, o autor apresenta uma observação feita por Grivet, outro grande gramático, como forma de complementar e legitimar sua explanação. Isso é algo muito comum em toda a sua gramática, e também consideramos como traço herdado da gramática histórica. Ademais, na mesma nota em que menciona Grivet, Pereira (1907) elabora que

O tracto de pessoas cultas e o uso de um bom dicionario prosodico são os meios de evitar constantes *syllabadas* na pronuncia das palavras da nossa lingua. [...] São relativamente poucos os vocabulos proparoxytonos ou esdrúxulos e estes mesmos de uso erudito, pois o povo repelle o exdruxulo (Pereira, 1907, p. 25).

A esse comentário, atribuímos um certo teor de superioridade sobre os falantes que falam “incorretamente”, bem como o fato de que o “incorreto” é repellido pelas pessoas ditas cultas. O preconceito à época empenhado aos “brasileirismos” era bem incidente. Não obstante, comentários dessa natureza podem ser considerados indícios do que hoje denominamos como preconceito linguístico.

Quanto aos fenômenos lexicais referentes à *formação* das palavras, o autor detalha o estudo sobre a derivação e composição em *Etymologia*. A derivação, segundo o autor, “é o processo pelo qual de umas palavras se formam outras chamadas **derivadas**. Em relação a estas chamam-se aquellas **primitivas**” (Pereira, 1907, p. 157, grifos do autor). Para Pereira (1907), há dois tipos de derivação: a derivação própria e a derivação imprópria.

O autor julga que a derivação própria é desenvolvida por meio de sufixos que, aglutinados ao tema das palavras primitivas, modificam a significação, determinando-a. Para Pereira (1907), os sufixos têm significação própria, pois trazem sentido novo à palavra primitiva. Porém, esse valor significativo, essa vida própria só se revela em conjunção com o *tema*; separado do *tema*, o sufixo não tem vida própria. Após essa explanação, o autor faz uma nota que determina: “a terminação da palavra primitiva não se chama sufixo, porém mera desinencia, como. p. ex., a ultima vogal de ferr + o, quere + -a” (Pereira, 1907, p. 157),

adentrando no que hoje conhecemos como *desinência* e aludindo à vogal temática, mesmo sem assim denominá-la. Por fim, explica que os sufixos podem ser nominais ou verbais, formando substantivos, adjetivos e verbos, respectivamente.

Já sobre a derivação imprópria, o autor é bem breve ao afirmar ser a mudança que sofre uma palavra no sentido ou na categoria gramatical sem a intervenção de sufixos. Desse modo, são formados os substantivos, adjetivos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Para cada classe de palavras listadas, o autor dá exemplos.

Para além do processo de derivação, Pereira (1907) classifica a composição como outro processo de formação de palavras, conceituando-a como “o processo pelo qual se formam palavras novas com a união de dois ou mais elementos, como, p. ex.: re + fazer, couve+flor, agu + ardente = refazer, couve-flor, aguardente” (Pereira, 1907, p. 169). Após essa explicação breve e clara do fenômeno, o autor traz a ideia de determinante e determinado, não popularmente conhecida à época:

Em todo o composto existe um elemento principal, que contém a idéia generica: é o determinado: e um elemento accessorio, que contém a idéa especifica : é o determinante. Em refazer, o elemento principal ou determinado é fazer, e o elemento accessorio ou determinante é a particula re: a idéa generica de fazer é restringida ou especificada pela particula ro. Em couve-flor e aguardente, couve e agua con-teem a idéa principal ou generica: são os determinados: no passo que flor e ardente trazem a idéa accessoria ou especifica: são os determinantes (Pereira, 1907, p. 169).

Trazer termos como *determinado* e *determinante* é um ponto importante e inovador da gramática de Pereira (1907). Não se costumava pensar, ou mesmo trazer em compêndios gramaticais, tais considerações, que só foram amplamente divulgadas e comentadas sob a luz do Estruturalismo que surgiria no Brasil apenas mais tarde.

Por fim, para encerrar a discussão sobre o processo de composição, o autor afirma que o processo formativo do nosso léxico é tríplice, podendo as palavras serem compostas por prefixação, justaposição e aglutinação, sem tecer comentários diferentes do que hoje compreendemos cada processo mencionado.

No que diz respeito aos fenômenos lexicais referentes ao *sentido* das palavras, eles são trazidos ao final da parte dedicada à *Morphologia*, na qual Pereira (1907, p. 149) propõe “outras classes de palavras”, alegando que, “classificadas e estudadas as palavras isoladamente em seu elemento ideologico, podemos ainda classificar-as [*sic*] do ponto de vista comparativo de certas analogias de **função**, **fórma** e **significação**, bem como de **oposição** de sentido” (Pereira, 1907, p. 149, grifos do autor). Certamente, essa outra proposta de classificação das palavras é

um dos pontos de originalidade da descrição linguística empreendida por Pereira (1907) e que não era muito comum à época.

Quanto ao que o autor denomina de “analogia de fôrma”, ele apresenta três grupos: “homonymas, paronymas e cognatas” (Pereira, 1907, p. 149). Para representar ao leitor os exemplos de cada tipo de “analogia”, o autor expõe em lista diversas palavras, conforme o fenômeno é apresentado.

As palavras *homônimas*, para Pereira (1907), são palavras análogas na forma e diversas na significação, podendo a homonímia se dar em relação aos fonemas e às letras, denominando-se *homófonas* e *homógrafas*, respectivamente. As *homófonas*, para o autor, são palavras diferentes na significação e idênticas no som, quer escritas com as mesmas letras, quer não; já as *homógrafas*, segundo Pereira (1907), são palavras diferentes na significação e idênticas na forma escrita, embora possa haver diferença na qualidade e tonicidade das vogais. Tais definições se assemelham bastante com as propostas por Polguère (2018).

As *parônimas* são conceituadas como palavras diversas na significação e parecidas na forma, enquanto as *cognatas* são as palavras que pertencem à mesma família ou grupo morfológico, ou seja, derivadas de um mesmo tronco, tendo uma raiz ou radical comum, como ferro, ferreiro, ferragem, entre outros. A menção às palavras cognatas se deve à influência da Linguística Histórica de que Pereira (1907) se valeu em sua descrição de língua.

Por fim, dentro do que Pereira (1907) defende como *analogia e oposição de sentido*, há as definições de palavras *sinônimas* e *antônimas*. Segundo o autor, certas palavras apresentam entre si significação análoga, e outras sentido oposto. As *palavras sinônimas* são diversas na forma e idênticas ou semelhantes na significação, e é justamente dessa identidade ou semelhança de sentido que Pereira (1907) ainda subdivide em *sinônimos perfeitos*, como lábio e beijo, cara e rosto, por exemplo, e *sinônimos imperfeitos*, como olhar e ver, bom e misericordioso, por exemplo. Sobre a ideia de sinônimos perfeitos ou exatos, já mencionamos a sua impossibilidade anteriormente, mas que, à época, isso ainda não era consensual.

Após a exposição de tais fenômenos, o autor põe uma observação em que se destaca:

Obs. - Quanto à significação, as palavras podem ainda ser tomadas no sentido proprio, como, p. ex.: pé, cabeça, braço, falando-se das partes do corpo humano; ou no sentido translato ou figurado, como, p. ex.: pé de vento, cabeça da revolta, braço da revolução. Todas as vezes que uma palavra é desviada de seu sentido natural, primitivo, proprio, e é applicada, por analogia, a designar um objeto differente do primitivo, adquire um sentido chamado figurado ou translato.

Quanto a fôrma, devemos ainda mencionar o **syncretismo** vocabular.



Antes que fossem publicadas no século XVI as primeiras grammaticas de nossa lingua, a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1510), era grande a oscillação das fôrmas vocabulares: assim se vê no mesmo texto - o e lo, sua e sa, suo e seu, casaes e casaes, sou, som e so.

Chamam-se essas formas duplas, triplas o, até, quadruplas do mesmo vocabulo-lôrmas synereticas. Syncretismo (gr. syn + Creta + ismo) era termo com que os autores gregos indicavam as variadas populações da ilha de Creta.

Com a publicação dessas primeiras grammaticas começou, para a lingua, o periodo da disciplina grammatical, e as fôrmas syncreticas foram diminuindo. Em Camões ainda se encontram concorrentemente agradecer e agardecer, antão e então, piadoso o piedoso, antre e entre, fruito e fructo, contrairo e contrario (Pereira, 1907, p. 152).

Nesse trecho, podemos observar a busca por um falar mais correto e unívoco e a ideia de sincretismo que rotula o presente momento em que o autor se vê perante sua língua. É importante notar, não só nesse trecho, mas ao longo da gramática, o quanto essa é uma preocupação latente de Pereira (1907). Quanto a uma possível inspiração que o autor teve para tal classificação em analogias e oposição de sentidos, Fávero e Molina (2009) apontam para Bréal (1992, p. 92) quando este afirma que “é preciso olhar a analogia como uma condição primordial de toda a linguagem. Se ela foi uma fonte de clareza e de fecundidade, ou se foi uma causa de uniformidade estéril, é o que somente a história individual de cada língua pode nos ensinar”, uma clara filiação à corrente histórico-comparativa, predominante à época de publicação da gramática de Pereira (1907).

Quanto aos fenômenos lexicais referentes à *organização* das palavras, a gramática de Pereira (1907), na parte denominada *Taxeonomia*, a qual estuda as diversas classes de palavras e as suas propriedades em relação à ideia que exprimem, as palavras são divididas em oito classes: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Em nota, o autor infere que “contam muitos grammaticos dez partes da oração, incluindo entre ellas - o artigo e o participio. Porém estas partes estão naturalmente incluídas na classe do adjectivo” (Pereira, 1907, p. 48). Tal classificação está em conformidade com o que se acreditava constituir uma classe de palavras à época, e até mesmo antes do século XX, nas gramáticas científicas do fim do século XIX.

Ademais, o autor também faz a divisão de tais classes em *variáveis ou flexivas* (substantivo, adjetivo, pronome e verbo) e *invariáveis ou inflexivas* (advérbio, preposição, conjunção e interjeição). As definições para cada uma delas corroboram com as que concebemos na atualidade, o que prova a força que a gramática tradicional tem ao longo dos séculos, herdada pela tradição greco-latina. Além disso, esta é uma divisão pautada a partir do

critério morfológico que, por sinal, vai ser uma prática comum nas gramáticas que sucedem a de Pereira (1907), condensando, inclusive, as classes de palavras na parte da Morfologia.

Um fato notável da gramática de Pereira (1907) é considerar a *interjeição* como uma classe de palavras, se opondo a muitos gramáticos que o antecederam. Para o autor, a interjeição “é a palavra invariável que exprime os affectos vivos e subitos da alma, como a dor, a alegria, o espanto, etc..” (Pereira, 1907, p. 148). Outro ponto que merece ser destacado é uma das poucas distinções entre a gramática de Júlio Ribeiro (1881) e a de Pereira (1907): enquanto na deste último os *artigos* não são considerados como uma classe à parte, mas incluída na dos adjetivos, Júlio Ribeiro os considera independentes e os classifica como palavras que se antepõem ao substantivo a fim de particularizar-lhe a significação, uma conceituação bem próxima da que hodiernamente concebemos.

Ademais, como já fora exposto na subseção anterior, o autor ainda apresenta uma outra proposta de classificação das palavras quanto à analogia de função, distribuindo as classes já explicitadas por ele em *palavras denominativas*, que têm por função nomear os seres (substantivos e pronomes), *palavras modificativas*, que modificam outras palavras (adjetivos, verbos e advérbios), e *palavras conectivas*, que têm por função ligar ou relacionar outras palavras entre si (preposição, conjunção e verbos de ligação). Essa proposta de classificação, apesar de ser considerada bastante ousada para a época, apenas aparece ao fim da seção de *Morphologia*, e não se detém a explicitar cada uma das classes. Da maneira que está posta na gramática, essa é, de fato, apenas mais uma maneira de agrupar classes já existentes e definidas. No entanto, essa classificação adota o critério semântico que mais tarde será predominante na NGB, mesmo que ainda sob o rótulo da morfologia.

### 5.1.3 Síntese analítica

A *Grammatica expositiva* de Pereira (1907) foi publicada em um momento da nossa gramaticografia em que a corrente da gramática científica estava dando os seus primeiros passos e tinha como “norte” a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881), o que explica tantas semelhanças entre os dois compêndios. Além disso, Eduardo Carlos Pereira era um grande crítico do momento que o ensino de nossa língua estava vivendo, atribuindo os fracassos à adoção exclusiva de uma ou de outra corrente teórica ou didática para esse ensino. No entanto, há, apenas em alguns momentos de sua gramática, alguns poucos avanços para o que se encontrava com frequência em compêndios à época.

Sobre a adoção de uma corrente aos seus estudos, o gramático assegurava que o melhor seria se os professores ministrassem ao aluno o conhecimento histórico da língua, e essa marca foi deixada em sua gramática, como podemos ver em alguns exemplos de notas que trazem o fator histórico para a descrição da língua portuguesa. Contudo, o fato de essas informações serem apresentadas em notas, e não no corpo do texto, denota ainda uma hesitação com o que o próprio gramático pretendia ao contemplar essa ideia.

No Prólogo da 1ª edição, o autor finaliza o texto esclarecendo que havia enriquecido o seu trabalho para atender à sugestão do programa oficial de português “com dezenas de provérbios, máximas e ditos sentenciosos tanto para aclarar e fixar regras, quanto para aguçar o intelecto e formar o caráter” (Pereira, 1907, p. II). Com isso, supomos que ele não tinha a intenção de formar um leitor e escritor proficiente em sua língua, mas atingir os que pretendiam acessar a língua dita culta, afastando qualquer desvio de língua ou “brasileirismos”, fato que também pudemos constatar em muitas partes de sua gramática.

Outro fato bastante observado foi a perpetuação dos moldes de gramáticos anteriores a Pereira (1907) no fazer gramatical. Como já indicado, era comum à época uma mesma gramática servir ao leitor consulente e ao leitor pesquisador, fato explicado pelo incipiente mercado editorial do período. Por isso, o gramático pensava em atender ao grande público e vender suas obras em larga escala, como foi o caso de Pereira e as suas 114 edições da *Grammatica expositiva*. Sendo assim, analisando globalmente, justifica-se o fato de haver pouca inovação, em suas descrições linguísticas, se compararmos com os gramáticos que o antecederam.

Uma síntese de nossos resultados de pesquisa para essa primeira gramática é encontrada no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2** - Descrição do léxico na *Grammatica expositiva* (1907)

CATEGORIA DE ANÁLISE	ABORDAGEM IDENTIFICADA	INTERPRETAÇÃO DO CLIMA DE OPINIÃO
Quanto ao som	Ênfase na correta pronúncia da língua.	Eram muito comuns, à época, comparações de palavras supostamente pronunciadas “incorretamente” frente ao Português de Portugal, denominando-as “brasileirismos”.

Quanto ao som (cont.)	Notas do autor associando as sílabas e o acento tônico no português a línguas clássicas.	Herança da corrente histórico-comparativa, além do fato de que tais línguas clássicas ainda eram ensinadas nas escolas da época, inclusive por Pereira.
	Riqueza de denominações para a explanação sobre a quantidade de sílabas.	Traço da época cujo ensino de língua era pautado na forma, além do fato de que, além da língua portuguesa, o autor também lecionava latim nas escolas.
	Observações de outros autores para corroborar com a descrição de língua empreendida.	Traço herdado da corrente histórico-comparativa.
Quanto à formação	O autor replica o que os demais autores da época acreditavam ser derivação e composição.	Gramática de início de século que em muito se baseou nas gramáticas anteriores.
Quanto ao sentido	O autor propõe “outras classes de palavras” divididas em <i>analogia de função</i> , <i>analogia de forma</i> (homônimas, parônimas e cognatas), <i>analogia e oposição de sentido</i> (sinônimas e antônimas).	Filiação à corrente histórico-comparativa.
Quanto à organização	As palavras são divididas em oito classes: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Em nota, o autor afirma que o artigo e o particípio estão naturalmente incluídos na classe do adjetivo.	Em conformidade com o que se acreditava constituir uma classe de palavras à época, e até mesmo antes do século XX, nas gramáticas científicas do fim do século XIX.
	Especificamente tratando da analogia de função, o autor propõe uma outra classificação: <i>palavras denominativas</i> (substantivos e pronomes), <i>palavras modificativas</i> (adjetivos, verbos e advérbios) e <i>palavras conectivas</i> (preposição, conjunção e verbos de ligação).	Classificação ousada para a época e que adota o critério semântico, o qual mais tarde será predominante na NGB, mesmo que ainda sob o rótulo da morfologia.
	Divisão das classes de palavras pautada a partir do critério morfológico.	Prática comum nas gramáticas à época, condensando, inclusive, as classes de palavras na parte da Morfologia.

A partir do Quadro 2, podemos inferir que Pereira (1907), em sua *Grammatica expositiva*, traz uma abordagem do estudo do léxico ainda muito pautada na corrente histórico-comparativa, no bem falar e escrever, na primazia do português falado em Portugal em relação ao falado no Brasil, elencando como exemplos listas de palavras descontextualizadas.

## **5.2 A *Grammatica secundaria da lingua portuguesa*, de Manuel Said Ali**

A herança que Said Ali deixa para os estudos linguísticos de língua portuguesa é, sem dúvidas, razão suficiente para incluí-lo entre os nomes mais importantes tanto dos estudos filológicos quanto da gramaticografia brasileira. A publicação de sua *Grammatica secundaria*, em 1924, apresenta resquícios do clima de opinião do século XIX e do início do século XX, perpetuando o purismo e o lugar do conhecimento normativo sobre as línguas e a linguagem.

Manuel Said Ali nasceu em Petrópolis, em 21 de outubro de 1861, e faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1953. Saiu de sua cidade natal aos 14 anos com destino ao Rio e de lá continuou seus estudos. Trabalhou na Livraria alemã de Laemmert & Cia., onde teve o seu primeiro contato com os livros, além de conhecer inúmeros intelectuais que lá frequentavam e publicavam à época.

Foi professor de alemão na Escola Militar e no Ginásio Nacional (Pedro II) e trabalhou em vários outros colégios do Rio de Janeiro, ministrando aulas de disciplinas como Geografia, Alemão, Francês e Inglês. No âmbito da geografia, publicou o *Compêndio de Geografia Elementar* (1905), buscando acompanhar o progresso que a disciplina vinha ganhando na Europa.

Ademais, são características explícitas de Said Ali que refletem em suas obras uma inteligência ímpar e um empenho exemplar. Não apenas se dedicando ao ensino de línguas, era amante da música e da pintura, sendo igualmente eficiente em ambos os ofícios. Como afirma Bechara (1962, p. 4), o “mestre Said Ali se agiganta aos nossos olhos como exemplo de patriota e valente batalhador intelectual, missões que sabemos tão difíceis”, explicando posteriormente a razão do uso de tais adjetivos, pois, a partir de 1887, aproximadamente, até pouco antes de falecer, em 1953, foi extensa a lista de trabalhos e pesquisas desenvolvidas por Said Ali.

A seguir, reproduzimos, na Figura 3, a capa da referida obra e a imagem de seu autor.

**Figura 3** - Capa e autor da *Grammatica secundaria* (1924)



Fonte: Said Ali (1924) e Google Imagens (2023).

Mesmo se dedicando ao ensino de línguas estrangeiras e à geografia, dizia (cf. Bechara, 1962) que se dedicava aos estudos de português por ver que muitas regras contidas nas gramáticas não se confirmavam em suas leituras de bons autores e no uso geral da época, ou seja, esse distanciamento entre a prescrição e o uso da língua o inquietou e o fez pesquisar mais a língua portuguesa. Entre os trabalhos publicados por Said Ali, inclusive, há um dedicado exclusivamente à Lexeologia, mas que, por ora, não será objeto de nossa análise neste artigo. Focaremos nossa atenção, como já fora dito, no estudo do léxico empreendido pelo autor na sua *Grammatica secundaria da lingua portugueza* (1924).

### 5.2.1 Organização da gramática

Já no Prólogo de sua *Grammatica secundaria*, o autor apresenta o objeto de seu compêndio: expor as doutrinas e regras gramaticais relativas à nossa língua, atendendo às necessidades e conveniências do ensino secundário. Portanto, a gramática de Said Ali se propõe a ser um instrumento o qual o aluno do ensino secundário irá consultar para aprender as regras gramaticais da língua portuguesa. Logo em seguida, Said Ali (1924) reafirma o compromisso com o seu leitor, corroborando com o que já fora dito: “E” dever de todo o autor de grammatica aplanar tanto quanto possivel a estrada ao estudante e ajudal-o a vencer as dificuldades

teechnicas proprias do idioma, e não crear-lhe novos embaraços colocando no caminho pedras de tropeço” (Said Ali, 1924, p. 3).

Assim exposto, o autor é claro quanto à posição tomada em sua gramática, ao dizer que geralmente evita uma terminologia abstrusa e inútil e refere, “menos do que se costuma, os factos da língua que falamos a phenomenos correlatos do idioma latino” (Said Ali, 1924, p. 3). Isso é um problema para ele, pois, como o próprio autor discorre mais adiante, os estudantes que adentram ao ensino secundário não têm conhecimento do latim. Outro alerta que Said Ali (1924) faz em seu prólogo é em relação ao grego, que não era ensinado nas escolas à época. O autor, mesmo assim, inclui uma lista de prefixos e radicais gregos no capítulo de *formação de palavras*, embora justifique tal feito como uma lista apenas para consulta.

Segundo o autor, a gramática de uma língua pode ser *histórica* ou *descritiva*. A gramática histórica, para Said Ali (1924), é a que estuda a evolução dos diversos fatos da língua desde a sua origem até o presente, já a descritiva, a que expõe os fatos da língua atual. Certamente, a gramática que Said Ali (1924) pretende empreender é uma gramática descritiva, uma vez que são descritos fatos atuais – à época – da língua. Ademais, o autor explicita que uma gramática descritiva pode ser *prática*, quando tem o objetivo de ensinar a falar e escrever corretamente, mas também pode ser *científica*, se busca esclarecer os fatos linguísticos à luz da ciência da linguagem da gramática histórica. Quanto a isso, acreditamos que a *Grammatica secundaria* pretende atender à finalidade prática.

É importante lembrar que tal definição de gramática já era comum no processo de gramatização brasileira do português desde a segunda metade do século XIX, ultrapassando a ideia de que gramática, conforme Jerônimo Soares Barbosa, é “a arte de fallar e escrever correctamente a própria língua” (Barbosa, 1822, p. 11), exemplo claro do cumprimento da tradição clássica greco-romana. No entanto, a partir de Julio Ribeiro (1881), a gramática começa a apresentar definições mais científicas, como “a exposição metódica dos fatos da língua” (Ribeiro, 1881, p. 1), se distanciando de um conjunto de regras para “falar e escrever bem” e se colocando numa posição de descrever e expor os fatos da língua.

Segundo Guimarães (2022), a especificidade da *Grammatica secundaria* não se cerca na produção de uma gramática científica ou descritiva, mas na produção de um novo lugar no domínio da gramática no Brasil, formulando explicitamente um lugar para a gramática prática (normativa) ao lado da gramática descritiva na história da gramática no Brasil. Desse modo, Said Ali (1924), de certa maneira, inaugura um período da gramaticografia brasileira em que o gramático tinha sua própria forma de fazer gramática, sem necessariamente seguir todas as prescrições impostas por seus antecessores.

Na seção intitulada “Grammatica e sua divisão”, comum em compêndios desse período da gramaticografia de língua portuguesa, Said Ali (1924) conceitua gramática como “o conjunto de regras, observadas em um ou mais idiomas, relativas aos sons ou phonemas, às formas dos vocabulos e á combinação destes em proposições” (Said Ali, 1924, p. 5). Essa definição, embora pudesse corroborar com o PTG (Vieira, 2018) quanto à gramática de uma língua se dividir em fonologia, morfologia e sintaxe, Said Ali (1924) admite outra nomenclatura para o que seria a morfologia. Divide, então, a *Grammatica secundaria* em “phonetica” ou “phonologia”, se detendo ao estudo dos sons; “lexeologia”, com o estudo dos vocábulos; e, por fim, “syntaxe”, com o estudo das orações e das palavras consideradas como partes da oração.

Mais especificamente sobre a *phonetica*, o gramático enfatiza que ela examina os sons e suas mudanças de acordo com a pronúncia, sendo os sons representados na escrita por meio das letras, com a ortografia. Além disso, o autor faz uma observação afirmando que,

Segundo alguns grammaticos, não se deve identificar o sentido dos termos *phonetica* e *phonologia*, cabendo á phonetica considerar os sons em si, e á phonologia o estudo dos sons e suas alterações dentro do idioma. Tal distinção não se torna bastante clara na applicação pratica. (Said Ali, 1924, p. 6).

Tal observação feita por Said Ali sobre *phonetica* e *phonologia* traz uma discussão importante sobre a gramaticografia da época, que apenas considerava a *phonologia* como o estudo dos sons, e dentro da *lexeologia*, como faz Eduardo Carlos Pereira, por exemplo, em sua *Grammatica expositiva*. Além disso, conforme Bechara (1962, p. 25), a fonética “nunca foi o forte de Said Ali nem a ela se entregou com mais carinho senão aquele necessário para compreendê-la e ter dela os conhecimentos indispensáveis ao seu labor de lingüista”.

Sobre a apresentação da parte dedicada à *lexeologia* na *Grammatica secundaria* de Said Ali, o autor enfatiza que, em seu compêndio, a *lexeologia* não examina os vocábulos um por um como o dicionário, mas divide-os em um pequeno número de grupos ou categorias, registrando os fatos comuns e constantes, assim como os fatos variáveis e excepcionais da língua. Desse modo, podemos depreender que Said Ali (1924) compreende *lexeologia* como o que, na atualidade, entendemos tradicionalmente como *morfologia*, abrangendo as classes de palavras, as partes do vocábulo e os processos de formação de palavras.

Sobre a *morfologia*, mais especificamente, o autor afirma em uma observação que

Em virtude da atenção dada aos elementos formativos, preferem alguns aplicar a esta parte da grammatica o nome de **morfologia** (do grego *morphos*, forma, e *logos*, tratado, sciencia), porém a denominação serve melhor á grammatica latina ou grega, em que há mais riqueza de flexões (Said Ali, 1924, p. 6).



Assim, ao dizer que a *morfologia* se adéqua melhor para línguas como o latim e o grego, compreendemos que Said Ali difere, por exemplo, da *Grammatica expositiva* de Pereira (1907), que considera a *morfologia* como parte da *lexeologia*.

Por fim, no que tange às considerações iniciais da *Grammatica secundaria*, Said Ali (1924) parece não querer adotar uma postura precisa quanto à divisão de sua gramática ao dizer que “ha comtudo varios factos grammaticaes cuja classificação é litigiosa, reinando duvidas entre as maiores summidades da linguistica sobre se devem vir compreendidos no estudo dos vocabulos ou lexeologia, ou se devem fazer parte da syntaxe” (Said Ali, 1924, p. 7). De fato, já no sumário podemos identificar partes como a da *acentuação* inserida dentro do capítulo de fonética, o que não era comum à época, assim como a própria característica de os capítulos serem mal delimitados, confundindo o leitor e fazendo-o pensar que a referida gramática tem cinco capítulos (*phonetica, orthographia, lexeologia, formação das palavras, e syntaxe e estilistica*).

### 5.2.2 Fenômenos lexicais descritos na gramática

Segundo Hackerott (2011), Said Ali acreditava que a língua é ao mesmo tempo individual, ao ser expressão da inteligência humana, e social, ao representar a cultura do povo que a fala, além de acreditar que a língua se manifesta pelos vocábulos através de dois aspectos a serem observados: a forma e o significado. Esse modo de pensar fora bastante influenciado pelos estudos de Saussure, e podemos atribuir muitas de suas crenças dentro da ciência da linguagem a partir dos postulados saussurianos. Especificamente quanto ao estudo do léxico, Said Ali (1895a) afirma que

Na sciencia da linguagem todas as vezes que queremos dirigir a nossa attenção para uma palavra qualquer, temos duas cousas bem distinctas a considerar: 1º um som ou agrupamento de sons; 2º a ideia ou significação da palavra. É como si dissessemos: os vocabulos são como seres vivos: possuem uma parte material ou corpo, e uma parte vital, que se póde chamar o espirito ou alma. Uma e outra cousa estão sujeitas a transformações, mas as alterações que em virtude de certas leis physiologicas soffre o corpo do vocabulo, quer seja d’uma época para outra, quer seja d’uma para outra região, podem ser, e o são quase sempre, absolutamente independentes das alterações que por effeito das leis de ordem psychologicas soffre nas mesmas condições de mudança de tempo e de espaço a alma da palavra (Said Ali, 1895a, p. 43-44).

A partir dessa constatação, compreendemos como Said Ali enxerga a palavra e o seu estudo, passo importante para entendermos como ele estuda o léxico em suas obras, mais

especificamente na gramática analisada neste trabalho. Em linhas gerais, ao analisarmos a *Grammatica secundaria*, de Manuel Said Ali, com foco nos fenômenos lexicais descritos pelo autor, podemos observar uma série de ocorrências espalhadas pela obra que podemos denominar de estudo do léxico da língua portuguesa. No entanto, como já fora exposto, o autor concentra o que ele considera como *lexeologia* no que hoje se denomina, nos compêndios gramaticais, de *morfologia*, com o estudo das classes de palavras. Consideramos esse fato como uma transição para a extinção da *lexeologia* nas gramáticas novecentistas.

Iniciamos nossa análise, por isso, pelas partes anteriores ao capítulo de *lexeologia*, que se concentram em expor os fatos fonéticos da língua. Com relação aos aspectos ligados ao estudo do *som* das palavras, após apresentar ao leitor que os sons da linguagem são denominados de *phonemas*, o autor discorre sobre a relação entre fonemas e letras do alfabeto, o fato de duas letras representarem um único fonema, os tipos de fonemas (sonoros, insonoros, surdos, fracos, fortes, orais e nasais), bem como sobre as vogais e as consoantes e a quantidade da vogal, ou seja, se sua pronúncia é breve ou longa. Posteriormente, ao tratar da *syllaba*, Said Ali (1924, p. 15) a conceitua como “um som ou um grupo de sons emitidos com uma só expiração”, além de concluir que a vogal é o centro da sílaba, podendo compô-la sozinha.

Dividindo os vocábulos a partir do número de sílabas e apresentando ditongos e tritongos, o autor não traz nada de novo para a época em que a gramática fora publicada, nem para o que encontramos em gramáticas contemporâneas. No entanto, ao fazer considerações sobre *acentuação*, parte seguinte que compõe o capítulo de fonética, Said Ali (1924) traz elementos que destoam de como compreendemos tal componente da língua em gramáticas da atualidade.

Para Said Ali (1924, p. 19), a acentuação “é o modo de fazer sobressair um som entre muitos”, e existem dois tipos de acento: o de intensidade, também chamado de “accento dinamico, accento tonico ou simplesmente accento ou icto”, o qual distingue uma sílaba das outras, empregando, na pronúncia de tal sílaba, uma corrente expiratória mais forte; e o acento musical, também denominado pelo autor de acento de altura, distinguindo a sílaba e elevando a voz, empregando uma nota mais aguda.

Acredita-se que, para definir a acentuação e segregá-la nesses dois tipos, Said Ali tenha se baseado em referenciais teóricos advindos da Europa, como explica em um dos artigos publicados em 1985, da série “Estudos de linguística”:

Para o estudo da accentuação nenhum grammatico nosso aproveitou alguma cousa do copiosissimo material de merecimento scientifico destes ultimos cinco ou dez annos, material esse que se encontra na monumental obra de Sievers, a qual serviu de

introdução ao estudo da phonologia das linguas indo-européas; no capitulo sobre accentuação da grammatica comparada de Bruggmann; nos trabalhos magistraes de Sweet, de Storm, de Passy, de Victor Henry e muitissimos outros. É sobre estas obras que assenta o presente estudo na sua parte geral. As observações que apresento relativamente á accentuação na nossa lingua referem-se sómente á linguagem natural, áquella que habitualmente empregamos quando transmitimos os nossos pensamentos (Said Ali, 1895b, p. 165-166).

Desse modo, compreendemos de onde podem vir os fatos linguísticos descritos na *Grammatica secundaria* quanto à acentuação. Para Said Ali (1924), os dois fenômenos são devidos a uma maior amplitude das ondas sonoras e a um maior número de vibrações. No entanto, apesar de reduzir a acentuação a esses dois tipos de acento, o autor afirma que “deviam-se reservar sómente para o accento musical as denominações ‘accento tonico’ e ‘tonalidade’”, mesmo que estivesse enraizado nos usos gramaticais aplicar esses nomes ao acento de intensidade também.

O autor delimita que é com o acento de intensidade que se pronunciam as sílabas dominantes no falar corrente, e com o acento musical que se serve na interrogação, na exclamação e na linguagem emocional. O que podemos compreender, a partir das afirmações de Said Ali (1924), é que ele dá ao acento de intensidade e ao acento musical o que hoje entendemos como o uso do acento em sílabas tônicas, acrescentando ao acento musical a ideia de entonação na fala.

Quanto ao que o autor chama de acento fonético, ele julga ser difícil figurá-lo bem uma vez que os sinais criados para esse fim são atribuídos à ortografia para denotar as vogais fechadas e abertas. Ademais, Said Ali (1924) reproduz o que ainda hoje compreendemos como sílaba forte, fraca e átona, além de descrever o que são palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, sem maiores mudanças. No entanto, o autor aborda mais detidamente sobre cada tipo de acento apenas na parte dedicada à ortografia, mais adiante.

Ainda dentro da *Phonetica*, Said Ali (1924) dedica um espaço considerável para o que ele denomina de “alterações phoneticas”. Nessa parte de sua *Grammatica secundaria*, a qual o autor denomina de “mudanças que occasionalmente soffrem os phonemas em certas palavras ou combinações de palavras” (Said Ali, 1924, p. 21), ele faz uma interferência histórica para explicar as mudanças ocorridas em vocábulos específicos da língua portuguesa.

Devem-se essas mudanças á necessidade sentida, quer presentemente quer em outros tempos, de facilitar a pronuncia. Das que originaram no passado, muitas se continuam a manter pela tradição, pela lei da inercia. Outras novas do mesmo genero se introduzem na linguagem pela lei da analogia. [...] Verificaram-se estes varios phenomenos sobretudo ao transformar-se o latim vulgar em lingua romanicas. Da maior parte delles só podemos hoje ter idéa comparando o portuguez com o latim ou as diversas linguas romanicas com o latim (Said Ali, 1924, p. 21).

A esse artifício utilizado pelo autor, podemos atribuir à influência da linguística histórico-comparativa, herança do século XIX, embora Said Ali não se aprofunde nisso em tal gramática, talvez pelo público a que se destina, ou possivelmente por já ter pretendido tratar sobre a temática apenas em sua gramática histórica. Na *Grammatica secundaria*, como podemos ver, o autor apenas faz menção à evolução das línguas mencionadas ao português que se conhecia naquele momento. Há, também, nessa e em algumas outras passagens ao longo da gramática, o intuito de atualizar o leitor quanto às pronúncias mais aceitas e àquelas que entraram em desuso. Tais alterações fonéticas, segundo Said Ali (1924), consistiam em acrescentar ou suprimir fonemas, trocá-los de lugar, permutar sons, (des)nasalização, sonorização de fonemas surdos, ditongação, palatização, labialização, entre outros fenômenos aos quais qualquer língua está sujeita no decurso do tempo.

No Quadro 3 a seguir, expomos as alterações listadas por Said Ali (1924).

**Quadro 3** – Alterações fonéticas descritas na *Grammatica secundaria* (1924)

Alteração fonética	Tipos/descrição	Exemplos
Accrescentamento	<b>Prothese:</b> acrescenta no principio das palavras. <b>Epenthese:</b> insere phonema no interior da palavra. <b>Paragoge:</b> ajunta phonema no fim do vocabulo.	<b>Prothese:</b> <i>alevantar</i> por <i>levantar</i> . <b>Epenthese:</b> <i>adevogado</i> por <i>advogado</i> . <b>Paragoge:</b> <i>bond</i> por <i>bonde</i> .
Supressão	<b>Apherese:</b> elimina no principio da palavra. <b>Syncope:</b> suprime no interior do vocabulo. <b>Apocope:</b> suprime no fim das palavras.	<b>Apherese:</b> <i>inda</i> por <i>ainda</i> , <i>té</i> por <i>até</i> . <b>Syncope:</b> <i>cuidoso</i> por <i>cuidadoso</i> . <b>Apocope:</b> <i>mui</i> por <i>muito</i> , <i>grã</i> por <i>grão</i> .
Metathese	O facto de dous ou mais phonemas trocarem de lugar.	<i>Capitaina</i> ou <i>capitanea</i> ; <i>esfaimado</i> por <i>esfameado</i> , forma antiga de <i>esfomeado</i> .
Substituição	Troca de um phonema por outro.	<i>Frauta</i> a par de <i>flauta</i> ; <i>frecha</i> a par de <i>flecha</i> .
Crase	Fusão de duas vogaes medias em vogal aberta.	<i>Ir á cidade</i> por <i>ir a a cidade</i> .
Alternancia vocalica (metaphonia)	Emprego de vogal tonica ora fechada, ora aberta, determinada pelas vogaes o, a, e da syllaba seguinte.	<i>Porto</i> , <i>porta</i> , <i>bolo</i> , <i>boto</i> , <i>bola</i> , <i>bota</i> .

Assimilação	Igualar dous sons, geralmente vizinhos, quer modelando o primeiro pelo segundo, e neste caso a assimilação será regressiva, quer conformando o segundo com o primeiro, dando-se então a assimilação progressiva.	<b>Assimilação regressiva:</b> <i>il-letrado</i> por <i>in-letrado</i> , <i>il-licito</i> por <i>in-licito</i> . <b>Assimilação progressiva:</b> (sem exemplos) <sup>6</sup> .
Queda consecutiva á assimilação total	Quando uma consoante se torna perfeitamente igual a outra contigua, obtem-se uma consoante geminada, isto é, uma consoante unica articulada com mais demora. Esta pronuncia primitiva não subsiste mais em portuguez. O resultado final é a queda de uma consoante. A geminada antiga soa como consoante simples.	<i>Il-legal</i> por <i>i-legal</i> ; <i>il-letrado</i> por <i>i-letrado</i> .
Dissimilação	Phenomeno contrario da assimilação.	<i>Menistro</i> por <i>ministro</i> ; <i>vezinho</i> por <i>vizinho</i> .

Fonte: Elaborado a partir de Said Ali (1924).

Durante a exposição das alterações fonéticas feita por Said Ali (1924), podemos encontrar alguns trechos que reforçam a prática da época de comparar o português dito “culto” com o não considerado “culto”, como é o caso do comentário feito pelo autor ao falar sobre a *prothese*: “certas palavras com *a* prothetico que se observam no falar lusitano são proprias da gente inculta, como *arreceber*, etc. Em outros vocabulos provêm o *a* do artigo arabe que se juntou a nome igualmente de origem arabe: *arrecife* (de *ar-recif* em vez de *al-recif*), etc” (Said Ali, 1924, p. 21).

A influência de línguas estrangeiras na descrição do português empreendido por Said Ali (1924) em sua gramática também figura na explanação da alteração fonética denominada *paragoge*, quando o autor afirma que “palavras estrangeiras terminadas em certas consoantes são incompatíveis com os nossos hábitos de pronuncia. Introduzidas em nosso idioma, soam geralmente com o accrescimento de *e*” (Said Ali, 1924, p. 22). Podemos atribuir essa inter-relação com outras línguas pelo fato de que Manuel Said Ali era, além de gramático e profundo estudante da língua portuguesa, professor de geografia, o que lhe dava uma apreensão maior das línguas faladas para além de territórios lusófonos.

<sup>6</sup> O autor não faz menção, além da referida anteriormente, a esse tipo de assimilação, tampouco dá exemplos.

Com relação aos aspectos da *formação* das palavras, no capítulo dedicado ao tema, dividido em *derivação*, *composição* e *formações híbridas*, o autor segue a linha de apresentar a definição do fenômeno seguida de uma lista de exemplos, movimento descritivo comum à época, podendo haver alguma relação histórica em forma de *observação*, ou mesmo uma inter-relação com algum linguista da época que porventura tenha servido ao autor como inspiração para a descrição em sua gramática.

Para Said Ali (1924), a *derivação* é o processo pelo qual palavras são formadas a partir de outras, podendo adquirirem, ou não, um novo sentido. Desse modo, para o autor, as palavras formadas são chamadas de *derivadas*, e as que delas procedem são chamadas de *derivantes* ou *primitivas*. Se os elementos formativos estiverem no fim do vocábulo derivante, são chamados de *suffixos*, e o processo de formação é chamado de *derivação suffixal*. A palavra *derivante*, utilizada por Said Ali (1924) nesse momento como sinônima de *primitiva*, é atípica para a época, sendo creditada ao autor tal inovação terminológica.

Já se o elemento formativo estiver localizado antes da palavra derivante, dá-se o nome de *prefixo* e o processo de *derivação prefixal*. Para essa informação, Said Ali (1924, p. 151) faz a seguinte observação: “esta divisão em derivação suffixal e prefixal está de acordo com a maneira de ver de modernos linguistas, como Meyer-Lübke, Nyrop e outros”, em que o autor deixa claro ao seu leitor em quem se inspirou para tal descrição. Tais nomes listados pelo autor tiveram, de fato, prestígio à época, sendo o primeiro, Wilhelm Meyer-Lübke, um filólogo suíço da escola de Neogramática que executou diversos estudos comparativos, além de ter lecionado em universidades renomadas no final do século XIX e início do século XX. Já o segundo foi um importante estudioso da língua francesa, tendo como obra mais renomada a *Gramática Histórica da Língua Francesa*, em 6 volumes.

Para exemplificar os tipos de prefixos e sufixos, Said Ali (1924) monta listas conforme a função de cada elemento formativo em questão, deixando claro que os prefixos são, na maioria das vezes, preposições e advérbios, ou seja, vocábulos independentes e combináveis, mas que podem formar substantivos, adjetivos, verbos, etc. Ao citar partículas como *circum*, *supra* e *pre*, por exemplo, afirma que não têm existência própria na língua portuguesa por serem advindas do latim, apenas servindo como elementos formativos.

O autor ainda define outro tipo de derivação, a *derivação parasynthetica*, como a criação de vocábulos com o auxílio simultâneo de prefixo e sufixo, afirmando que esse caso de derivação serve em português principalmente para a criação de verbos. Ao dar exemplos, divide em *parasyntheticos verbaes com base substantiva* (ajoelhar, abençoar, avistar, anoitecer, apregoar, enraizar, ensaboar, etc.) e *parasyntheticos verbaes com base adjectiva* (empobrecer,

enriquecer, avivar, entortar, endireitar, esfriar, etc.) conforme a classe de palavra que serve como base para gerar o verbo em questão. É importante que o leitor, seja ele consulente ou pesquisador, tenha noção desse tipo de derivação para que se compreenda, ainda mais, o processo de formação das palavras em língua portuguesa.

Por fim, Said Ali (1924) define um último tipo de derivação, a *derivação regressiva*, que consiste na criação de vocábulos subtraindo algum sufixo, como o verbo *pescar* e o substantivo *pescar*, no qual a vogal *a* é apenas uma desinência que indica o feminino. No entanto, o autor alerta para o fato de os derivados regressivos produzirem a ilusão de serem vocábulos derivantes, finalizando com mais listas de exemplos de substantivos derivados de verbos. Um elemento notável dessas listas é a ideia impregnada de que substantivos masculinos terminam em *o* ou *e*, enquanto os femininos terminam em *a*. Esse ideário se perpetua até os dias atuais, principalmente entre os estrangeiros que se propõem a estudar a língua portuguesa, embora haja uma recente e crescente discussão do que se entende por gênero gramatical dentro de alguns estudos linguísticos contemporâneos.

No espaço dedicado aos fenômenos da *composição*, o autor a conceitua como o processo de formar palavras a partir da combinação de vocábulos. Logo após o conceito, faz mais uma *observação* se referindo a outros estudos já empreendidos dentro dos estudos da linguagem: “Segundo a theoria de Darmesteter, dá-se a composição quando os termos se juntam, tendo havido ellipse ou supressão de phonemas; a juxtaposição, pelo contrario, consistiria na soldura mais ou menos intima de elementos reunidos sem ellipse” (Said Ali, 1924, p. 164). No entanto, tais tipos mencionados na *observação* não são contemplados na descrição de Said Ali (1924).

Para o autor, os vocábulos que constituem a palavra composta podem ser dois substantivos combinados, diretamente ou por meio de preposição; dois adjetivos; adjetivo combinado com substantivo; pronome adjunto ou numeral combinado com substantivos; advérbios ou preposições unidos a um nome ou a um verbo; ou a junção de um verbo com substantivo e outro verbo. Para ilustrar ao leitor cada uma dessas possibilidades, Said Ali (1924) se vale mais uma vez de listas de exemplos. Como acréscimo, o autor também lista uma série de prefixos e radicais gregos, bem como a exposição breve de *formações híbridas*, enfatizando que o caso mais comum é o da combinação de radicais gregos com radicais românicos ou latinos, evidenciando a forte influência que tais línguas têm sobre a língua portuguesa, a qual podemos constatar até hoje em diversas palavras que fazem parte do nosso vocabulário.

Outrossim, é importante destacar que não foi identificada descrição do léxico quanto ao *sentido* das palavras na *Grammatica secundaria da lingua portuguesa*, de Said Ali (1924). Podemos atribuir essa falta à influência do clima de opinião da época, fazendo com que o autor

não achasse relevante trazer em seu compêndio descrições referentes ao sentido das palavras, cercado-se apenas de questões referentes à estrutura da língua, como na maioria das gramáticas do período.

Com relação à *organização* das palavras, na parte dedicada ao que Said Ali (1924) chama de *lexeologia*, há, como já explicitamos anteriormente, o estudo das classes de palavras. Embora não seja o foco desta pesquisa dar atenção a cada classe de palavra descrita na *Grammatica secundaria*, vale destacar que Said Ali, na segunda década do século XX, já compreendia como classe de palavras as dez classes consagradas pela NGB, em 1959. Ademais, o autor não difere dos gramáticos à época ao cumprir o trajeto: definição + lista de exemplos, na exposição de cada tipo de classe de palavras.

### 5.2.3 Síntese analítica

A partir da análise da *Grammatica secundaria da lingua portuguesa*, de Said Ali (1924), conseguimos entender como o estudo do léxico foi empreendido no compêndio, bem como o quanto a atmosfera intelectual do período influenciou o gramático ao traçar a sua linha de descrição linguística. Isso porque o fazer gramatical é uma atividade totalmente inserida na sociedade em que a gramática é publicada, isto é, voltado para o público que irá consumi-la. Mesmo filiadas ao paradigma tradicional de gramatização (Vieira, 2018) e seguindo o modelo greco-latino, o clima de opinião dita algumas particularidades das gramáticas, funcionando a percepção do autor como uma trena que mede o que fica e o que sai da tradição milenar de gramatização.

Ademais, também podemos concluir que Said Ali (1924) teve forte influência de outros linguistas de sua época, fato perceptível em *observações* feitas ao longo do compêndio, informando ao leitor de onde vinha tal aceção sobre a língua, agregado à influência da corrente histórico-comparativa, herdada do século XIX. Além disso, podemos constatar que, apesar de ter uma parte em sua gramática denominada *lexeologia*, ela não compreende todo o estudo do léxico como fez Pereira (1907) ou mesmo Ribeiro (1881), mas sim o que, mais tarde, se denominaria como *morfologia*, contemplando as classes de palavras.

Outro ponto importante na obra de Said Ali (1924) que merece destaque é a forma com que o autor descreve os fatos da língua fazendo interferências com outras línguas, principalmente com o grego, fruto de seu entendimento como professor de geografia e de línguas estrangeiras. Há, também, a prática de considerar um falar mais culto do que outro, comum à época, assim como longas listas para exemplificar os fatos linguísticos descritos ao



longo do compêndio. Além disso, por compreendermos que a gramática servia para o ensino secundário, entendemos que a linguagem do autor deveria ser simples, como realmente encontramos em todo o compêndio.

Por fim, quanto ao estudo do léxico empreendido na *Grammatica secundaria da lingua portuguesa*, de Said Ali (1924), consideramos que há uma importante descrição lexical promovida na obra, a partir dos fenômenos lexicais analisados neste artigo, colocando o estudo do léxico em destaque, ao lado dos estudos sintáticos. Julgamos, enfim, que a gramática analisada é importante para a história da gramaticografia brasileira por conter traços de transição quanto ao estudo do léxico empreendido nas gramáticas brasileiras do século XX, o que, como dissemos, foi perdendo espaço no decorrer do tempo.

Com a função de sintetizar a abordagem do léxico na referida obra, o Quadro 4 a seguir esquematiza os fenômenos lexicais mais importantes conforme cada categoria de análise.

**Quadro 4** - Descrição do léxico na *Grammatica secundaria* (1924)

CATEGORIA DE ANÁLISE	ABORDAGEM IDENTIFICADA	INTERPRETAÇÃO DO CLIMA DE OPINIÃO
Quanto ao som	Para o autor, há dois tipos de acento: o de intensidade e o musical.	Said Ali pode ter se baseado em referenciais teóricos advindos da Europa, como explica em um dos artigos publicados em 1985, da série “Estudos de linguística”.
	O autor dedica um espaço para o que ele denomina de “alterações fonéticas”, ao fazer interferências históricas para explicar as mudanças ocorridas em vocábulos específicos da língua portuguesa.	Herança da corrente da linguística histórico-comparativa do século XIX.
	Influência de línguas estrangeiras na descrição do português.	Said Ali era, além de gramático e profundo estudante da língua portuguesa, professor de geografia e línguas estrangeiras, o que lhe dava uma apreensão maior das línguas faladas para além de territórios lusófonos.
Quanto à formação	A palavra <i>derivante</i> , utilizada por Said Ali (1924) como sinônimo de <i>primitiva</i> , é atípica para a época, sendo creditada ao autor tal inovação terminológica.	Estilo próprio do autor.

	Uso abundante de listas de palavras para exemplificar os processos de formação descritos.	Movimento comum à época.
Quanto ao sentido	Não foi descrito.	Escolha do autor mediante o clima de opinião da época, que já se adequava a não trazer fenômenos lexicais referentes ao sentido na descrição linguística.
Quanto à organização	Já compreendia como classe de palavras as dez classes consagradas pela NGB, em 1959.	Momento de transição.
	Adota o critério morfológico na distinção das classes de palavras.	Comum à época.
	O autor considera como <i>lexeologia</i> o que hoje se denomina, nos compêndios gramaticais, de <i>morfologia</i> , valendo-se do estudo das classes de palavras.	Momento de transição para a total extinção da <i>lexeologia</i> em gramáticas novecentistas.

Fonte: a Autora (2023).

A partir do Quadro 4, podemos resumir que o estudo do léxico empreendido por Said Ali (1924) tem como principais características: a decaída da *lexeologia*, diferentes e constantes referenciais teóricos que corroboraram com a descrição de língua do autor, a persistente influência da corrente histórico-comparativa, o reconhecimento das dez classes de palavras que hoje concebemos e a escolha de não trazer fenômenos referentes ao sentido das palavras.

### 5.3 A Gramática normativa da língua portuguesa, de Rocha Lima

Conforme Altman (1998), no entorno da década de 1960, ocorre uma das mudanças mais importantes no que se refere aos estudos linguísticos no Brasil. Isso se deu pela procura de um embasamento teórico-metodológico em materiais para além daqueles advindos da tradição filológico-portuguesa. Ainda segundo a autora, “os estudos linguísticos efetuados no Brasil passaram a clamar por um outro estatuto de cientificidade após a introdução, ainda que tardia e descontínua, do estruturalismo” (Altman, 1998, p. 125). É por essa razão que, no início da segunda metade do século XX, há uma entrada mais sistemática dos saberes próprios à Ciência Linguística no trabalho de professores, estudiosos da linguagem e gramáticos.

Desse modo, a *Gramática normativa* de Rocha Lima (1965) tem o estruturalismo como cenário intelectual de sua produção, embora não se possa descartar as ressonâncias da Filologia de outrora. Segundo Dias (2009), a gramática de Rocha Lima, bem como outras gramáticas produzidas à época, participou de um momento importante no quadro histórico de produção de gramáticas no Brasil, uma vez que incorporou nela o rompimento com uma perspectiva de abordagem da língua do tipo avaliativa. Por essa razão, nas décadas de 1950 e 1960, o gramático concebe a língua como um instrumento capaz de indicar ocorrências legitimadas pelos usos gerais e ocorrências legitimadas pelos usos específicos (Surdi, 2009).

Sobre isso, Dias (2009) afirma que o momento da publicação da *Gramática normativa* era de sair do empirismo para construir uma gramática moderna, e

[...] produzir uma gramática moderna significava construir uma evidência para as ocorrências usuais da língua portuguesa no Brasil. A saída do empirismo significava, pelo menos em certa medida, a rejeição dos modos de conceber fatos linguísticos pela singularidade dos olhares do gramático (Dias, 2009, p. 7-8).

A partir de tal conjuntura, o discurso da gramática de Rocha Lima (1965) não se distancia dos trabalhos aliados ao estruturalismo, além de se aproximar do que Auroux (2014) afirma sobre a gramática não ser uma simples descrição da linguagem natural, mas, enquanto objetos históricos, são observatórios que revelam nuances da história e da sociedade.

Segundo Vieira (2018), a *Gramática normativa da língua portuguesa* também nasceu sob as consequências da Reforma Capanema, a qual propunha a elaboração de gramáticas normativas de “fácil acesso” para que fosse facilitado o seu uso nas escolas da época. Isso porque o Estado tinha o objetivo de estabelecer uma política linguística de imposição da “língua culta escrita” e a preservação do idioma nacional por meio da leitura dos clássicos literários. Desse modo, a *Gramática normativa* de Rocha Lima tinha o dever de propor aos seus leitores, principalmente aos alunos do Ensino Secundário, elementos gramaticais fundamentais para uma formação com a consciência patriótica e humanística de que aprender a norma-padrão do português é preservar a língua materna.

Tendo sua primeira edição em 1957, a *Gramática normativa da língua portuguesa* apresenta em seu prefácio – feito por Serafim da Silva Neto – uma nota afirmando que Rocha Lima pertence à nova geração de filólogos brasileiros, é conhecido por uma série de trabalhos de sua especialidade, e que, em sua gramática, há uma tentativa de fugir à rotina das obras congêneres, embora entendemos que ele não alcance plenamente o seu objetivo. Isso porque, ao lado de modernas lições dos fatos da língua, há concessões a doutrinas superadas e

preferência por excessos de classificações, indo contra o que está posto no prefácio. Para Serafim, algumas teorias utilizadas na *Gramática normativa* estão ancoradas em preceitos científicos da Linguística tida como moderna à época, enquanto outras teorias se guiam apenas por um empirismo pessoal.

Carlos Henrique da Rocha Lima nasceu em 1915, no Rio de Janeiro. Foi professor, gramático, filólogo, ensaísta, linguista e autor de diversas obras, inclusive a citada *Gramática normativa da língua portuguesa*, uma das gramáticas que compõem o *corpus* desta pesquisa. Em 1935, fez bacharelado em Ciências e Letras, para, mais tarde, tornar-se doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Nessa instituição, foi livre docente em língua portuguesa e iniciou carreira no magistério ao obter segundo lugar no concurso público da então prefeitura do Distrito Federal.

A seguir, reproduzimos, na Figura 4, a capa da referida obra e a imagem de seu autor.

**Figura 4** - Capa e autor da *Gramática normativa* (1965)



Fonte: Rocha Lima (1965) e Google Imagens (2023).

Também por concurso, passando em primeiro lugar, retornou ao colégio onde tinha estudado, o Pedro II, como professor do idioma pátrio e de literatura. Mais tarde foi, por muito tempo, o chefe de departamento de português e literatura e, finalmente, diretor e presidente da “Congregação de Catedráticos”, ao lado de antigos mestres que lhe tinham lecionado. Ocupou

o magistério em muitas outras instituições superiores, tais como no Instituto de Educação, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e na Universidade Santa Úrsula.

Em 1982, ano de sua aposentadoria, foi agraciado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, após aprovação unânime dos parlamentares, com a láurea de Cidadão Benemérito. Três anos mais tarde, também por aprovação unânime, recebeu da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro sua mais importante distinção, a Medalha Pedro Ernesto, além de muitas outras grandes honrarias. Em 1991, Rocha Lima proferia uma palestra sobre um poema de Manuel Bandeira quando teve morte súbita, aos 76 anos.

### 5.3.1 Organização da gramática

Analisamos, nesta pesquisa, a 11ª edição da *Gramática normativa da língua portuguesa*, publicada pela F. Briguiet & Cia. em 1965. Logo abaixo do título, já é informado ao leitor que o compêndio se destina ao curso médio. No entanto, como “advertência da terceira edição”, Rocha Lima afirma que o livro não se destina apenas a estudantes do curso secundário, mas também ao público geral, fato que se perpetua até a mais recente edição da gramática, utilizada por diversos tipos de leitores como gramática de referência.

O autor também faz menção às adequações que a sua gramática precisou fazer após a NGB, de modo a não prejudicar o que chama de *inteiriça estrutura intelectual*. Vale lembrar que Rocha Lima participou do corpo de professores que desenvolveram a NGB, em 1959, e a sua *Gramática normativa* foi publicada em 1957. Talvez por essa razão, a nomenclatura utilizada em sua gramática já se assemelhava bastante com a NGB desde a sua primeira edição.

Ainda sobre a adequação da referida gramática à NGB, o autor comenta que “as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOCTRINA; e, então, não é lícito a ninguém renunciar – por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino” (Rocha Lima, 1965, p. 1, grifo do autor), justificando o fato de acrescentar, em apêndice, “as passagens (aliás, muito poucas) da Gramática Normativa que, por mergulharem raízes em matéria de ordem doutrinária, não coincidem, em pormenores, com algumas facêtas teóricas implícitas em meia dúzia de pontos da Nomenclatura Gramatical Brasileira” (Rocha Lima, 1965, p. 2).

O prefácio, escrito por Serafim da Silva Neto, reflete sobre a profissão do gramático, por vezes tão criticada, para discutir sobre o fazer gramatical empreendido a partir do século XIX, até o momento da publicação da *Gramática normativa*, em 1957. Para o prefaciador, a gramática ficaria à mercê dos amadores se os especialistas não levassem com consideração os

problemas práticos da língua. Por essa razão, a gramática deve ser simplificada e não complicada, registrando o mínimo de noções, rigorosamente justificadas pelos fatos da língua, e não provenientes de deduções arbitrárias dos gramáticos.

Assim, a *Gramática normativa* de Rocha Lima (1965) é apresentada como uma gramática que oferece as “normas cultas do bem escrever e do bem falar”, além de perpassar “as ideias da Lingüística moderna, idéias fecundas que renovaram muitas das teorias gramaticais” (Rocha Lima, 1965, p. 6). Para Serafim, a gramática de Rocha Lima fora longamente amadurecida no espírito e revitalizada com as doutrinas modernas, para desempenhar um relevante papel no estudo da língua portuguesa.

Para Rocha Lima (1965, p. 9, grifo do autor), “Gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dêle induzindo, por classificação e sistematização, as NORMAS que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta”. A partir dessa divisão, podemos inferir que o conceito de gramática que o autor apresenta está diretamente ligado ao ensino da língua – disciplina, didática por excelência – , bem como a preocupação com o cumprimento de normas a fim de escrever e falar corretamente tal língua.

Diferentemente das gramáticas analisadas anteriormente, Rocha Lima (1965) abandona a nomenclatura *lexeologia* como parte da gramática que concentraria o estudo do léxico, dividindo a sua gramática em *fonética*, *morfologia* e *sintaxe*. A *fonética*, para Rocha Lima (1965), se preocupa com a descrição e classificação dos sons da linguagem, e dos princípios que lhes regulam o agrupamento, da reta acentuação dos vocábulos, da exata pronúncia dos vocábulos, da entoação e do ritmo. Já na *morfologia*, são estudadas a classificação e as flexões das palavras, assim como a estrutura e a formação das palavras. Por fim, a *sintaxe* se ocupa da teoria geral da frase e sua análise, do valor funcional das palavras como partes da oração, além das relações de dependência das palavras e das orações, e suas colocações na frase.

Na subseção a seguir, analisaremos o estudo do léxico empreendido por Rocha Lima (1965) em sua *Gramática normativa da língua portuguesa*.

### 5.3.2 Fenômenos lexicais descritos na gramática

Para iniciarmos a análise dos fenômenos lexicais descritos por Rocha Lima (1965) em sua gramática, começaremos com os fenômenos lexicais referentes ao *som* das palavras. Para isso, vamos explorar a parte dedicada à *fonética* na *Gramática normativa da língua portuguesa*,

dividida em quatro capítulos: i) fonemas; ii) acentuação; iii) descrição da pronúncia normal; e iv) ortografia.

No capítulo II, o autor se dedica à *acentuação*, definida como “o relevo dado a um elemento fonético” (Rocha Lima, 1965, p. 26), e afirma que o seu estudo denomina-se *prosódia*. Contudo, antes de trazermos as descrições empreendidas por Rocha Lima (1965) referentes à acentuação, é válido destacar que, nas gramáticas anteriores, ela não era descrita no início da gramática, onde geralmente o gramático se detém a expor os fenômenos relacionados ao som das palavras, mas ao final do compêndio.

Em conformidade com a *Gramática secundária* de Said Ali, o autor define que há duas espécies de acento: o acento de intensidade e o acento de altura. O acento de intensidade, ou acento tônico, consiste, segundo Rocha Lima, em destacar uma sílaba das demais pela maior energia com que é expelida a corrente de ar. Já o acento de altura, ou acento musical, “assenta na maior elevação da voz” (Rocha Lima, 1965, p. 26).

O fato de Rocha Lima (1965) ter como referência uma gramática publicada há quatro décadas – a *Gramática secundária da língua portuguesa*, de Said Ali (1924) – pode corroborar com o que Vieira (2018, p. 203) afirma sobre a obra ser “sinônimo de continuidade com a tradição gramatical brasileira e reflexo da primazia do PTG na história e no ensino de gramática”, ao perpetuar conceitos como esse.

Ademais, o autor descreve que o acento característico da língua portuguesa é o de intensidade por ser regular e fixo, além de funcionar como elemento gramatical próprio do idioma por sempre assinalar uma determinada sílaba de cada vocábulo. Para Rocha Lima (1965), as sílabas inacentuadas ou átonas podem ser *pretônicas* e *postônicas* se estiverem antes ou depois da tônica, respectivamente. Já quanto à posição da sílaba tônica, os vocábulos, para o autor, se classificam em: oxítonos ou agudos, quando o acento está na última sílaba; paroxítonos ou graves, quando o acento está na penúltima sílaba; e paroxítonos ou esdrúxulos, quando o acento está na antepenúltima sílaba. Essa nomenclatura acompanha um pouco do que observamos na gramática de Said Ali, e ainda difere, da mesma forma, de uma nomenclatura mais contemporânea usada nas gramáticas.

Rocha Lima (1965) faz referência a outro autor quando se detém a falar sobre casos de, na adição de pronomes oblíquos a formas verbais, poder acontecer o recuo do acento tônico para antes da antepenúltima sílaba, sendo o vocábulo, assim, denominado “bisesdrúxulo”, como em *estudávamo-lo* e *mande-se-lhe*. Essa nomenclatura advém da obra *O Idioma Nacional*, de Antenor Nascentes, um dos grandes marcos da gramaticografia brasileira.

O autor também explicita o caso de os vocábulos com mais de três sílabas apresentarem, na maioria das vezes, além do acento principal, um ou mais acentos secundários, como em *admiravelmente* e *generosidade*. Já os vocábulos de uma só sílaba, estes podem ser pronunciados com intensidade tal que se apresentam com acentuação própria no corpo da frase, sendo denominados *monossílabos tônicos*, a exemplo de *dar*, *ter*, *som* e *meu*. Os conhecidos como *monossílabos átonos*, em contrapartida, “se proferem tão debilmente, que se têm de subordinar a um vocábulo tônico anterior ou seguinte” (Rocha Lima, 1965, p. 27), podendo ser *proclítico* ou *enclítico*, conforme se liguem na pronúncia ao vocábulo seguinte ou ao anterior. Vale destacar que todos os exemplos dados para essas explicações são palavras soltas, descontextualizadas.

Para finalizar o capítulo de acentuação, Rocha Lima (1965) se detém ao que ele chama de *palavras de acentuação viciosa*, uma seção que tem por finalidade fazer com que o leitor não cometa erros de acentuação. Para isso, divide a seção em listas de palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. Por fim, o autor assinala que, “mesmo nas classes cultas, há oscilação de pronúncia entre *Oceânia* e *Oceania*” (Rocha Lima, 1965, p. 29), o que reforça a finalidade da gramática no ensino do escrever e falar bem e um objetivo de ensinar um falar culto.

Em nota, Rocha Lima (1965, p. 65) adverte que “algumas das palavras oxítonas e proparoxítonas aqui arroladas estão – pela fôrça do USO – em trânsito notório para o grupo das paroxítonas, o que representa uma tendência da Língua”, como é o caso de palavras como *aerólito* e *monólito*, por exemplo. Em notas como essa, Rocha Lima (1965) oferece ao leitor uma forma de atualização sobre as mudanças da língua, a fim de informá-lo e impedi-lo de cometer “erros”.

No capítulo III, o autor realiza o que denomina de “descrição da pronúncia normal do Brasil”, explicando, em nota de rodapé, que tal descrição seguirá as normas aprovadas pelo *Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, realizado em 1956, em Salvador (BA), ratificando as conclusões do *Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*, que havia acontecido em São Paulo, em 1937. Mais uma vez em forma de lista de palavras, Rocha Lima (1965) expõe a pronúncia de vogais, ditongos, tritongos e consoantes, nas quais não vamos nos deter aqui por não ser o nosso foco investigativo.

O capítulo IV, ainda dentro da parte dedicada à discussão da Fonética, aborda sobre a *ortografia*. No primeiro momento, o autor faz um retrospecto acerca dos períodos em que se divide a história da ortografia portuguesa, listados como *período fonético*, *período pseudoetimológico* e *período histórico-científico*. É importante destacarmos a validade de tal



descrição empreendida por Rocha Lima (1965) ao focar na história da ortografia portuguesa e quais os impactos que esse retrospecto traz para o leitor. Acreditamos que, mesmo sendo uma gramática publicada na segunda metade do século, esse teor histórico ainda é reflexo da prática de aliar a descrição linguística à história de tal língua, advinda do século XIX.

O *período fonético* coincide com a fase arcaica da língua e vai até o século XVI. No primeiro momento, não havia preocupação em escrever de acordo com a origem das palavras, a não ser exclusivamente com a maneira de pronunciá-las. O que havia, de fato, era uma absoluta falta de sistematização e coerência, de tal forma que o mesmo sinal gráfico era, por vezes, utilizado com valores diversos ou mesmo antagônicos. Era o caso do *h*, que podia indicar a tonicidade da vogal (he = é), a existência de um hiato (trahedor = traidor), o som de *i* (sabha = sabia), ou mesmo instalar-se arbitrariamente, sem função definida (hidade = idade). Em contrapartida, uma mesma palavra poderia ser escrita com ou sem *h*, como em *havia* e *avia*, *hoje* e *oje*, *homem* ou *omem*, ou até mesmo *ome*. Em suma, para Rocha Lima (1965), o que caracterizava a grafia do português arcaico era a simplicidade e, principalmente, o sentimento fonético.

O *período pseudoetimológico*, por sua vez, teve sua origem no Renascimento e se estendeu até os primeiros anos do século XX, com o advento dos estudos humanísticos e o surgimento do eruditismo, que foi marcado pela imitação dos clássicos latinos e gregos, na tentativa de aproximação da grafia portuguesa à latina. Segundo Rocha Lima (1965), na transcrição de palavras de origem grega, o pseudoeruditismo encontrava um vasto campo para demonstrações eruditas, como é o caso do uso de *ph* (philosophia), do *th* (theatro), do *rh* (rheumatismo), do *ch* velopalatal (chimica) e do *y* (martyr), por exemplo.

Outro fenômeno listado pelo autor ainda dentro do que ele denomina ser o período pseudoetimológico foi a duplicação de consoantes intervocálicas existentes latinas, em que eram grafadas *approximar*, *bocca*, *gatto*, etc., ignorando o fato de que, na evolução para a nossa língua, tais consoantes haviam sido simplificadas. Em suma, como afirma Rocha Lima (1965), a ortografia desse período tinha a pretensão de ser etimológica, mas estava repleta de erros e formas absurdas, totalmente contrárias à etimologia.

Por fim, o *período histórico-científico* teve seu início com a adoção da chamada “nova ortografia”, em 1911. Como afirma Rocha Lima (1965), somente a partir de 1868, a ciência linguística invadia Portugal, tornando possível enfrentar, agora com bases científicas, o problema da ortografia. Em 1904, a Ortografia Nacional era publicada como ponto de partida para, em 1911, ser formada a Comissão para estudar as bases da reforma ortográfica. No mesmo ano, a “nova ortografia” foi oficializada pelo Governo português, sendo estendida em 1931 ao

Brasil por um acordo entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, embora, por motivos políticos, tal acordo não tenha vigorado por muito tempo. No momento da publicação dessa gramática, estava em vigor a “Ortografia de 1943”, consubstanciada no *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Imprensa Nacional, 1943), elaborado pela Academia Brasileira de Letras.

Explanada a retomada histórica acerca da ortografia, Rocha Lima (1965) apresenta ao seu leitor “o sistema ortográfico oficial”, finalizando o capítulo IV e a parte dedicada à fonética, no qual não vamos nos deter uma vez que são descrições bastante simples sobre o alfabeto, emprego das letras K, W e Y, consoantes mudas e dobradas, separação silábica, trema, emprego de letras maiúsculas, etc.

Expostos os fenômenos lexicais referentes ao som das palavras, partimos, então, para a análise dos fenômenos lexicais referentes à *formação* das palavras, cuja abordagem, em Rocha Lima (1965), se dá no capítulo XVI, dentro da morfologia. Como de costume, o autor divide o capítulo de *formação de palavras* em *derivação* e *composição*, fazendo o movimento de trazer o conceito, seguido dos tipos e exemplos.

A derivação, para o autor, “é o processo pelo qual de uma palavra se formam outras, por meio da agregação de certos elementos que lhe alteram o sentido – referido sempre, contudo, à significação da palavra primitiva” (Rocha Lima, 1965, p. 181). A esses elementos, o autor dá o nome de prefixos e sufixos, à medida que estejam localizados antes ou depois da palavra derivante, respectivamente.

Para expor os tipos de derivação – prefixal, sufixal, parassintética e regressiva –, Rocha Lima (1965) segue a ordem de conceituação, seguida dos tipos de derivação e da lista de exemplos conforme cada prefixo/sufixo. Para a derivação prefixal, por exemplo, o autor traz uma lista de prefixos latinos e, para cada prefixo, uma série de palavras que contêm tais prefixos. Também faz o mesmo com os prefixos gregos para, por fim, trazer uma correspondência entre eles. Já para a derivação sufixal, além de trazer sufixos latinos e gregos, traz também uma lista de sufixos de outras procedências, como do italiano e do tupi, por exemplo. Consideramos que trazer elementos do tupi para a discussão já pode ser entendido como uma perspectiva de considerar o português brasileiro em suas descrições, fato que não fica muito evidente em todas as partes da descrição lexical dessa gramática, mas em momentos pontuais como esse.

Quanto à derivação parassintética, Rocha Lima (1965) pontua que seja a criação de palavras com o auxílio simultâneo de prefixo e sufixo, como em *enforçar* e *entristecer*. Ele explica que, por esse processo, se formam exclusivamente verbos de base substantiva ou

adjetiva e que parassintéticos de outras categorias não se formam com facilidade dentro dos domínios da língua portuguesa.

Para descrever a derivação regressiva, por fim, o autor a contrapõe com as demais (derivação prefixal, derivação sufixal e derivação parassintética), em que o termo derivado resulta da ampliação do termo derivante, pois, na regressiva, o termo derivado resulta da redução do derivante, fato que justifica a eliminação do sufixo. Sobre isso, Rocha Lima (1965, p. 201) afirma que esse processo tem grande produtividade na “criação de substantivos tirados a verbos, donde o chamar-se também *derivação deverbal*”. Ele cita os quatro grupos de deverbais descritos em Said Ali (1931), na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, segundo a sua forma feminina ou masculina.

Mais uma vez, Rocha Lima (1965) lista exemplos de cognatos de procedência latina e grega e finaliza o capítulo com o que o autor denomina de *hibridismos*, ou seja, palavras constituídas por elementos de procedências diferentes, como a junção do grego e do latim em *automóvel*, do francês e do grego em *burocracia*, do africano e do latim em *bananal*, etc.

Já sobre o processo de composição, Rocha Lima (1965) afirma acontecer quando se juntam dois ou mais elementos vocabulares de significação própria para darem a ideia de um novo ser ou objeto. Ou mesmo quando, em última análise, além de uma unidade de significação, há a existência de mais de um radical. Desse modo, e em consonância com os demais estudos, o autor pontua que há dois tipos de compostos: por justaposição e por aglutinação.

Segundo Rocha Lima (1965), a justaposição pode ocorrer na junção de i) dois substantivos; ii) um substantivo, uma preposição e um substantivo; iii) um substantivo e um adjetivo; iv) dois adjetivos; v) um pronome e um substantivo; vi) um numeral e um substantivo; vii) um verbo e um substantivo; viii) um advérbio e um adjetivo; ix) dois verbos; ou x) bem/mal e outras palavras. Já sobre a aglutinação, o autor é breve em listar apenas alguns compostos, como boquiaberto, planalto e frutífero, por exemplo.

Na análise dos fenômenos referentes ao *sentido* das palavras, concentramo-nos na parte de *estilística*, já no final da gramática, a qual não entra na seção “Gramática e sua divisão” do início do compêndio, para trabalharmos o que Rocha Lima (1965) compreende por “significação das palavras”, título do capítulo XXIX. Acreditamos que a parte de *estilística* não ter sido apresentada na seção “Gramática e sua divisão” pode ser explicado por tal parte ser uma espécie de apêndice, um *plus* na descrição lexical empreendida pelo autor.

Já de início, o autor leva o leitor à construção do conceito de sinônimos, com uma lista de frases que contêm a palavra “cabeça” com diferentes significados, afirmando existirem tantas palavras quantas são as significações.

Resumindo: para a expressão de nossas idéias e sentimentos, temos à nossa disposição várias séries de palavras, enlaçadas por uma significação comum. Só escreveremos bem, quando, nessas séries sinonímicas, soubermos escolher a palavra ou o grupo de palavras que melhor se ajustam àquilo que queremos exprimir (Rocha Lima, 1965, p. 486).

A ideia que subjaz a esse pensamento de Rocha Lima (1965) corrobora com o intuito da gramática de auxiliar no ensino do bem falar e escrever, principalmente quando o autor julga necessária uma boa escolha de palavras ou grupo de palavras a depender do que pretendemos exprimir.

Quanto aos antônimos, Rocha Lima (1965) afirma serem palavras de significação diametralmente opostas. Já a palavras diferentes, mas de forma igual, dá-se o nome de homônimos. No entanto, há a ressalva dos homônimos que apresentam escrita diferente, como é o caso de *espiar e expiar, coser e cozer, bucho e buxo, insipiente e incipiente, sessão, seção e cessão*, etc., a que se dá o nome de homófonos. Os parônimos, por fim, são palavras de forma parecida mas que podem provocar inúmeras confusões de emprego, a exemplo de *infligir e infringir, ratificar e retificar, lactante e lactente, descrição e discricção*, etc.

Para finalizar a exposição dos fenômenos lexicais descritos na *Gramática normativa* de Rocha Lima (1965), analisaremos os fenômenos lexicais referentes à *organização* das palavras. Como já era de se esperar, as classes de palavras descritas pelo autor obedecem à NGB, e são dez: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. No entanto, logo de início, Rocha Lima (1965) informa em nota que

Esta classificação não é absoluta, nem rígida. Nem sempre há fronteiras rigorosamente delimitadas entre as palavras, muitas das quais podem com facilidade passar de uma classe para outra (o não e o nunca desesperam os homens), ou figurar em mais de uma classe (o que, conforme o caso, é substantivo, pronome, advérbio, conjunção ou interjeição) (Rocha Lima, 1965, p. 65).

Essa nota é de grande importância para o leitor que está estudando sobre a língua portuguesa e que compreende que uma palavra está, para sempre, dentro de uma caixinha e que dela nunca sairá. É primordial que ele entenda a versatilidade das classes gramaticais e o quanto elas podem figurar dentro de outras “caixinhas” a depender da necessidade do falante. Acreditamos que Rocha Lima (1965) admite tal fluidez das classes gramaticais por reconhecer a semântica como importante fator para a classificação, o que podemos afirmar ser uma herança da NGB. Ademais, na descrição das classes de palavras, o autor perpetua a prática de trazer

listas de palavras descontextualizadas para exemplificar os tópicos gramaticais os quais descreve no âmbito da morfologia.

### 5.3.3 Síntese analítica

A *Gramática normativa da língua portuguesa* apresenta, como já fora expresso, uma forte presença do estruturalismo em suas descrições, bem como a influência da Reforma Capanema, que impunha aos gramáticos a incubência de gerar nos leitores/alunos a ideia de patriotismo por meio do ensino da norma-padrão. Inclusive, o epíteto “normativa” que aparece no título da gramática atende tanto aos propósitos do autor quanto às exigências da época. Não podemos esquecer, também, que a 1ª edição da *Gramática normativa* foi publicada dois anos antes da implementação da NGB, e Rocha Lima esteve na comissão de elaboração do documento, garantindo o cumprimento da Norma no compêndio, principalmente nas edições posteriores.

Em conformidade com a maioria dos gramáticos da época – e até anteriores –, Rocha Lima (1965) pauta o bem falar e escrever, sobretudo ao se valer de exemplos do Realismo e do Romantismo luso-brasileiros, além de ter como fontes de consulta nomes importantes da filologia moderna, da filologia portuguesa e de estudiosos de gramática da década de 1950, porém não cita muitos linguistas (Vieira, 2018). Ademais, a referida gramática é um exemplo da perpetuação do PTG no quadro gramaticográfico brasileiro.

Em termos de análise dos fenômenos lexicais empreendidos por Rocha Lima (1965), vemos uma fiel subserviência ao PTG, no sentido de que não há inovação nas descrições de língua quando comparadas às gramáticas anteriores. Sabemos que os gramáticos elaboram suas obras para fins específicos, e o parecer preliminar da *Gramática normativa* é de que o autor se manteve dentro do que lhe era exigido mediante o clima de opinião da época.

Em síntese, os fenômenos lexicais são abordados nessa obra a partir do seguinte esquema, reproduzido no Quadro 5.

**Quadro 5** - Descrição do léxico na *Gramática normativa* (1965)

<b>CATEGORIA DE ANÁLISE</b>	<b>ABORDAGEM IDENTIFICADA</b>	<b>INTERPRETAÇÃO DO CLIMA DE OPINIÃO</b>
Quanto ao som	Dois tipos de acento: de intensidade e musical, igualmente a Said Ali.	Continuidade com a tradição gramatical brasileira e reflexo do PTG.

Quanto ao som (cont.)	Preocupação em o leitor não cometer erros de acentuação com a seção <i>palavras de acentuação viciosa</i> , assim como adverte sobre algumas mudanças na língua.	Reforça a finalidade da gramática no ensino do escrever e falar bem.
	Retrospecto sobre os períodos em que se divide a história da ortografia portuguesa.	Tal teor histórico ainda é reflexo da prática de aliar a descrição linguística à história de tal língua, advinda do século XIX.
Quanto à formação	Descrição dos processos de formação de palavras seguindo o mesmo movimento de conceituação, tipos e exemplos (listas de palavras, prefixos e/ou sufixos).	Perpetuação do PTG.
Quanto ao sentido	Presente na parte da gramática dedicada à <i>estilística</i> , ao final da obra.	Preferência do autor, contrária, inclusive, à de Said Ali (1924), que não aborda fenômenos relacionados ao sentido das palavras.
	Instruções para escolha lexical que melhor se adequa à situação comunicativa pretendida.	Função da gramática, segundo o PTG (Vieira, 2018), de prescrever regras do bem falar e escrever.
Quanto à organização	Admite que há fluidez na classificação das palavras.	Considera a semântica como critério de classificação.
	Critérios morfológicos e semânticos para a organização das classes de palavras.	A semântica como herança da NGB.
	Exemplos com listas de palavras descontextualizadas.	Prática comum nas descrições de fenômenos lexicais.

Fonte: a Autora (2023).

A partir do Quadro 5, podemos inferir que a *Gramática normativa*, de Rocha Lima (1924) teve como principais pontos a serem destacados na descrição dos fenômenos lexicais: a clara filiação ao PTG, a preocupação com o bem falar e escrever, traços históricos ainda presentes para embasar a descrição linguística e o critério semântico como herança da NGB para definir as classes de palavras.

#### 5.4 A *Gramática fundamental da língua portuguesa*, de Chaves de Melo

Publicada em 1968, a 1ª edição da *Gramática fundamental da língua portuguesa* nasce como uma obra de cunho pedagógico-reflexivo. No entanto, apesar de ser destinada ao ensino escolar, há uma excessiva carga metalinguística. Isso se deve ao contexto histórico-epistemológico no qual a *Gramática fundamental* foi produzida. Em 1953, com a obra *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, de Mattoso Câmara, a descrição fonológica no âmbito da pesquisa linguística brasileira retoma alguns estudos saussurianos; mais tarde, a terceira edição da *Moderna gramática portuguesa*, de Bechara, detém uma abordagem tradicionalmente gramatical que divide espaço com alguns dos novos parâmetros conceituais.

Ainda no horizonte de retrospectiva no qual a *Gramática fundamental* se insere, é sabido que a publicação de *Estrutura da língua portuguesa* foi determinante para que as gramáticas brasileiras buscassem se enquadrar nos parâmetros do que se considerava uma Linguística moderna brasileira. Isso porque tal obra de Mattoso Câmara foi a primeira descrição estruturalista dirigida ao português do Brasil, intensificando a produção de gramáticas escolares destinadas a divulgar a norma da língua portuguesa no que se considerava serem princípios estruturalistas. Desse modo, Altman (2008, p. 80) chama de saussuriano-mattosiano o contexto de interpretação gramatical no qual renegar o modelo tradicional de análise gramatical e adotar os avançados métodos proporcionados pelo Estruturalismo são condições para se inserir no recente grupo de gramáticos-linguistas modernos.

Destarte, tal grupo passa a priorizar a transmissão de princípios estruturalistas por meio das gramáticas escolares, instituindo um processo de pedagogização das proposições de uma corrente linguística que, num determinado momento histórico, ocupa uma posição referencial. É a partir disso que as gramáticas adotam traços descritivos, os quais passaram a coexistir com o teor prescritivo inerente a toda gramática escolar. Tal coexistência é visível na *Gramática fundamental da língua portuguesa*, quarta gramática analisada neste trabalho.

A seguir, reproduzimos, na Figura 5, a capa da referida obra e a imagem de seu autor.

**Figura 5** - Capa e autor da *Gramática fundamental* (1978)



Fonte: Chaves de Melo (1978) e Google Imagens (2023).

Antes de analisarmos a referida gramática, é importante que conheçamos o seu autor. Gladstone Chaves de Melo nasceu em Campanha – MG, em 1917, e morreu em 2001, no Rio de Janeiro. Bacharelou-se em 1938 pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, embora tenha se consagrado no estudo da língua e recebido pela mesma universidade o título de Doutor e livre-docente em língua portuguesa em 1946. Foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, da Universidade de Coimbra (Portugal) e da Universidade de Tübingen (Alemanha).

Pertenceu a instituições nacionais e estrangeiras, como a Academia Brasileira de Filologia, o Círculo Linguístico do Rio de Janeiro, a Sociedade de Língua Portuguesa (Lisboa), a Academia Portuguesa de História (Lisboa) e a Associação Internacional de Lusitanistas. Foi sócio benemérito do Real Gabinete Português de Leitura e sócio honorário do Liceu Literário Português e outras entidades congêneres. Em resumo, Gladstone Chaves de Melo foi, para Silva (1995), um dos renovadores dos estudos filológicos e “uma das grandes figuras do magistério e da vida cultural do Brasil” (Silva, 1995, p. 142). Inclusive, o contato do autor com as teorias linguísticas foi determinante para que a sua gramática tenha inovado em alguns pontos, dos quais trataremos mais adiante.



#### 5.4.1 Organização da gramática

Analisaremos, neste trabalho, a 3ª edição da *Gramática fundamental da língua portuguesa*, publicada em 1978 pela AO LIVRO TÉCNICO S/A – Indústria e Comércio. Logo na capa, o leitor já é avisado de que a obra está de acordo com a NGB, de 1959, embora o autor desvie em alguns momentos do que fora proposto no documento, trazendo algumas nomenclaturas para além das propostas pela NGB.

Como prefácio da 1ª edição, Gladstone Chaves de Melo adverte que a *Gramática fundamental* deveria ter feito parte de uma coleção didática imaginada por Madre Maria Adolfo de Sion, a fim de melhorar o ensino e adequadamente compô-lo com a educação, coisas que, na visão do autor à época, andam dissociadas ou mal sinonimizadas. Mais adiante, Gladstone afirma que, da coleção de Madre Adolfo, lhe coubera a “pior parte, a Gramática” (Chaves de Melo, 1978, p. VII). Contudo, o autor acredita ter conseguido deixar a então gramática “bem menos árida, através do permanente cuidado de simplificá-la, e de ajustar *todos* os preceitos e normas com a lição de bons autores, principalmente brasileiros (para mostrar adjectivamente a unidade da língua)” (Chaves de Melo, 1978, p. VII, grifo do autor).

Em uma espécie de reflexão, comum à época em tudo o que se relacionava à linguagem, Gladstone indaga sobre a gramática estar em crise: “tanto abusaram dela, tanto a maltrataram, tanto inventaram regras, tanto complicaram as definições, tanto multiplicaram as divisões e subdivisões, tanto a distanciaram da língua, que muitos, quase todos, fugiram espavoridos” (Chaves de Melo, 1978, p. VII). Sobre essa reflexão, acreditamos estar em consonância com a caricatura que a gramática tradicional adquiriu ao longo dos séculos, como uma estrutura rígida e indissolúvel. No entanto, Gladstone propõe que é no ensino que ela pode ir perdendo tal armadura: “nos nossos trinta anos de magistério temos tido inúmeras vezes a alegria de ouvir dos alunos que ‘assim vale a pena estudar Português’. É que temos sempre feito da Gramática serva da língua e jamais senhora dela.” (Chaves de Melo, 1978, p. VII).

Para justificar a importância de sua *Gramática*, o autor afirma que procurou “neste livrinho, salva a pretensão, atender a tal necessidade [exposta anteriormente]” (Chaves de Melo, 1978, p. VII). Sobre o nome “*Gramática fundamental*”, ele explica que assim denominou por querer permanecer nos alicerces e no arcabouço do que se concebia como *gramática*, fornecer a ideia fundamental da estrutura da língua portuguesa, além de sistematizar os fatos da “língua-padrão”. Para isso, o autor pontua que excluiu dela tudo que ficasse bem na Retórica ou na Estilística, bem como as relações de palavras ordenadas segundo quaisquer critérios. Ademais,

adverte que inclui matérias dessa natureza em apêndice com o intuito de aumentar a utilidade didática do livro, assim como para atender a algum item do programa oficial dos ginásios.

Sobre a doutrina seguida na *Gramática fundamental*, o autor indica estar inspirada na Linguística e na Filologia modernas, embora não possa “discutir nem justificar posições” (Chaves de Melo, 1978, p. VIII). No entanto, sabemos que não podia ser diferente. No momento da publicação da 1ª edição da referida gramática, a Linguística era uma ciência ainda recente, porém capaz de influenciar os estudos sobre a língua à época. Já a Filologia, velha aliada dos estudiosos da língua e dos gramáticos, perpetuava ainda no século XX.

A adequação à NGB é comentada pelo autor no prefácio como uma adoção para fins didáticos, embora o autor reforce que não a aceita “servilmente quando ela exorbita de seu louvável esforço de uniformizar a terminologia, e assume posição doutrinária” (Chaves de Melo, 1978, p. VIII). Isso acontece, por exemplo, na exposição dos fatos da língua referentes às orações reduzidas, nas quais a abordagem indicada pela NGB não é aceita por Chaves de Melo (1978) e é explicada em nota.

A *Gramática fundamental*, segundo o seu autor, é destinada a

[...] homens cultos e inteligentes, que, a certa altura da vida, tomam consciência de sua viciada formação linguística e querem corrigir a lacuna. Não raro, tais pessoas procuram uma gramática, e ao cabo de algum tempo desistem. Vêem uma coisa tão seca, tão esquemática, tão irracional, tão só para a memória, que concluem ser perda de tempo a energia expendida (Chaves de Melo, 1978, p. VIII).

É com essa ideia de uma gramática que serve apenas para o leitor consulente e de que a linguagem empreendida nela resulta numa “perda de tempo”, que Chaves de Melo (1978) tenta trazer uma gramática de linguagem fácil e acessível, além de seduzir o leitor para dissecar a língua portuguesa para além de dúvidas rápidas. Em partes, o autor consegue tal feito, uma vez que a linguagem empreendida na *Gramática fundamental* é realmente de fácil acesso, assim como a exposição dos fatos da língua é, por vezes, muito detalhada. No entanto, por estar dentro do que se concebe como PTG, segundo Vieira (2018), não há como se distanciar do que se entende por gramática nem de suas características básicas que a fazem pertencer a tal paradigma.

A *Gramática fundamental da língua portuguesa*, de Chaves de Melo (1978), está dividida em *Introdução*, que se subdivide em dois capítulos: o capítulo I – “Gramática, conceito, divisão” – e o capítulo II – “Idéia geral da frase e de sua estrutura” –; e em mais três partes que se dedicam à Fonologia, Morfologia e a Sintaxe, respectivamente. Para Chaves de Melo (1978, p. 1), *gramática* é a “sistematização dos fatos contemporâneos de uma língua”,

denominando como “fatos de uma língua” as palavras, os sons e as relações, justificando a divisão de sua gramática ser da forma já mencionada.

A partir disso, o autor destrincha cada conceito que julga ser importante para que o leitor compreenda o que é, de fato, uma gramática, bem como o que nela contém (ou julga necessário conter). Por *sistematizar*, Chaves de Melo (1978) entende a ordenação de coisas segundo um determinado critério, uma boa classificação. Assim, afirma Chaves de Melo (1978, p. 1): “se o critério for bom, a classificação será boa; se o critério for mau, a classificação será má”. Por *fatos contemporâneos*, o autor enfatiza que “a gramática, verdadeira e autêntica, é sincrônica” (Chaves de Melo, 1978, p. 2), legitimando que sua gramática não será diacrônica, mas refletirá sobre os fatos sincrônicos da língua. Dessa forma, tal gramática pode ser a primeira, em nosso *corpus*, que busca deliberadamente dissociar-se de uma perspectiva histórica em sua descrição linguística.

Ainda refletindo sobre a sistematização dos fatos contemporâneos da língua, Chaves de Melo (1978) adverte que qualquer língua viva tem diversos aspectos ou diversos usos, determinados pelas circunstâncias concretas da comunicação linguística, adentrando nos dois grandes tipos de usos linguísticos: o uso coloquial e o uso culto. Mais adiante, afirma que compreende que só interessa ao leitor “a sistematização dos fatos contemporâneos da língua-padrão, língua-literária” (Chaves de Melo, 1978, p. 3).

Por fim, como última reflexão introdutória antes de adentrar às partes da gramática, o autor especifica o que é Gramática Normativa afirmando ser a própria Gramática Descritiva com o uso focado na didática e com a finalidade de corrigir os desvios da língua-padrão, bem como impedir que as linguagens locais e diversas formas de linguagem coloquial influenciem a língua-padrão. Desse modo, Chaves de Melo (1978) finaliza decretando que a Gramática Normativa é uma atitude da Gramática Descritiva, uma atitude didática e com finalidade prática, a qual não deixa de ter o caráter prescritivo, característico das gramáticas. Nisso, o autor difere de outros de sua época, ou mesmo contemporâneos, que viam a descrição linguística de maneira mais dissociada da normatização. Consideramos, nessa perspectiva, um avanço na visão de descrição gramatical do autor, que mostra ter uma consciência mais aprofundada da técnica de descrição linguística.

Na próxima subseção, refletimos sobre como os fenômenos lexicais foram abordados na *Gramática fundamental*, analisando em conformidade com o clima de opinião.

#### 5.4.2 Fenômenos lexicais descritos na gramática

Começando pela análise dos fenômenos lexicais referentes ao *som* das palavras, Chaves de Melo (1978) concentra na *Primeira parte* de sua gramática, como já fora explicitado, todo o estudo da *fonologia*. Nesse primeiro momento da *Gramática fundamental*, o autor descreve sobre a noção de fonema, a produção dos fonemas, as vogais e consoantes, a noção de semivogal, ditongo, tritongo e hiato, a classificação das consoantes, os encontros consonantais, a sílaba, a ortoépia, a prosódia e a ortografia. Para fins desta pesquisa, concentraremos a nossa atenção nas descrições empreendidas sobre a ortoépia e a prosódia, em geral, bem breves.

A Ortoépia, segundo Chaves de Melo (1978), trata da correta pronúncia dos vocábulos e da boa elocução. No entanto, problematiza o fato de que, no Brasil, ainda não existia fixada uma pronúncia-padrão. Isso começa a mudar quando, no *Congresso da Língua Nacional Cantada*, realizado em São Paulo, em 1937, foi encaminhada a escolha da pronúncia da cidade do Rio como padrão. Já em 1956, durante o *Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, realizado em Salvador, fixou normas ortoépicas que recomendavam a língua falada no teatro culto e erudito, de âmbito universalista, no Brasil.

A discussão perdura na gramática de Chaves de Melo (1978), que chega a transcrever um longo trecho de um artigo do carioca *Jornal do Brasil*, de 24 de novembro de 1957, intitulado “Vícios de pronúncia”. O autor também assinala que a correta pronúncia dos vocábulos e a boa elocução supõem: i) clara e adequada emissão das vogais; ii) nítida e exata articulação das consoantes; iii) bem feita ligação entre os vocábulos; e iv) acertada distribuição dos acentos musicais.

Tais fatores fizeram com que Chaves de Melo (1978) não tratasse propriamente de regras ortoépicas em sua gramática, mas, sim, de uma pequena exemplificação e observação de desvios mais constantes. O primeiro diz respeito aos grupos e encontros consonânticos que, segundo Chaves de Melo (1978), devem ser pronunciados leve e rapidamente, evitando a inserção de vogal de apoio, como em *absoluto* (e não “abissoluto”). Pronúncias como “abissoluto” são marcas do português falado no Brasil. No entanto, o autor não considera tal fato, destoando dos avanços do estruturalismo à época. Já o segundo se refere à pronunciar claramente as sílabas postônicas, normalmente nos proparoxítonos, como em *rápido* (e não “rápdu”). Por fim, Chaves de Melo (1978) adverte que, ao falar, principalmente em público, o leitor deve atentar-se bem para não “engolir” as últimas palavras. Para evitar cometer tal erro,

o autor aconselha “gravar a própria voz para depois ouvi-la com ânimo crítico” (Chaves de Melo, 1978, p. 34).

Adentrando as descrições sobre a Prosódia, que, segundo o autor, estuda os problemas de acentuação e, em razão da existência em português de dois tipos de acento – o tônico e o musical –, a prosódia se ocupa da correta posição da tônica e da subtônica dos vocábulos, além da adequada e certa entonação da frase e das unidades melódicas. Ademais, Chaves de Melo (1978, p. 35) afirma que a prosódia é parte da ortoépia, uma vez que “a boa pronúncia de uma língua culta exige não apenas perfeita elocução mas também acentuação correta e justa musicalidade”.

Chaves de Melo (1978), associando livremente a prosódia à ortoépia, afirma que “ler bem é ler claro, ritmado, sem silabadas e com expressão”, e “tudo afinal é pronúncia, tudo afinal são normas de ‘boa pronúncia’ tradução livre de ortoépia (propriamente, ‘palavra corretamente dita’)” (Chaves de Melo, 1978, p. 35). No entanto, o autor alerta que os compendistas somente se preocupam com a acentuação tônica, apontando aos leitores os mais constantes desvios e as mais frequentes silabadas, e que não fugirá dessa prática, mas que também é necessário se atentar no acento subtônico e musical.

Para isso, Chaves de Melo (1978) lista alguns vocábulos paroxítonos os quais são incorretamente pronunciados como proparoxítonos, a exemplo de *rubrica*, *avaro* e *pudico*. Assim como são proparoxítonos, e não paroxítonos, segundo o autor, os vocábulos *aerólito*, *ínterim*, *boêmia* e *protótipo*. Além disso, são oxítonos, e não paroxítonos, os vocábulos *refém*, *hangar* e *nobel*. Por fim, Chaves de Melo (1978) alerta que é preciso ter atenção à correta posição do acento secundário, sobretudo em vocábulos formados com o sufixo *-mente*, nos quais a subtônica corresponde à tônica da forma primitiva, como é o caso de *tardamente*, com a subtônica no *-i*.

Em relação aos fenômenos lexicais referentes à *formação* das palavras, Chaves de Melo (1978) compreende os processos de formação dentro da parte destinada à morfologia. O autor traz o fator histórico da língua para explicar como as palavras foram formadas na língua portuguesa. Desse modo, ele começa fazendo com que o leitor compreenda que “o vocabulário de qualquer língua é constituído fundamentalmente de um acervo primitivo e tradicional, que se formou com ela, que lhe deu feição e que forneceu os moldes para as aquisições ou criações posteriores” (Chaves de Melo, 1978, p. 51). Na língua portuguesa, segundo o autor, esse acervo é representado por palavras usadas no latim ou no romance falado na Lusitânia, que estão em uso até hoje por *continuidade linguística*. Além delas, outras palavras entraram no nosso vocabulário por meio de *importação*, isto é, trazidas de outras línguas após a língua portuguesa

já ter sido formada. Ainda há aquelas palavras que são formadas no interior da língua a partir de *recursos idiomáticos*.

Ao trazer um fator histórico para a descrição linguística empreendida em sua gramática, o autor é controverso ao que diz na definição do que é ser uma gramática. Lembremos que Chaves de Melo (1978) admite que *gramática* é a “sistematização dos fatos contemporâneos de uma língua”, legitimando que sua gramática não será diacrônica, mas refletirá sobre os fatos sincrônicos da língua, e ainda afirma que “a gramática, verdadeira e autêntica, é sincrônica” (Chaves de Melo, 1978, p. 2).

Um traço característico de Chaves de Melo (1978) na descrição de língua que empreende em sua gramática é o de trazer elementos que não eram comuns às gramáticas da época, mas que, talvez pelo advento do Estruturalismo, o autor tenha achado válido abordar. É o caso de levantar a discussão sobre a língua ser um sistema, “isto é, um conjunto, coerente e interligado, de sons, formas e de relações. Pois bem: esse sistema é fecundo, possui virtualidades, riquezas potenciais, que estão sendo permanentemente ativadas pelos milhares de falantes” (Chaves de Melo, 1978, p. 51).

Ainda sobre a discussão sobre a língua ser um sistema, Chaves de Melo (1978) pontua que quem possuir o sistema de uma determinada língua poderá formar com maior facilidade novas palavras, que não são novas, na realidade, uma vez que já existiam potencialmente no idioma, fazendo com o que o leitor-ouvinte receba sem surpresa ou estranheza, pois o sistema não foi rompido. Sobre a formação de palavras, o autor disserta que, “por mais numeroso que seja o vocabulário de uma língua, reduzem-se a muito poucas as palavras-tronco” (Chaves de Melo, 1978, p. 52), com a intenção de introduzir a discussão sobre os processos de formação das palavras, que, para Chaves de Melo (1978), são: derivação, mudança de classe e composição.

A *derivação*, para o autor, é a retirada de uma palavra de outra, de tal modo que se sinta claramente a relação de parentesco entre o *derivado* e o *derivante*, sendo a *filiação* a essência de tal processo. Já a *mudança de classe* é entendida pelo autor como a passagem de palavras de uma a outra classe gramatical, adquirindo outra significação no novo campo, tendo o deslocamento de plano como essência do processo. Por fim, a *composição* é, para Chaves de Melo (1978), o processo em que se juntam dois ou mais vocábulos de vida autônoma na língua, dando um novo sentido ao composto em relação aos componentes, sendo a combinação de elementos preexistentes à essência do processo.

Segundo Chaves de Melo (1978), a derivação pode ser prefixal, sufixal, regressiva e parassintética. A *derivação prefixal*, como o nome já propõe, é o processo no qual se formam

novas palavras por meio de afixo anteposto a uma raiz, como ocorre em *re-fazer*, *des-mandar*, e *pre-visão*. Outro comentário do autor é de que é comum a palavra formada por prefixação já vir ou ter vindo feita do latim ou do grego, tanto que muitas vezes nem se percebe a existência da derivação. A razão para isso, explica Chaves de Melo (1978), pode ser atribuída ao fato de a raiz já estar modificada, ou por não existir raiz com vida autônoma na língua, como em *diagnóstico* e *pró-logo*. Sobre isso, Chaves de Melo (1978, p. 52) dialoga em nota que

Muitos lingüistas há que consideram a *prefixação* como um tipo de composição, o que não nos parece justo: primeiro, porque os prefixos são *elementos formadores*, sem vida própria na língua; segundo, porque na palavra resultante se vê clara a relação de parentesco, característica da *derivação* (Chaves de Melo, 1978, p. 52).

Em contrapartida, a *derivação sufixal* é descrita pelo autor apenas como o processo em que se formam novas palavras por meio do acréscimo do sufixo, como em *ancora-douro*, *harpista* e *vergonh-oso*, sendo considerado um processo fecundo para a língua portuguesa. Já a derivação regressiva “é o processo pelo qual se forma de um suposto derivado um suposto derivante” (Chaves de Melo, 1978, p. 53), fazendo movimento oposto à derivação sufixal ao subtrair algo à raiz, como em *bombardamento* e *bombardeio*. Contudo, em nota, o autor afirma

Não escondo minhas dúvidas sobre se a *derivação regressiva* pode ser considerada pela Gramática como um dos processos formadores de palavras, porque o homem comum não-especialista não tem, nem pode ter, noção de como as coisas se passaram. É necessário apelar para *diacronia* e a gramática é *sincrônica* (Chaves de Melo, 1978, p. 53, grifo do autor)

Tal inquietação do autor é advinda de um exemplo dado com o verbo *honrar*, em que Chaves de Melo (1978) remete ao latim a origem da palavra para explicar o termo derivante. É válido o questionamento, afinal, como o próprio autor afirma, o leitor – ou pelo menos a maioria deles – não tem conhecimento sobre a origem das palavras para a compreensão de sua formação.

Ademais, Chaves de Melo (1978, p. 53) finaliza sua descrição quanto à derivação regressiva assinalando que “os regressivos de verbos se dizem nomes verbais, deverbais ou pós-verbais, e são masculinos em *-o*, masculinos em *-e*, femininos em *-a*, ou biformes em *-o*, *-a*”, como em *atraso*, *destaque*, *toque*, *engorda*, *troco*, entre tantos outros exemplos que, conforme explícito em nota, foram retirados de obras de Manuel Said Ali, importante influência para Chaves de Melo (1978).

Por fim, fechando os tipos de derivação, a *parassintética* é a que apresenta um prefixo e um sufixo na formação de uma nova palavra. Segundo Chaves de Melo (1978), a maioria absoluta dos parassintéticos são verbais e são de base ora substantiva, ora adjetiva, sendo

acrescida quase sempre dos prefixos *a-*, *es-* ou *en-*, como em *esfarelar*, *acolchoar*, *envasilhar*, *adoçar* e *enlouquecer*.

Já quanto à *mudança de classe*, admitida por Chaves de Melo (1978) como um processo de formação de palavras, é quando uma palavra passa de uma classe gramatical para outra, resultando em uma alteração de significado e/ou sentido. Para exemplificar tal processo, o autor expõe uma vasta lista de exemplos.

A *composição*, por sua vez, como já explicado, é tida por Chaves de Melo (1978) como o processo que consiste em se combinarem dois ou mais elementos autônomos da língua para se exprimir uma nova ideia, como em *conta-gotas* e *aguardente*, por exemplo. Os compostos podem ser, conforme variados critérios, perfeitos, imperfeitos, aglutinados, flexivos, justapostos, elíticos, coordenativos, subordinativos, analíticos e sintéticos. Tais tipos de compostos são brevemente definidos e seguidos de listas de exemplos. Além disso, semelhantemente a Rocha Lima (1965), Chaves de Melo (1978) também traz listas de prefixos de origem latina e grega, assim como de sufixos nominais, verbais e adverbiais, com o diferencial de trazer, juntamente com o prefixo/sufixo, o significado de cada um.

Como movimento comum na descrição e análise dos fenômenos lexicais de cada gramática do *corpus* desta pesquisa, partiríamos neste momento para os fenômenos lexicais referentes ao *sentido* das palavras. Contudo, Chaves de Melo (1978) não traz, em sua *Gramática fundamental*, nenhum fenômeno referente ao sentido. Acreditamos que essa ausência se deve ao fato de o autor acompanhar as gramáticas da época, atendo-se ao que já vinha sendo posto como “comum” nos compêndios gramaticais.

Para finalizar, portanto, a análise da *Gramática fundamental*, de Chaves de Melo (1978), fecharemos com a descrição e a análise dos fenômenos lexicais referentes à *organização* das palavras. Para isso, retornamos ao início da segunda parte da gramática, na qual o autor discorre sobre a morfologia e inicia com “generalidades”. Diferentemente dos demais autores cujas gramáticas analisamos nesta pesquisa, Chaves de Melo (1978) é cauteloso ao trabalhar propriamente essa seara.

Primeiramente, o autor retoma o conceito de morfologia como o estudo das formas entendidas como tais, os vocábulos e as palavras. Sobre diferença entre *vocábulo* e *palavra*, Chaves de Melo (1978) explica em nota que ela reside na maneira de considerar a forma linguística: se estivermos falando sobre a imagem acústica, teremos um *vocábulo* (cognato de voz), mas se nos atentarmos para o significado, estaremos nos referindo à *palavra*. Desse modo, o autor informa que, ao considerar a *palavra* como unidade linguística, a primeira perspectiva



que nos é apresentada é o grupamento delas conforme o seu valor significativo. Com isso, o autor traz a problemática da classificação das palavras que, à época, gerava grandes discussões.

Tendo, portanto, a palavra como fonte de estudo, Chaves de Melo (1978) se posiciona contra a NGB, que propõe começar pela estrutura e formação das palavras, para depois apresentar a classificação delas. O autor divide a morfologia em três grandes capítulos: começa pela classificação das palavras, seguindo pela estrutura do vocábulo e pela formação das palavras, finalizando com o que denomina de flexões. Desse modo, Chaves de Melo (1978) julga mais lógico tal arranjo, uma vez que até então vinha considerando o vocábulo apenas do ponto de vista fônico, ou seja, como matéria sonora, e não compreendendo a palavra como signo, representante da ideia e veículo de comunicação no circuito falante-ouvinte.

O autor ainda completa afirmando que

Até então, estávamos, por assim dizer, em fase de preparo. Suposto que qualquer língua é um sistema de sinais sonoros, preocupamo-nos em conhecer a matéria desses sinais antes de considerá-los formalmente, como portadores de significado, como possuidores de uma “alma” (Chaves de Melo, 1978, p. 40).

Explicada, portanto, a trajetória feita na *Gramática fundamental* para a descrição da morfologia, partimos para as discussões acerca da classificação das palavras. *A priori*, já compreendemos que há um caminho incomum se compararmos às demais gramáticas do *corpus*. Chaves de Melo (1978) tem um certo cuidado ao discorrer sobre alguns tópicos, e com a classificação das palavras não foi diferente. Nela, há a definição de *classificar* e a incursão da NGB, por exemplo, de modo a parecer que o autor, por vezes, conversa com o leitor sobre tais assuntos.

Para Chaves de Melo (1978), *classificar* é ordenar segundo um critério qualquer. Contudo, o autor alerta que uma boa classificação advém de um bom critério. Desse modo, classificar as palavras de uma língua consiste em agrupá-las segundo um critério, o qual o autor julga ser o que tenha em vista a significação. No entanto, não se pode pensar em uma classificação individual e singular das palavras, ou teríamos inúmeras classes e “pecaríamos”, conforme Chaves de Melo (1978) postula, contra a segunda qualidade da classificação: a simplicidade. Portanto, é preciso considerar o valor significativo *genérico* das palavras.

A fim de explicar como a classificação das palavras está disposta em sua gramática, o autor constrói um arcabouço teórico bastante incomum em gramáticas, as quais, geralmente, apenas apresentam as classes de palavras, sem discutir a razão de estarem daquela forma

dispostas. Podemos atribuir esse fato à posição disruptiva a que o autor assume em alguns momentos na descrição de língua, muitas vezes fugindo do que era comum à época.

Para Chaves de Melo (1978, p. 45, grifos do autor), “é mais racional concluir que, estremadas preliminarmente as palavras entre *lexicográficas* e *gramaticais*, elas se distribuem em cinco classes: nome, verbo, pronome, determinante e conectivo”, embora afirme que não se detenha a explicar tal classificação pela razão de que “este livro tem finalidades práticas e didáticas” (Chaves de Melo, 1978, p. 46). Essa compreensão vem de um trabalho mais antigo do autor, *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, publicado em 1965, mais especificamente do capítulo “A classificação das palavras”. Desse modo, o autor se utiliza dos critérios propriamente lexicais para organizar as palavras a partir de seu funcionamento referencial ou instrumental. Notamos, então, que ele opta pelos grandes sistemas linguísticos (léxico e gramática) para pensar as palavras da língua.

Contudo, o autor explica que adota a posição e a terminologia da NGB “para não aumentar a confusão, que já é grande” (Chaves de Melo, 1978, p. 46), com as dez classes de palavras previstas no documento (artigo, substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, preposição, conjunção, interjeição).

#### 5.4.3 Síntese analítica

Apesar de não ter tido tanta longevidade editorial quanto as demais gramáticas que compõem o *corpus* desta pesquisa, a *Gramática fundamental da língua portuguesa* deixa uma marca importante na gramaticografia brasileira, principalmente quando lembramos que ela sobreviveu à época da ditadura militar no Brasil. Lançada com a Linguística já institucionalizada no Brasil, os gramáticos pareciam sentir-se pressionados a seguir a corrente estruturalista em suas descrições, e assim aconteceu com a gramática de Chaves de Melo (1978): “descrever os fatos estruturais da ‘língua-padrão’ era o objetivo da *Gramática fundamental* de Gladstone Chaves de Melo” (Vieira, 2018, p. 207). Ademais, sabemos que toda descrição empreendida em uma gramática é, também, uma prescrição, como o próprio autor admite em sua gramática.

Ao descrever gramática como a “sistematização dos fatos contemporâneos de uma língua”, a questão de *fatos contemporâneos* é contraditória quando pensamos no exemplário utilizado em toda obra, como José de Alencar, Machado de Assis, Lima Barreto, Padre Antônio Vieira, Camões, Almeida Garret, entre outros, ficando apenas na contemporaneidade escassas citações de Rachel de Queiroz e Carlos Drummond de Andrade.

Quanto à linguagem empreendida ao longo da *Gramática fundamental*, podemos inferir que seja uma gramática de fácil leitura, que cumpre o propósito de servir ao uso escolar, vestibulares, concursos e estudiosos da língua em geral. Ademais, ainda enxergamos uma excessiva preocupação com o “bem falar e escrever”, embora temos compreendido que, quando falamos de uma gramática novecentista, essa parece ser uma premissa quase que obrigatória. No entanto, há, em diversos momentos, inovações quando comparamos às outras gramáticas do *corpus* desta pesquisa, como é o caso da discussão de a língua ser um sistema, fato já sabido à época, mas pouco explorado em compêndios gramaticais.

Quando nos referimos aos fenômenos lexicais trazidos por Chaves de Melo (1978), boa parte das inferências trazidas pelo autor está em conformidade com as demais gramáticas analisadas, salvo algumas inovações quanto à nomenclaturas e formas de abordagem. No mais, podemos inferir que a *Gramática fundamental da língua portuguesa* constitui uma obra de grande relevância para os estudos linguísticos brasileiros, tendo um merecido reconhecimento do público consumidor e pesquisador, embora não tenha sido publicada amplamente, como já fora exposto.

Em síntese, o Quadro 6, a seguir, esquematiza os fenômenos lexicais que são abordados na referida obra.

**Quadro 6** - Descrição do léxico na *Gramática fundamental* (1978)

<b>CATEGORIA DE ANÁLISE</b>	<b>ABORDAGEM IDENTIFICADA</b>	<b>INTERPRETAÇÃO DO CLIMA DE OPINIÃO</b>
Quanto ao som	Ortoépia e a prosódia bem delimitadas na parte dedicada à Fonologia.	Preferência do autor, visto que se diferencia da NGB.
	Se preocupa em trazer discussões sobre a correta pronúncia dos vocábulos e a boa elocução, não em forma de regras, mas de listas de exemplos de desvios mais frequentes.	Traço característico da gramática no ensino do escrever e falar bem.
	Em conformidade com gramáticos mais antigos, admite dois tipos de acento: o tônico e o musical.	Perpetuação do PTG.
Quanto à formação	O autor traz o fator histórico da língua para explicar como as palavras foram formadas na língua portuguesa.	Herança da corrente histórico-comparativa.

	Afirma que a língua é um sistema e que quem possuir o sistema de uma determinada língua poderá formar com maior facilidade novas palavras.	Influência da corrente estruturalista, em pleno vapor à época.
Quanto ao sentido	Além dos tradicionais processos de formação de palavras (derivação e composição), admite mudança de classe como um outro processo.	Preferência do autor.
	Não aborda.	Ausência talvez explicada pelo fato de o autor acompanhar as gramáticas da época.
Quanto à organização	Diferentemente das demais gramáticas analisadas, o autor traz conceitos de vocábulo e palavra.	Preferência do autor.
	É contrário à NGB e inicia sua descrição pela estrutura e formação das palavras, para só posteriormente apresentar a classificação delas.	Caráter disruptivo do autor.
	O autor admite ser mais lógica a divisão da morfologia em três capítulos: classificação das palavras, estrutura do vocábulo e formação das palavras, finalizando com o que ele denomina de flexões. Tal divisão é justificada por o vocábulo ser considerado apenas do ponto de visto fônico, sem que houvesse a compreensão da palavra como um signo.	Influência de ideias estruturalistas.
	Admite que é mais racional dividir as palavras entre <i>lexicográficas</i> e <i>gramaticais</i> , distribuindo-as em cinco classes: nome, verbo, pronome, determinante e conectivo. Mas assume a classificação imposta pela NGB.	Estudos mais antigos do próprio autor.
	Discute o critério a ser utilizado para classificar as palavras e define que seja a significação o mais adequado. No entanto,	Preferência do autor.

	um valor significativo genérico das palavras.	
--	---	--

Fonte: a Autora (2023).

Com o Quadro 6, podemos resumir o tratamento dado ao léxico por Chaves de Melo (1978) em alguns pontos importantes, tais como a não adoção por completo da NGB, a filiação ao PTG, traços ainda herdados da corrente histórico-comparativa do século XIX, grande influência das ideias estruturalistas, sugestão de divisão das palavras em lexicográficas e lexicais – assumindo, assim, cinco classes de palavras –, e um forte caráter disruptivo assumido pelo autor em algumas de suas descrições.

### **5.5 A Nova gramática do português contemporâneo, de Cunha e Cintra**

Tendo sua 1ª edição publicada em 1985 pela Editora Nova Fronteira, a *Nova gramática do português contemporâneo* foi escrita, em colaboração, pelo brasileiro Celso Cunha, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pelo português Luís Felipe Lindley Cintra, da Universidade de Lisboa. Nesta pesquisa, iremos analisar a 2ª edição da *Nova gramática*, também publicada em 1985.

A proposta, inicialmente, ao juntar um autor brasileiro e outro português, era elaborar uma gramática que atendesse ao quadro contrastivo da lusofonia. Isso fica claro no prefácio em que os autores expõem suas intenções de apresentar ao público uma obra que fosse útil ao ensino da língua portuguesa em Portugal, no Brasil e nas demais nações lusófonas. Para contemplar, portanto, uma extensão territorial tão vasta como a pretendida, Cunha e Cintra partiram da premissa de que há, em todos esses lugares em que a língua portuguesa é falada, uma unidade superior dentro de sua natural diversidade, particularmente do ponto de vista diatópico. Essa ideia de unidade na diversidade foi um grande postulado de Celso Cunha no livro *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira* (1975), o qual se utiliza em sua gramática.

Vale lembrar que a *Nova gramática do português contemporâneo* é uma versão revisada e ampliada de uma gramática anterior de Celso Cunha, publicada em 1970, tendo Lindley Cintra a incumbência de escrever alguns poucos capítulos acerca da distribuição do português no mundo e a dialetologia do português europeu. O desenvolvimento dos capítulos escritos por Cintra tinha um forte caráter sociolinguístico, embora não se distanciasse da tradição, abordando o tratamento das variedades diatópicas e diastráticas, pela classificação dos registros (ou falares) coloquiais e vulgares. Além disso, há uma forte presença do estruturalismo que, em

conformidade com a tradição, aborda as partes do discurso, a fonética acústica e uma fonologia abundantemente estruturalista na parte dedicada ao estudo dos fonemas portugueses.

A seguir, na Figura 6, temos as fotos da referida obra e de seus autores.

**Figura 6** – Capa e autores da *Nova gramática* (1985)



Fonte: Cunha e Cintra (1985) e Cunha e Cintra (2016).

Celso Ferreira da Cunha – professor, filólogo e ensaísta – nasceu em Teófilo Otoni, Minas Gerais, em 1917. Em 1947, formou-se Doutor em Letras e Livre-docente em Literatura Portuguesa pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Entre seus feitos enquanto estudioso da língua, escreveu algumas gramáticas, como o *Manual de português*, publicado em 1965, e a *Nova gramática do português contemporâneo*, em 1985, que compõe o *corpus* desta pesquisa. Por sua grande notoriedade e reconhecido mérito intelectual, foi ele o profissional convidado para realizar a revisão linguística da Constituição Brasileira de 1988, seu último trabalho de porte.

Luís Filipe Lindley Cintra nasceu em 1925 em Lisboa, e foi um filólogo e linguista português. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) desde 1951, onde se licenciou e doutorou em Filologia Românica, foi o principal responsável pela criação do Departamento de Linguística Geral e Românica, assim como da reforma do Centro de Estudos Filológicos, a partir de 1975, rebatizado como Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Por esse e outros tantos feitos, Lindley Cintra é incontestavelmente um nome de referência para o estudo e ensino da língua portuguesa, com uma atividade intelectual e

científica que permanece como legado em suas numerosas obras, bem como no importante papel que desempenhou na orientação de investigadores e docentes.

### 5.5.1 Organização da gramática

Diferentemente dos autores anteriores, Cunha e Cintra (1985) dividem a *Nova gramática do português contemporâneo* não em partes, mas em capítulos. Os capítulos 1 e 2 são de caráter sociolinguístico/dialetológico, nos quais os autores introduzem conceitos gerais de linguagem, língua, discurso, estilo, variação, conservação linguística, diversidade geográfica, dialetos e falares. Mais especificamente no capítulo 2, os autores abordam o domínio atual da língua portuguesa no mundo com o conceito de unidade e diversidade. O terceiro capítulo é dedicado a assuntos de fonética e fonologia, e o quarto capítulo, à ortografia.

Os três capítulos seguintes – 5, 6 e 7 – apresentam o que os autores denominam de fundamentos morfossintáticos: classe, estrutura e formação de palavras, no quinto capítulo, derivação e composição, no sexto capítulo, e frase, oração e período, no sétimo capítulo. Do capítulo 8 ao 17, são abordadas todas as classes de palavras, uma a uma. No 18º capítulo, são trazidas as noções teóricas sobre período e sua construção. Por fim, os últimos capítulos são dedicados ao estudo das figuras de sintaxe (capítulo 19), tipos de discurso (capítulo 20), pontuação (capítulo 21) e noções de versificação (capítulo 22). Sobre esse último capítulo, é importante destacar que, apesar de Celso Cunha ter sido um dos grandes especialistas em Camões de sua época, há poucos exemplos em sua gramática do referido autor português.

Embora os autores tenham trabalhado em conjunto – até o momento da morte precoce de Lindley Cintra –, houve uma delimitação de redação dos capítulos, em que Cunha ficaria com os capítulos 1 e, 4 e do 5º ao 22º, enquanto Cintra com o 2º e o 3º, além do tratamento contrastivo do capítulo dedicado ao verbo (capítulo 13). Além da já mencionada precoce morte de Cintra, tal desigualdade de redação dos capítulos se deu pelo fato de que os autores aproveitaram em muito os textos de Cunha, de gramáticas anteriores, realizando cortes e acréscimos, atribuindo um exemplário quase integralmente novo.

Na subseção a seguir, analisaremos como os fenômenos lexicais foram abordados por Cunha e Cintra (1985), bem como os impactos que o clima de opinião teve em tal abordagem.

### 5.5.2 Fenômenos lexicais descritos na gramática

A começar pelos fenômenos lexicais referentes ao *som* das palavras descritos na *Nova gramática do português contemporâneo*, Cunha e Cintra (1985) concentram no capítulo 3 (Fonética e Fonologia) as discussões acerca do aspecto sonoro do léxico. Como já explicado, os autores organizam a gramática diferentemente dos autores anteriores, que dividiam suas gramáticas em partes, para dispor a descrição de língua empreendida na *Nova gramática do português contemporâneo* em capítulos. Contudo, obedecem, na maioria dos capítulos, a ordem de exposição da língua que os gramáticos anteriores seguiram.

Cunha e Cintra (1985), em comunhão com a tradição, iniciam o capítulo dedicado à Fonética e Fonologia com a descrição do aparelho fonador (órgãos da fala), como acontece em Rocha Lima (1965), por exemplo, contemplando aspectos da anatomia humana e os sons emitidos na fala. Nesse primeiro momento, o aparelho fonador é exposto em imagem, e o seu funcionamento explicado detalhadamente pelos autores. A partir disso, os autores descrevem *som* e *fonema*. Essa prática de aliar a descrição de língua à anatomia humana, pelo menos no que se refere aos órgãos da fala, foi-se constituindo como uma prática comum nos compêndios ao longo do século, talvez pelos avanços nos estudos da medicina.

Sobre a noção de som e fonema, os autores entendem que nem todos os sons que se pronunciam em português têm o mesmo valor no funcionamento da língua, tendo alguns a função de diferenciar algumas palavras das outras, como é o caso da palavra *erro*, dada como exemplo pelos autores, em razão de a diversidade de timbre (fechado e aberto) da vogal tônica ser determinante para distinguir substantivo e verbo. Portanto, conforme Cunha e Cintra (1985), qualquer distinção significativa entre duas palavras de uma língua promovida pela diferença entre dois sons revela que cada um desses sons representa uma unidade mental sonora diferente, recebendo o nome de *fonema* a unidade de que o som é a realização física, e *Fonética* a disciplina que estuda os sons da fala. Tal definição de *fonema*, contudo, é equivocada, sendo considerada mais adequada para *fone*.

Após a breve e clara explanação acerca de *som* e *fonema*, os autores discorrem sobre descrição fonética e fonológica, alfabeto fonético, vogais, consoantes, semivogais, articulação, timbre, encontros vocálicos e encontros consonantais, para culminar no acento tônico. É sobre este último que vamos focar nossa atenção. Para Cunha e Cintra (1985), pela intensidade, os sons podem ser fortes (tônicos) ou fracos (átonos); pelo tom, podem ser agudos (altos) ou graves (baixos); pelo timbre, podem ser abertos ou fechados; e, pela quantidade, podem ser longos ou



breves. No entanto, esses aspectos estão intimamente ligados, tendo a predominância da intensidade, do tom e da quantidade, o que se denomina acento tônico.

Em *observação*, os autores afirmam que

Tanto a Nomenclatura Gramatical Brasileira como a Nomenclatura Gramatical Portuguesa classificam as sílabas, quanto à intensidade, em TÔNICAS, SUBTÔNICAS e ATONAS (PRETÔNICAS E POSTÔNICAS). Pela nomenclatura aconselhada nos dois países, TOM é, pois, o mesmo que ACENTO DE INTENSIDADE. Cabe advertir, no entanto, que, se na maioria dos casos os dois elementos vêm unidos, por vezes eles não coincidem (Cunha; Cintra, 1985, p. 55, destaques dos autores).

Referências à NGB como essa foram muito comuns em gramáticas publicadas posteriormente à implementação das normas como uma clara preocupação em não fugir do que era postulado nelas, sobretudo em casos de divergências, como forma de expor ao leitor as possibilidades regulamentadas.

Cunha e Cintra (1985) não trazem uma seção explícita sobre Prosódia, mas uma intitulada “Observações sobre a pronúncia culta”, com a intenção de instruir o leitor para a pronúncia exata de palavras e evitar *silabadas*, isto é, erros de prosódia. Para isso, divide listas de palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, assim como palavras em que há oscilação de pronúncia. A terminologia usada pelos autores já se mostra idêntica à usada contemporaneamente. Não descartamos a possibilidade de ter sido essa própria gramática que influenciou essa simplificação terminológica nos compêndios atuais, que deixam de usar os termos usados nas gramáticas anteriormente analisadas e passam a adotar apenas três: oxítona, paroxítona e proparoxítona.

Como *observação*, os autores alertam que há discordância na pronúncia mais recorrente entre Portugal e Brasil em relação a algumas palavras como *pudico* e *rubrica*. Tais inferências acerca do PB e PE são, como já dissemos, um diferencial da *Nova gramática do português contemporâneo*, e que acontecem com frequência ao longo do compêndio. Essa tendência de diferenciar o PB e o PE foi, como pudemos ver, comum nas gramáticas analisadas, no entanto, na *Nova gramática*, a perspectiva com que isso acontece é diferente dos demais compêndios que compõem o *corpus* desta pesquisa.

A discussão sobre o acento tônico se aprofunda à medida que os autores explicitam que, por variabilidade de posição, na língua portuguesa, o acento pode ter valor distintivo, como em *dúvida* e *duvida*. Em mais uma *observação*, os autores afirmam que

Este fato ocorre com mais frequência no português do Brasil, pois, no de Portugal, a mudança de posição do acento se faz acompanhar normalmente de uma alteração no timbre das vogais

tônicas que passam a átonas. Assim sendo, a distinção significativa assenta também nessa variação (Cunha; Cintra, 1985, p. 58).

Observações como essa têm a intencionalidade de informar ao leitor sobre as variações que a língua portuguesa adquiriu, ao longo do tempo, nos territórios de dominação. A importância desse tipo de informação é a de não perpetuar a ideia de que o português é igualmente falado em todos os países lusófonos.

Para fechar a temática de acento, os autores trazem as definições de *acento principal* e *acento secundário*, isto é, quando, em vocábulos longos, há, além da sílaba tônica, uma ou mais sílabas subtônicas; *grupo acentual*, quando a frase constitui uma cadeia sonora com acentos principais e secundários; *ênclise*, quando uma palavra depende do acento tônico da palavra anterior formando um todo fonético; e *próclise*, quando há a vinculação de uma palavra átona à palavra seguinte a cujo acento tônico se subordina; *acento de insistência*, que tem o intuito de realçar a palavra em determinado contexto, podendo ser, ainda, *acento afetivo*, quando tem caráter emocional, ou *acento intelectual*, quando a intenção é caracterizar uma palavra contrastando-a com outra.

Acreditamos que a excessividade de tipos de acento é uma característica inovadora da *Nova gramática* de Cunha e Cintra (1985), mas que pode gerar o que Chaves de Melo (1978) afirma ser uma série de informações desnecessárias ao leitor consulente. No entanto, em se tratando de uma gramática que pretende descrever a língua em sua totalidade e dar conta de variações existentes no português de Portugal, acreditamos ser essa – e outras tantas – informação(ões) a(s) que o leitor pesquisador espere encontrar na referida gramática.

Dando continuidade à análise dos fenômenos lexicais descritos na *Nova gramática do português contemporâneo*, iremos nos deter, a partir de agora, aos fenômenos lexicais referentes à *formação* das palavras, os quais Cunha e Cintra (1985) concentram nos capítulos 5 e 6. Já iniciando o capítulo 5, os autores definem *palavra* e *morfema*, discutindo sobre suas funções dentro da língua.

Para Cunha e Cintra (1985), a língua é constituída de um conjunto infinito de *frases*, tendo cada uma delas uma face sonora e uma face significativa. Cada frase pode ser dividida em unidades menores de som e significado (as *palavras*) e em unidades ainda menores que apresentam somente a face significante (os *fonemas*). Desse modo, os autores compreendem que as palavras são unidades menores do que a frase e maiores do que o fonema. Contudo, há unidades de som e conteúdo menores do que as palavras. É o caso de *ruas*, palavra utilizada como exemplo por Cunha e Cintra (1985), em que há duas unidades significativas: *rua* e *-s*, denominadas de *morfemas*.

Ainda se valendo como exemplo da palavra *ruas*, em que há dois morfemas, os autores tratam dos tipos de morfemas: *rua*, ao constituir por si só um vocábulo, é tido como um *morfema livre*, e *-s*, por nunca encontrar-se isolado, com autonomia vocabular, um *morfema preso*. Já quanto à natureza da significação dos morfemas, temos os *morfemas lexicais* e os *morfemas gramaticais*. Os morfemas lexicais, conforme Cunha e Cintra (1985), têm significação externa por se referirem a fatos do mundo extralinguístico, aos símbolos básicos de tudo o que os falantes distinguem na realidade objetiva ou subjetiva e podem também ser chamados de *lexemas* ou *semantemas*. Já os morfemas gramaticais, também denominados *gramemas* ou *formantes*, têm significação interna por derivarem das relações e categorias assumidas pela língua.

Advertem os autores que, a partir de características não semânticas, os morfemas lexicais e gramaticais são colocados como opostos: os primeiros apresentam-se em número elevado e indefinido, porém de frequência média baixa, em razão de constituírem uma classe aberta e sempre provável de ser acrescida de novos elementos; já os gramaticais são colocados como pertencentes de uma série fechada, de número definido e restrito no idioma, de frequência média alta. Ademais, Cunha e Cintra (1985) alertam para o fato de que não se deve confundir o conceito de significação linguística interna dos morfemas gramaticais com a ideia de morfema vazio, sem conteúdo, amplamente vulgarizada.

Por fim, após estabelecer a distinção entre morfema lexical e morfema gramatical, os autores relacionam tais conceitos às classes de palavras. Para Cunha e Cintra (1985), substantivos, adjetivos, verbos e advérbios de modo são morfemas lexicais, enquanto artigos, pronomes, numerais, preposições, conjunções e demais advérbios, assim com as formas indicadoras de número, gênero, tempo, modo ou aspecto verbal, são morfemas gramaticais.

Acreditamos que a descrição empreendida por Cunha e Cintra (1985) sobre palavras, fonemas e morfemas, na *Nova gramática do português contemporâneo*, se assemelha bastante com o exposto por Polguère (2018) e difere dos demais gramáticos na exposição dos fatos da língua, talvez por se espelharem nas correntes teóricas advindas do final do século. Já nitidamente influenciados pelo estruturalismo em voga no momento da construção da gramática, os autores trazem o fator estrutural da língua como determinante para a sua descrição. O leitor compreende tais discussões em exemplos retirados da literatura de língua portuguesa, escritos por autores consagrados à época, inclusive com representantes femininas, como Cecília Meireles e Florbela Espanca, e não apenas de autoria masculina, como os gramáticos anteriores o faziam em demasia.

Talvez seja esse exemplário o elemento dessa gramática mais característico do PTG, para o caso do estudo da morfologia, já que os autores exploram categorias teóricas próprias da morfologia estruturalista na análise mórfica. Isso pode ser explicado pela facilidade com que Celso Cunha e Lindley Cintra transitavam entre a Linguística e a Filologia nas suas obras, de uma maneira geral.

Ainda referente à formação de palavras, os autores definem o que são *palavras primitivas* e *palavras derivadas*, antes de explicarem os processos clássicos de formação de palavras (derivação e composição). Para Cunha e Cintra (1985), são denominadas palavras primitivas aquelas que não se formam de nenhuma outra, isto é, são palavras que originam novas palavras no idioma. Palavras derivadas, em contrapartida, são as que se formam de outras palavras da língua mediante o acréscimo de um prefixo ou sufixo ao seu radical.

Dirigindo-se, então, para o capítulo 6, que se dedica a descrever os processos de formação de palavras, os autores advertem que não levam em consideração a controvérsia entre linguistas contemporâneos acerca da área a que efetivamente pertence a formação de palavras, se tradicionalmente à morfologia, ao léxico, à semântica ou à sintaxe. Ademais, definem *formação de palavras* conforme o *Dicionário de Linguística*, de Dubois (1973), que afirma ser o conjunto de processos morfossintáticos que permitem a criação de unidades novas com base em morfemas lexicais. Para formar novas palavras, portanto, são utilizados afixos de derivação ou procedimentos de composição.

Semelhante a Chaves de Melo (1978), por exemplo, Cunha e Cintra (1985) fazem listas de prefixos de origem latina e grega para ilustrar as possibilidades de derivação prefixal, bem como sufixos nominais (aumentativos e diminutivos), verbais e adverbiais para exemplificar a derivação sufixal. Uma particularidade de Cunha e Cintra (1985) é a falta de definição desses dois tipos básicos de derivação. Contudo, isso não acontece com a derivação parassintética, nem com a regressiva, nem com a imprópria, perpetuando o conceito advindo da tradição, bem como os exemplos em listas de palavras. Sobre isso, acreditamos que se deve ao fato de não ter outra forma, que não seja em listas, de expor uma quantidade expressiva de prefixos e sufixos.

A composição, para os autores, é o processo em que se forma uma nova palavra por meio da união de dois ou mais radicais, tornando tal palavra única e autônoma, geralmente dissociada das noções expressas por seus componentes. Decorrente disso, há, segundo os autores, alguns tipos de composição quando se refere à forma, ao sentido e à classe gramatical.

Composições quanto à forma acontecem quando os elementos de uma palavra composta podem estar justapostos, conservando a sua integridade, a exemplo de *beija-flor* e *passatempo*, ou intimamente unidos, por se ter perdido a ideia da composição, caso em que se subordinam a

um único acento tônico e sofrem perda de sua integridade silábica, como é o caso de *aguardente* (água + ardente) e *embora* (em + boa + hora). Sobre tais tipos de composição, Cunha e Cintra (1985) advertem a necessidade de distinguir a composição por justaposição da composição por aglutinação, “diferença que a escrita procura refletir pois que na justaposição os elementos componentes vêm em geral ligados por hífen, ao passo que na aglutinação eles se juntam num só vocábulo gráfico” (Cunha; Cintra, 1985, p. 104-105).

Na composição quanto ao sentido, segundo os autores, distingue-se numa palavra composta o elemento determinado, que contém a ideia geral, do determinante, que encerra a noção particular. Para os compostos tipicamente portugueses, o determinado, segundo os autores, precede o determinante, salvo os que entraram por via erudita ou se formaram pelo modelo da composição latina, em que se observa exatamente o contrário: o primeiro elemento é o que exprime a noção específica, enquanto o segundo, o geral. Como exemplos, Cunha e Cintra (1985) exprimem *agricultura* (= cultivo do campo), *suaviloquência* (= linguagem suave) e *mundividência* (= visão do mundo). Ainda sobre a composição quanto ao sentido, os autores fazem uma observação afirmando que, “como o determinante encerra a noção mais característica, muitas vezes por si só designa o objeto. Assim: capital (por *cidade capital*), vapor (por *barco a vapor*)” (Cunha; Cintra, 1985, p. 105, grifos dos autores).

Por fim, na composição quanto à classe gramatical dos seus elementos, uma palavra composta pode ser constituída de substantivo + substantivo, substantivo + preposição + substantivo, substantivo + adjetivo, entre outras combinações de classes de palavras. Ademais, os autores complementam a exposição dos fatos acerca da composição com uma seção sobre compostos eruditos, ao afirmarem que a nomenclatura científica, técnica e literária é fundamentalmente constituída de palavras formadas pelo modelo da composição greco-latina, que consistia em associar dois termos, sendo o primeiro o que servia de determinante do segundo. Logo após, Cunha e Cintra (1985) fazem listas de radicais latinos e gregos, em conformidade com outros autores anteriormente analisados, assim como destacam alguns pseudoprefixos, radicais latinos e gregos que adquiriram sentido especial nas línguas modernas.

Sobre os fenômenos lexicais referentes ao *sentido* das palavras, Cunha e Cintra (1985) não trazem, na *Nova gramática do português contemporâneo*, nenhuma menção sobre tais tipos de fenômenos. Acreditamos que, pela mesma razão da *Gramática fundamental* de Chaves de Melo (1978), não era mais comum, à época, a existência de compêndios gramaticais que contemplassem esse tipo de exposição de fatos da língua.

Por fim, quanto aos fenômenos lexicais referentes à *organização* das palavras, os autores utilizaram o critério morfossintático para classificar as palavras na *Nova gramática do*

*português contemporâneo*, ou seja, o critério formal correlacionado ao critério sintático. Acreditamos que essa abordagem se deve a uma escolha teórico-metodológica, uma vez que o ponto de vista estruturalista que organiza a gramática em capítulos faz com que, metodologicamente, cada classe seja trazida sob o viés formal, funcional e semântico.

### 5.5.3 Síntese analítica

A *Nova gramática do português contemporâneo* se insere, sem dúvidas, entre as gramáticas mais importantes do século XX, propondo ser representativa não somente da tradição gramatical brasileira, mas também quanto à distribuição do português em países lusófonos. No entanto, compreendemos que a obra acaba caindo, por vezes, na superficialidade quando se trata desse quesito. Conforme Silva e Nogueira (2008), apesar de ter o objetivo de revelar a unidade da língua portuguesa dentro da diversidade natural, a *Nova gramática* reitera métodos nada inovadores, como o fato de o exemplário ser retirado de autores da literatura de língua portuguesa desde o Romantismo.

Obviamente, não podemos ignorar a tentativa de inserir, na descrição do português, uma abordagem até então nunca antes realizada dentro da gramaticografia brasileira, como, por exemplo, o reconhecimento da diversidade de registros. No entanto, como afirma Vieira (2018, p. 214), “o papel essencial da gramática continua sendo a regularização e prescrição da ‘norma culta’, ainda que as outras normas interajam e reflitam com mais proximidade a realidade linguística do usuário do português no mundo lusófono”. Sendo assim, ainda em conformidade com o autor, a *Nova gramática* perpetua a noção de língua homogênea, ideal e abstrata, ao reconhecer a existência da variação, mas depois ignorá-la em favor da descrição/prescrição do português que se acreditava ser um só.

Quanto aos fenômenos lexicais descritos na gramática em questão, em tese, não há muita mudança quanto às gramáticas anteriores, inclusive com a ausência de fenômenos lexicais referentes ao sentido das palavras, como na *Gramática fundamental*, de Chaves de Melo (1978). Isso só corrobora com a inclusão da gramática novecentista ao PTG tanto em terminologia quanto nos traços constitutivos presentes na obra.

Em síntese, os fenômenos lexicais são abordados nessa obra a partir do seguinte esquema, reproduzido no Quadro 7, a seguir.

#### **Quadro 7** - Descrição do léxico na *Nova gramática* (1985)

CATEGORIA DE ANÁLISE	ABORDAGEM IDENTIFICADA	INTERPRETAÇÃO DO CLIMA DE OPINIÃO
Quanto ao som	Aspectos da anatomia humana associados aos sons emitidos na fala.	Aliar a descrição de língua à anatomia humana, pelo menos no que se refere aos órgãos da fala, foi-se constituindo como uma prática comum nos compêndios ao longo do século, talvez pelos avanços nos estudos da medicina.
	Aspectos relacionados ao acento tônico intimamente ligados à predominância da intensidade, do tom e da quantidade.	Ancoragem na NGB, que regulamentou as gramáticas posteriores à sua implementação.
	Em vez de uma seção sobre prosódia, há “Observações sobre a pronúncia culta”, com a intenção de instruir o leitor para a pronúncia exata de palavras e evitar <i>silabadas</i> .	Persistente preocupação inerente aos compêndios gramaticais em prescrever normas do “bem falar e escrever”.
Quanto ao som (cont.)	O acento pode ter valor distintivo, e esse fato é explicado pelos autores baseado nas diferenças entre o português falado no Brasil e em Portugal.	Observações assim têm a intencionalidade de informar ao leitor sobre as variações que a língua portuguesa adquiriu, ao longo do tempo, nos territórios de dominação.
	Definições de <i>acento principal e acento secundário, grupo acentual, ênclise, próclise, acento de insistência, acento afetivo, acento intelectual</i> .	A excessividade de definições de tipos de acento é uma característica inovadora da <i>Nova gramática</i> de Cunha e Cintra (1985), mas que pode gerar o que Chaves de Melo (1978) afirma ser uma série de informações desnecessárias ao leitor consulente. No entanto, para o leitor pesquisador, essas informações são importantes.
Quanto à formação	Definições de <i>palavra, morfemas e lexemas</i> alinhadas com a contemporaneidade.	Influência não só das bases estruturalistas que estavam em alta no Brasil, como das demais correntes do final do século.

	Listas de radicais e prefixos de origem latina e grega para ilustrar as possibilidades de derivação prefixal, bem como sufixos nominais (aumentativos e diminutivos), verbais e adverbiais para exemplificar a derivação sufixal.	Em conformidade com outros autores anteriormente analisados.
Quanto ao sentido	Não é abordado.	Pela mesma razão da <i>Gramática fundamental</i> de Chaves de Melo (1978), não eram mais comuns, à época, compêndios gramaticais que contemplassem esse tipo de exposição de fatos da língua.
Quanto à organização	Os autores abordam morfossintaticamente as classes de palavras na <i>Nova gramática do português contemporâneo</i> .	Escolha teórico-metodológica, uma vez que o ponto de vista estruturalista que organiza a gramática faz com que, metodologicamente, cada classe seja trazida sob o viés formal, funcional e semântico.

Fonte: a Autora (2023).

Por fim, o Quadro 7 sintetiza os principais fenômenos lexicais empreendidos por Cunha e Cintra (1985) na *Nova gramática do português contemporâneo*. São alguns deles: associação da ciência da linguagem com os órgãos da fala para exemplificar os sons produzidos na fala, adoção completa à NGB, notória adoção de bases estruturalistas nas descrições linguísticas ao longo da obra, persistente preocupação com o bem falar e escrever, ausência de abordagem dos fenômenos relacionados ao sentido das palavras e critérios diversos (formal, funcional e semântico) para classificar as palavras.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gramaticografia do século XX preserva a mesma epistemologia do século anterior em sua produção gramatical. Isso significa dizer que, em sua maioria, as gramáticas novecentistas tinham como objetivo o aperfeiçoamento do uso da língua de acordo com o português europeu e literário dos séculos anteriores, ou seja, o bom falar e escrever. Além disso, as categorias e os conceitos utilizados na descrição gramatical não sofreram mudanças substanciais, muito menos com a NGB, em 1959. Pelo contrário, tais gramáticas ainda se inserem na “doutrina gramatical greco-romana, compartilhando os mesmos princípios e procedimentos que caracterizaram o processo de gramatização do português há praticamente quinhentos anos e elegendo a norma-padrão lusitana novecentista como o modelo de língua a ser prescrito” (Vieira, 2018, p. 169).

Em se tratando das gramáticas que compõem o *corpus* desta pesquisa, conseguimos observar tal subserviência de maneira recorrente na descrição de língua em cada uma delas. Para além disso, no que se refere à abordagem do léxico nas gramáticas analisadas, temos um panorama de como o estudo do léxico foi empreendido ao longo do século XX. Desse modo, inferimos que, no início do século, o espaço dedicado à descrição dos fenômenos lexicais – a *lexeologia* – era claramente separado do restante da descrição desempenhada na gramática, prática herdada do século anterior. Com o passar dos anos, as gramáticas diluem o estudo do léxico, e a *lexeologia* deixa de existir, dando permanentemente o lugar à divisão tripartite: Fonologia, Morfologia e Sintaxe.

Outro ponto característico das gramáticas do nosso *corpus* e que percorre quase todo o século XX é a incorporação de correntes à medida que elas estavam em seu auge. Assim foi com a *Grammatica expositiva da língua portuguesa*, de Pereira (1907), que ainda bebia da fonte da corrente histórico-comparativa e tinha a Filologia bastante presente ao longo da obra, e com a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra (1985), bastante influenciada pela Linguística como ciência institucionalizada.

Conseguimos compreender o quanto a atmosfera intelectual do período influencia o gramático ao traçar a sua linha de descrição linguística. Isso porque o fazer gramatical é uma atividade totalmente inserida na sociedade em que a gramática é publicada, isto é, voltado para o público que irá consumi-la. Mesmo filiadas ao PTG (Vieira, 2018) e seguindo o modelo greco-latino, o clima de opinião é capaz de interferir – mesmo que minimamente e não de maneira a retirar a gramática do PTG – na descrição da língua nas gramáticas, como é o caso da gramática de Chaves de Melo (1978), que difere em alguns pontos das demais analisadas nesta pesquisa por sugerir um outro modelo de classificação das palavras, por exemplo.

No entanto, em sua grande maioria, os gramáticos ainda se inserem nos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma da tradição. Isso está em conformidade com Vieira (2018, p. 228), que diz que tais gramáticos “tentam forçar a língua gramatizada a se enquadrar em esquemas conceituais e categorias historicamente disponibilizadas pela doutrina gramatical greco-latina e adaptados por alguma terminologia em voga – como a NGB, no caso da tradição brasileira”.

Avaliando os traços constitutivos do PTG propostos por Vieira (2018) e trazendo para a análise do estudo do léxico empreendido nas gramáticas que compõem o *corpus* desta pesquisa, podemos comprovar que a descrição do léxico esteve inserida no PTG em todas as cinco gramáticas analisadas. Isso porque, segundo tais traços, a gramática constrói um modelo artificial e ideal de língua, assim como regula a língua, prescrevendo suas formas legítimas e, independentemente do seu uso escolar, tem função pedagógica de ensinar a língua correta; descrever uma língua se confunde com normatizá-la, prescrevê-la. Além disso, nesses compêndios, considera-se como a melhor língua a língua do colonizador e das camadas dominantes da sociedade, sendo vista como a expressão do pensamento, um objeto autônomo que independe dos seus usuários e, por isso, é tida como homogênea, estática e equivalente à sua modalidade escrita.

Por fim, notamos, nas gramáticas analisadas nesta pesquisa, em conformidade com os traços constitutivos do PTG, a exposição sistemática do conteúdo da gramática e o cumprimento da ordem: categoria, definição, subdivisão e exemplo. Além disso, as categorias gramaticais são estanques, assim como os exemplos são dados em frases com sentido completo por bastarem-se a si mesmas. Ademais, como já fora discutido, com exceção das duas gramáticas de início do século – a de Pereira (1907) e de Said Ali (1924) – as gramáticas seguem a divisão em fonologia, morfologia e sintaxe.

Acreditamos que conseguimos responder à nossa pergunta de pesquisa (*qual é o lugar destinado ao estudo do léxico nas gramáticas brasileiras do século XX?*), visto que tivemos um panorama geral da gramaticografia brasileira do século XX no que se refere ao estudo do léxico empreendido nas gramáticas novecentistas, uma vez que nosso *corpus* tentou abranger boa parte da extensão do século. Em consequência, também acreditamos que atingimos o nosso objetivo geral de *investigar a proposta de estudo do léxico na gramaticografia brasileira do século XX*, assim como os objetivos específicos, compreendendo o impacto que a atmosfera intelectual do século XX teve na elaboração das gramáticas brasileiras em relação ao estudo do léxico, descrevendo de que maneira o léxico esteve presente em tais gramáticas e mapeando as relações

de continuidade e descontinuidade na abordagem do léxico que as gramáticas analisadas apresentam quando comparadas.

Sobre as nossas categorias de análise, compreendemos uma importante evolução em termos de descrição lexical quando comparamos as gramáticas de nosso *corpus* quanto aos fenômenos lexicais relacionados ao som, à formação, ao sentido e à organização das palavras. Vimos que os fenômenos lexicais relacionados ao som e à formação das palavras estiveram presentes nas gramáticas quase que linearmente. Quando nos referimos ao que os autores abordavam, pouco se percebia algo de novo. Já quanto aos fenômenos relacionados ao sentido e à organização das palavras, encontramos descontinuidades nas gramáticas se comparadas, visto que os primeiros foram deixando de aparecer nas gramáticas ao longo do século, e os segundos foram sendo descritos conforme diferentes critérios a cada gramática.

Refletindo sobre as contribuições que esta pesquisa pode ter proporcionado, além do fato de que não há, como já fora exposto inicialmente, pesquisas que abordem a descrição lexical em gramáticas novecentistas, acreditamos que conseguimos fazer um panorama de como o estudo do léxico esteve presente em cinco importantes gramáticas do século XX. Como pesquisas futuras envolvendo o mesmo objeto de estudo, podemos propor que mais gramáticas sejam analisadas sob o ponto de vista do sistema lexical presente nelas, bem como o aprofundamento de cada categoria de análise que trouxemos nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ABBADE, C. M. S. Filologia e o estudo do léxico. *In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (orgs.). **Múltiplas perspectivas em linguística***. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 716-721.
- ALBERTO, O. G. **Análise da adaptação fonológica e prosódica de empréstimos lexicais da língua portuguesa na língua tikuna**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas: 2021.
- ALMEIDA, G. M. B.; OLIVEIRA, L. H. M.; ALUISIO, S. M. A terminologia na era da informática. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 42-45, 2006.
- ALLAN, K. **The Western Classical Tradition in Linguistics**. Londres: Equinox, 2007.
- ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ALTMAN, C. Os eternos gramáticos: algumas considerações sobre norma e prescrição na descrição linguística. *In: BASTOS, N. B. et al. **Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- ALTMAN, C. História, estórias e Historiografia da Linguística brasileira. **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012. p. 14-37.
- ANTUNES, I. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.
- ANTUNES, I. **Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2012.
- AQUINO, J. E. de. Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil. 2016. 1 recurso online (354 p.) *Tese* (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1630588>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- AUROUX, S. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Campinas: Editora RG, 2008.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss de língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2018.
- AZEREDO, J. C. Classes de palavras: um percurso crítico com vista a uma meta didática. **Confluência**. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, Especial 30 anos, 2021, p. 296-323.
- BAGNO, M. **Língua, linguagem, linguística: pondo os pontos nos ii**. São Paulo: Parábola, 2014.
- BARROS, J. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Lodovicum Rotorigium, 1540.

BARROS, M. G. P. **Estudo do léxico de João Guimarães Rosa na tradução italiana de Grande Sertão: Veredas**. Um dicionário bilingue dos neologismos da obra em português/italiano e italiano/português. 2011. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Italiana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BATISTA, R. O. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BATISTA, R. O. **Historiografia da linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

BATISTA, R. O. **Fundamentos da pesquisa em historiografia da linguística**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

BATISTA, R. O.; BASTOS, N. B. (orgs.). **Questões em historiografia da linguística**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.

BASILIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 2000.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1978].

BIDERMAN, M. T. C. A Estrutura Mental do Léxico. *In: Estudos de Filologia e Linguística*. São Paulo: EDUSP, 1981.

BECHARA, E. A tradição gramatical luso-brasileira. **Confluência**. Rio de Janeiro, Nº 10: 66-76, 1995.

BEZERRA, M. A. (org.). **Estudar vocabulário: como e para quê?** Campina Grande: Bagagem, 2004.

BORGES NETO, J. A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar. **Texto de conferência proferida durante o VIII Congresso da ABRALIN**. Natal, 2013. Disponível em: [https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/para\\_download/naturalizacao.pdf](https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/naturalizacao.pdf) Acesso em: 14 mai 2023.

BORGES NETO, J. **História da gramática**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2022.

BOOIJ, G.; RUBACH, J. **Morphological and prosodic domains in Lexical Phonology**. *Phonology Yearbook* 1, 1984, p. 1- 27.

BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**. São Paulo: EDUC, 1992

BUESCU, M. L. C. **Historiografia da língua portuguesa: século XVI**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.

BUNZEN, C.; MEDEIROS, R. R. A. O ensino de gramática na primeira república (1889-1930): uma análise da Gramática expositiva, de Eduardo Carlos Pereira. **Linha D'água**. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 119-141, jun. 2016.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. nº 23. Campinas, UNICAMP, p. 137-51. jul./dez. 1992.

CAMARA JR. J. M. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CARVALHO, L. **O ensino de português**: como tudo começou. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

CARVALHO, O. L. S. Léxico. *In*: FRADE, I. C. A. S.; COSTA VAL, M. G.; BREGUNCI, M. G. C. **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2014. p. 189-190.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.

CAVALIERE, R. **Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

CAVALIERE, R. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. **Limite. Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía**. Espanha, Nº 6, 2012, pp. 217-236

CAVALIERE, R. **A gramática no Brasil**: ideias, percursos e parâmetros. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CAVALIERE, R. O conceito de gramática no percurso da gramaticografia brasileira do século XX. **Revista argentina de historiografía lingüística**. Argentina, Vol. 7, Nº 2, p. 115-125, 2015.

CHAVES DE MELO, G. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

COUPER-KUHLEN, E. **An Introduction to English Prosody**. Londres: Edward Arnold, 1986.

CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1988.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 1985.

DARGEL, A. P. T. P. **O ensino do vocabulário nas aulas de Língua Portuguesa**: da realidade a um modelo didático. Tese (doutorado) - Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2011.

DIAS, L. F. A gramática no período JK. *In*: MARIANI, B.S. **Estudos da linguagem no período JK** (prov). Rio de Janeiro, 2009.

DÍAZ, María Belén Villar. Modelos estructurales. *In*: DE MIGUEL, Elena (edit.). **Panorama de la lexicología**. Barcelona: Ariel, 2009. p. 219-246.

DI CRISTO, A. Interpréter la prosodie. **Actes de XXIèmes Journées d'Etudes sur la Parole Aussois**, juin 2000, p. 11-21.

DUARTE, P. M.T.; LIMA, M. C. **Classes e categorias em português**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 2014.

FACCINA, R. L.; CASAGRANDE, N. S. A gramática expositiva da língua portuguesa: uma abordagem historiográfica. *In*: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. **História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de texto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. **As concepções linguísticas no século XIX**. A gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A gramática brasileira no início do século XX: Grammatica expositiva (Eduardo Carlos Pereira) e Grammatica portugueza (Hemetério José dos Santos). **Confluência**. Rio de Janeiro, Nº 37/38, 2009, p. 59-82.

FINATTO, M. J. B. **Definição terminológica**: fundamentos teóricos e metodológicos para sua descrição e explicação. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Letras. Doutorado em Estudos da Linguagem. Porto Alegre: 2001.

FLICK, U. **Métodos de pesquisa**: introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOIS, J. M.; DALPIAN, L. Semântica: um estudo diacrônico. **Disciplinarum Scientia**. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2010.

GONÇALVES, C. A. V. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos. **Domínios de Lingu@gem**. Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 60-90, 2011.

GRAGG, G. B. Babylonian Grammatical Texts. *In*: KOERNER, E.; R. E. ASHER. **Concise History of the Language Sciences - From the Sumerians to the Cognitivists**. Cambridge: Pergamon, 1995. p. 19-21.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. *In*: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996, p. 127-138.

HALLIDAY, M.A.K. **Intonation and grammar in British English**. Janua Linguarum, Series Practica 48. The Hague: Mouton, 1967.

HENRIQUES, C. C. **Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

HJELMSLEV, Louis. Dans quelle mesure les significations des mots peuvent-elles être considérées comme formant une structure. **Anais do 8º Congresso Internacional de Linguística**. Oslo, 1957. p. 268-286.

HOUAISS, A. **Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2015.

HOUSEHOLDER, F. W. Apollonius Dyscolus and Herodian. *In*: KOERNER, E.; R. E. ASHER. **Concise History of the Language Sciences - From the Sumerians to the Cognitivists**. Cambridge: Pergamon, 1995, p. 111-115.

JORDAN, I. **Introdução à linguística românica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

KALTNER, L. F. O conceito de gramática na obra de João de Barros (1540) à luz da Historiografia Linguística. **Revista Philologus**, Ano 26, n. 78 Supl. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2020.

KASTOVSKY, D. Astronaut, astrology, astrophysics: About Combining Forms, Classical Compounds and affixoids. *In*: R. W. McConchie et al. (eds.). **Selected Proceedings of the 2008 Symposium on New Approaches in English Historical Lexis (HEL-LEX 2)**. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2009, p. 1-13.

KERFERD, G. B. **O movimento sofista**. (M. Oliva, Trad.) São Paulo: Loyola, 2003.

KIPARSKY, P. Lexical Morphology and phonology. *In*: I.S. Yang (ed.) **Linguistics in the Morning Calm**, 3 – 91. Seoul: Hanshin, 1982.

KOERNER, E. F. K. **Professing Linguistic Historiography**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1989.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem em historiografia linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996.

KOERNER, E. F. K. Historiografia Linguística. *In*: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

KRIEGER, M. G. Lexicografia: o léxico no dicionário, *In*: SEABRA, M. C. T. C. (org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 157-171.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.



LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, M. Q. **O nascimento da gramática portuguesa**: uso & norma. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

MARINHO, J. E. P. **Considerações sobre a sintaxe do português do Brasil em gramáticas do período científico (1880-1920)**: uma abordagem historiográfica. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. João Pessoa, 2020.

MIRA-MATEUS, M. H. Estudando a melodia da fala – traços prosódicos e constituintes prosódicos. **Palavras – Revista da Associação de Professores de Português**, n. 28, p. 79-98, 2005.

MOLINA, M. A. G. **Um estudo descritivo-analítico da “Gramática expositiva (curso superior)”**, de Eduardo Carlos Pereira. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2004.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOTA, L. R. **Estudo sobre o léxico Akwe Xakriabá**: uma proposta de escrita e uma chamada para a revitalização da língua. Monografia – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Formação intercultural para educadores indígenas. Línguas Artes e Literatura (LAL). Belo Horizonte: 2020.

NASCIMENTO, J. V. Fundamentos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística. *In*: NASCIMENTO, J. V. (org.). **Historiografia lingüística**: rumos possíveis São Paulo: Edições Pulsar; Terras do Sonhar, 2005.

NEVES, H. **Argumentatividade das palavras**: construção de aparato textual- interativo para o estudo do léxico e análise em textos do jornalismo recifense sobre as eleições de 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, Recife, 2020.

NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

NIETZSCHE, F. **Considerações intempestivas** (Lemos de Azevedo, Trad.). Portugal: Presença – Brasil: Martins Fontes, 1874.

O CONCEITO de gramática no percurso da gramaticografia brasileira do século XX. Palestrante: Ricardo Stavola Cavaliere. Mediador: Leonardo Ferreira Kaltner. [S. l.]: Canal Abralín, 2021. 1 vídeo (1h 45min).

ORLANDI, E. P. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. **Línguas e instrumentos lingüísticos**. Campinas, n. 4/5, p. 19-34, 2000.

OLANO, C. O. **Lexicografía y semántica léxica: Teoría y aplicación a la lengua española**; Madrid: Ediciones Académicas S.A, 2004.

OLIVEIRA, U. D. **A linguagem de Ariano Suassuna: um glossário léxico-semântico**. João Pessoa, 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) – Programa de Pós-Graduação em Linguística.

PAULA, F. V.; LEME, M. I. S. Produção de neologismos para avaliação da consciência morfológica no ensino fundamental. **Boletim de psicologia**. 2017, vol.67, n.146, p. 51-66.

PEREIRA, E. C. **Grammatica expositiva da língua portuguesa**. São Paulo: Weiszlog Irmãos & Co., 1907.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PINILLA, M. A. Classes de palavras. *In*: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 169-183.

POLGUÈRE, A. **Lexicologia e semântica lexical: noções fundamentais**. São Paulo: Contexto, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAZZINI, M. P. G. História da disciplina Português na escola secundária brasileira. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Sergipe, v. 4, jan./jun., p. 43-58, 2010.

REY, A. **La lexicologie – lectures**. Paris: Klincksiek, 1980.

RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1881.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1965.

SAID ALI, M. **Gramática secundária da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1923.

SCHULTZ, B. S. **Brasileirismos e portuguesismos incorporados ao léxico da língua italiana: análise de campos léxico-conceptuais**. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Italiana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SEABRA, M. C. T. C.; Língua, cultura e léxico. *In*: SOBRAL, G. N. T.; LOPES, N. da S.; RAMOS, J. M. (orgs.). **Linguagem, Sociedade e Discurso**. São Paulo: Blucher, 2015, p. 65-84.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. de C. **Miscelânea em homenagem ao Prof. Dr. Gladstone Chaves de Melo**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1995.

SILVA, M.; NOGUEIRA, S. Percurso gramaticográfico de Celso Cunha: da Gramática do português contemporâneo à Nova gramática do português contemporâneo. *In*: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (orgs.). **História entrelaçada 3**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008, p. 122-138.

SILVA, M. Gramática da língua portuguesa no Brasil: um estudo da gramaticografia brasileira Pré-NGB. **Papéis**. Vol. 18, Nº 15, 2014, p. 154-168.

SILVA, A. V. T. A. O ensino do léxico no livro didático. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 274-291, jul./dez. 2016.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. *In*: BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004.

SOUZA, N. O. O papel dos gramáticos portugueses do Renascimento: Fernão de Oliveira e João de Barros. *In*: MATTOS, M. A. B. (org.) **Gramática em questão**. Campinas: Mercado das Letras, 2010, p. 93-104.

SOUZA, A. J. **Criação lexical em textos publicitários**: análise de oníomios. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019.

SURDI, M. I. A língua na gramática de Rocha Lima. *In*: **IV SEAD – Seminário de estudos em análise do discurso 1969-2009**: Memória e história na/da Análise do Discurso. Porto Alegre: Anais de evento. 2009

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la Linguística. *In*: ZUMBADO, C. et al. (eds.). **Nuevas aportaciones a la Historiografía Linguística**. Congreso Internacional de Lasehl. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.

SWIGGERS, P. História, Historiografia da Linguística: status, modelos e classificações. **Revista Eutomia**. Ano III, v. 2, 2010, p. 1-17.

SWIGGERS, P. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. **Todas as letras**, v. 14, n. 1, p. 38-53, 2012.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Revista Confluência**, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. Directions for linguistic historiography. **Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH: VII MiniEnapol de Historiografia Linguística (2013)**. São Paulo, v. 1, p. 8-17, 2015.

SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. *In*: BATISTA, R. O. (org.). **Historiografia da linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.

SWIGGERS, P. Gramaticografia e historiografia: una vision retro- y prospectiva. *Anales de Linguística – Segunda época*, **Mendonza**, Argentina, n. 4, abr.-sep. 2020, p. 139-154.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

VANOYE, F. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIDAL, M. V. E. **Apuntes de semántica léxica**. Madrid: UNED, 2007.

VIDAL NETO, J. B. C. **A formação do pensamento linguístico brasileiro: entre a gramática e novas possibilidades de tratamento da língua (1900-1940)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Linguística. São Paulo: 2021.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.

VIEIRA, F. E. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas? In: Carlos Alberto Faraco; Francisco Eduardo Vieira. (Org.). **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. **Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do português**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.